



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: 7º

## RELATÓRIO Nº 13126928 / 2023 - TJMG/SUP-ADM/DEPLAG/ASPLAG

### RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2022

### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE-MG Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais  
AGIN Assessoria de Gestão da Inovação  
APAC Associação de Proteção e Assistência aos Condenados  
ASCONT Assessoria Técnica e Jurídica para Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio  
ASPLAG Assessoria Técnica e Jurídica ao Planejamento e à Gestão Institucional  
CEINFO Centro de Informação Institucional  
CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania  
CEPROJ Centro de Desenvolvimento e Acompanhamento de Projetos  
CGE/MG Corregedoria-Geral do Estado de Minas Gerais  
CGJ Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais  
CNJ Conselho Nacional de Justiça  
COINJ Coordenadoria da Infância e da Juventude  
COMSIV Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar  
COMPOS Coordenação de Análise e Composição de Custos Contratuais  
CONTRAT Coordenação de Formalização e Controle de Contratos e Convênios  
COPAT Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário  
DEA Despesa de Exercícios Anteriores  
DEARHU Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos  
DEPLAG Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional  
DENGEP Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial  
DIRCOM Diretoria Executiva de Comunicação  
DIRCOR Diretoria Executiva da Atividade Correicional  
DIRDEP Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas  
DIRFIN Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária  
DIRFOR Diretoria Executiva de Informática  
DIRGED Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental  
DIRSEP Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio  
DIRSUP Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional  
DPMG Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
EJEF Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes  
FEPJ Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
GECOMP Gerência de Compras de Bens e Serviços  
GECONT Gerência de Contratos e Convênios  
GESEG Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais  
GESUP Gerência de Suprimento e Controle Patrimonial  
JESP Juizado Especial  
LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais  
MEJUD Memória do Judiciário Mineiro  
MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
NUGEPRO Núcleo de Gestão de Projetos  
NUTEC Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa  
PAI-PJ Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário  
PPAG Plano Plurianual de Ação Governamental

PJe Processo Judicial Eletrônico  
PROJEF 5.0 Programa Justiça Eficiente  
SEGOVE Secretaria de Governança e Gestão Estratégica  
SEI Sistema Eletrônico de Informações  
SEPAD Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária  
SEPLAG/MG Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
SEPLAN Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância  
SIAFI/MG Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais  
SIGPlan Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
STF Supremo Tribunal Federal  
TCE/MG Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais  
TIC Tecnologia da Informação e Comunicação  
TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
UaiLab Unidade Avançada de Inovação em Laboratório  
UO Unidade Orçamentária

## **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022
  - 2.1. Orçamento da Receita
  - 2.2. Orçamento da Despesa
  - 2.3. Créditos Suplementares
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
  - 3.1. Execução da Receita
  - 3.2. Execução da Despesa
    - 3.2.1. Ação 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores
    - 3.2.2. Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC
    - 3.2.3. Ação 2091 - Obras e Gestão Predial
    - 3.2.4. Ação 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas
    - 3.2.5. Ação 4395 - Processamento Judiciário
    - 3.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
5. ATOS DE GESTÃO
  - 1ª Vice-Presidência - Área Judiciária
  - 2ª Vice-Presidência - EJEF
  - 3ª Vice-Presidência
    - Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
    - COMSIV - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
    - DEARHU - Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos
    - DENGEP - Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial
    - DIRCOM - Diretoria Executiva de Comunicação
    - DIRFIN - Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária
    - DIRFOR - Diretoria Executiva de Informática
    - DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio
    - Juizados Especiais
    - MEJUD - Memória do Judiciário Mineiro
    - Núcleo de Voluntariado
    - NSA - Núcleo Socioambiental
    - Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária
    - NUTEC - Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa
    - Ouvidoria
    - PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
    - Precatórios
    - Programa Pontualidade 5.0
    - Superintendência da Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil
    - Superintendência de Transporte

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por finalidade evidenciar os atos de gestão concernentes ao exercício de 2022, relativos à Unidade Orçamentária 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, demonstrando o processo de elaboração do orçamento anual ( 2 – Proposta Orçamentária), a execução orçamentária e das metas estabelecidas, conforme conteúdo programático ( 3 – Execução Orçamentária), os resultados alcançados no âmbito do Planejamento e Gestão Estratégicos ( 4 – Planejamento Estratégico) e os atos de gestão realizados ao longo do ano ( 5 – Atos de Gestão).

O documento integra a prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o conjunto normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Sua produção é atribuição da Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG, em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 1.396/PR/2022, que dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, exercício de 2022.

Um dos fatos marcantes do ano em análise foi o estabelecimento, por intermédio da Portaria Conjunta nº 1.373/PR/2022, do Programa Justiça Eficiente – PROJEF 5.0, instrumento norteador do aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais no curso da gestão para o biênio 2022-2024, buscando precipuamente assegurar a razoável duração do processo e os meios que promovam a celeridade de sua tramitação.

O PROJEF 5.0, em apertada síntese, visa à instituição do “Programa de Aceleração da Eficiência Tecnológica”, do “Programa de Modernização da Organização e Divisão Judiciárias” e do “Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias”, bem como almeja o cumprimento de diversos outros objetivos, elencados no artigo 2º do supracitado normativo.

Ademais, foram desenvolvidas diversas outras atividades ao longo de 2022, destacadas neste relatório, ano em que o TJMG foi presidido, no primeiro semestre, pelo Exmo. Desembargador Gilson Soares Lemes, e pelo Exmo. Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, no semestre posterior.

## 2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022

Na UO 4031 – FEPJ foram programadas as despesas correntes e de capital associadas ao Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

A proposta orçamentária de 2022 foi elaborada em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Lei Estadual nº 23.831, de 28 de julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Também teve embasamento na estimativa de receitas para o período, nas diretrizes estabelecidas pela Alta Administração do TJMG e nas programações de despesas informadas pelas denominadas áreas gestoras de orçamento, estabelecidas em consonância com as contratações vigentes e respectivos planejamentos internos.

Ademais, outros fatores tiveram grande importância na construção da proposta como o Planejamento Estratégico do TJMG e os normativos do CNJ pertinentes ao assunto, especialmente a Resolução CNJ nº 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau, e a Resolução CNJ nº 325/2020, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026.

Concluído o processo de consolidação, a proposta orçamentária do TJMG para o exercício de 2022 foi apreciada pelo Órgão Especial, em 25/08/2021, tendo sido, na ocasião, aprovada para encaminhamento ao Poder Executivo Estadual.

### 2.1. Orçamento da Receita

O orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas estimadas foi composto considerando as seguintes fontes de recursos:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades;
- 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica;
- 70 – Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos do Exterior;
- 77 – Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais.

Para composição do orçamento do FEPJ, foi considerada a receita orçamentária total prevista para a UO 4031, consignada na Lei Estadual nº 24.013, de 30 de novembro de 2021, a Lei Orçamentária Anual de 2022, montante de R\$1.829.008.275 (um bilhão, oitocentos e vinte e nove milhões, oito mil e duzentos e setenta e cinco reais).

O quadro abaixo compara os recursos financeiros estimados para os anos de 2021 e 2022.

Quadro I - Estimativa de Recursos Financeiros - 2021 x 2022

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	Código	Especificação	2021 (R\$)	2022 (R\$)	Variação %
60	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	21.007.552	39.000.515	85,65%
	1922.99.1.0.00.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
<b>Valor Total - UO 1031</b>			<b>21.019.552</b>	<b>39.012.515</b>	<b>85,60%</b>

Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	Código	Especificação	2021 (R\$)	2022 (R\$)	Variação %
60	1310.02.1.0.00.000	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	482.820	696.997	44,36%
	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	110.220.503	115.180.427	4,50%
	1360.01.1.1.01.000	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	-	6.000	-
	1610.01.1.0.00.000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	131.002.382	63.419.769	-51,59%
	1610.02.1.0.00.000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.550.000	980.000	-78,46%
	1690.99.1.0.00.000	Outros Serviços	1.356	1.550.740	114261,36%
	1910.01.1.0.00.000	Multas Previstas em Legislação Específica	840.327	160.183	-80,94%
	1910.09.1.1.01.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	6.000	1.209.167	20052,78%
	1921.99.1.1.01.999	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.1.1.99.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	40.511.464	104.895.620	158,93%
	7310.02.1.1.01.001	Receita Intraorçamentária - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.495.196	4.055.000	62,51%
	7610.01.1.1.01.000	Receita Intraorçamentária - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	246.347.558	241.563.253	-1,94%
<b>Valor Total - Fonte 60</b>			<b>536.469.606</b>	<b>533.729.156</b>	<b>-0,51%</b>
24	1718.10.9.1.02.001	Outras Transferências de Convênios da União - Atividades Judiciárias - Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais	36.002	37.716	4,76%
	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	1.579	2.263	43,32%
<b>Valor Total - Fonte 24</b>			<b>37.581</b>	<b>39.979</b>	<b>6,38%</b>
70	1738.10.9.1.02.001	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	948.000	720.000	-24,05%
	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	37.111	223.200	501,44%
<b>Valor Total - Fonte 70</b>			<b>985.111</b>	<b>943.200</b>	<b>-4,25%</b>
77	1121.01.1.0.00.000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	779.252.969	1.001.431.639	28,51%
	1122.01.1.0.00.000	Taxa pela Prestação de Serviços	117.059.885	-	-100,00%
	1122.02.1.0.00.000	Emolumentos e Custas Judiciais	121.317.105	217.672.404	79,42%
	1910.08.1.1.01.000	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Multas Pecuniárias e Juros de Mora Fixados em Sentenças Judiciais	923.364	3.183.474	244,77%
	1910.09.1.0.00.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	618.107	3.308.694	435,29%
	1921.99.1.1.01.999	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.1.1.99.000	Outras Restituições	6.000	5.352	-10,80%
	1990.99.1.1.99.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
<b>Valor Total - Fonte 77</b>			<b>1.019.189.430</b>	<b>1.225.613.563</b>	<b>20,25%</b>
47	2213.00.1.0.00.000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	2.400.000	3.709.114	54,55%
<b>Valor Total - Fonte 47</b>			<b>2.400.000</b>	<b>3.709.114</b>	<b>54,55%</b>
61	1610.01.1.1.23.003	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Poder Judiciário - Verba Indenizatória de Transporte Custeada pelas Partes	22.000.000	26.651.901	21,15%
<b>Valor Total - Fonte 61</b>			<b>22.000.000</b>	<b>26.651.901</b>	<b>21,15%</b>

<b>Valor Total - UO 4031</b>	<b>1.581.081.728</b>	<b>1.790.686.913</b>	<b>13,26%</b>
Recursos Recebidos de Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal	710.000	120.000	-83,10%
Recursos Repassados a Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal*	1.000	811.153	81015,30%
<b>TOTAL GERAL - RECEITAS PREVISTAS</b>	<b>1.602.810.280</b>	<b>1.829.008.275</b>	<b>14,11%</b>

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2021 e 2022.

\*Informamos que o valor de R\$ 811.153 não está incluído no Total Geral das Receitas Previstas.

Cumprir mencionar que a receita estimada referente à UO 1031 foi alocada na UO 4031 com o objetivo de custear parte das despesas correntes previstas.

De maneira concisa, percebe-se variação positiva superior a 14% no total de 2022 em comparação ao exercício anterior.

O próximo quadro resume os valores da previsão de receitas relativa a 2022 por fonte de recursos, incluídos os repasses da UO 1031 e de órgãos e entidades do orçamento fiscal para composição do FEPJ, considerados no cômputo da fonte 60.

#### Quadro II - Estimativa de Recursos Financeiros por Fonte

Fonte	Especificação	IPU	Valor (R\$)
24	Convênios com a União e suas Entidades	1	39.979
47	Alienação de Bens de Entidades Estaduais	1	3.709.114
60	Recursos Diretamente Arrecadados*	1	471.800.342
		2	39.132.515
		7	61.118.726
		Total	572.051.583
61	Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica	1	26.651.901
70	Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos do Exterior	1	943.200
77	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais**	1	1.225.612.498
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>1.829.008.275</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2022.

\*R\$810.088 repassados à UO 1501 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

\*\*R\$1.065 repassados à UO 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda.

## 2.2. Orçamento da Despesa

O orçamento referente à UO 4031 aprovado para o ano de 2022 totalizou o montante de R\$1.829.008.275 (um bilhão, oitocentos e vinte e nove milhões, oito mil e duzentos e setenta e cinco reais), distribuído em ações orçamentárias e por Grupos de Despesa da forma como se demonstra no quadro seguinte.

#### Quadro III - UO 4031 por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesa

Ação	Descrição	3 - Outras Despesas Correntes (R\$)	4 - Investimentos (R\$)	5 - Inversões Financeiras (R\$)	TOTAL (R\$)
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	98.097.088	-	-	98.097.088
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	86.482.538	52.126.264	-	138.608.802
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	97.971.166	283.803.628	25.000.000	406.774.794
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	3.500.000	-	-	3.500.000
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	1.155.969.088	26.058.503	-	1.182.027.591
<b>TOTAL</b>		<b>1.442.019.880</b>	<b>361.988.395</b>	<b>25.000.000</b>	<b>1.829.008.275</b>

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2022.

O quadro seguinte confronta os números de 2021 e 2022 por ações orçamentárias.

#### Quadro IV - Despesas Orçadas - 2021 x 2022

Ação	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	Variação
------	-----------	------------	------------	----------

2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	82.862.030	98.097.088	18,39%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	132.491.443	138.608.802	4,62%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	417.958.194	406.774.794	-2,68%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	5.000.000	3.500.000	-30,00%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	964.498.613	1.182.027.591	22,55%
<b>TOTAL</b>		<b>1.602.810.280</b>	<b>1.829.008.275</b>	<b>14,11%</b>

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2021 e 2022.

Em comparação ao orçamento inicialmente aprovado para o exercício de 2021, observa-se variação positiva de 14,11% no valor orçamentário de 2022, a exemplo, naturalmente, do que ocorreu com a previsão de receitas.

### 2.3. Créditos Suplementares

Não houve, durante o exercício de 2022, necessidade de readequação ou remanejamento do orçamento inicialmente aprovado. Nesse sentido, não foi encaminhada solicitação para abertura de créditos suplementares em favor da UO 4031.

## 3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

Em breve análise do panorama econômico, percebe-se variação nas parametrizações utilizadas para elaboração do projeto de lei orçamentária. A título de exemplificação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado para o ano de 2022 atingiu o percentual de 5,79%, ultrapassando o referencial de 3,50% estabelecido pelo Banco Central e presente no Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o teto máximo da meta governamental (5,00%), resultado da variação de 1,50% relativa ao intervalo de tolerância.

### 3.1. Execução da Receita

Os quadros seguintes comparam a previsão de receita para o exercício (valor inicial e atualizado) e a efetiva arrecadação, apresentando os números, respectivamente, por fonte de recursos e por classificação de receita.

Quadro V - Receita Prevista x Arrecadada - 2021 - Por Fonte de Recursos

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	39.012.515	39.012.515	120.407.401,87	208,64%
<b>TOTAL UO 1031</b>		<b>39.012.515</b>	<b>39.012.515</b>	<b>120.407.401,87</b>	<b>208,64%</b>
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
24	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES	39.979	39.979	35.099,21	-12,21%
47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	3.709.114	3.709.114	-	-100,00%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	533.729.156	535.202.175	1.055.125.709,21	97,15%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULACAO ESPECIFICA	26.651.901	26.651.901	46.840.978,46	75,75%
70	CONVENIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICIPIOS, AS INSTITUICOES PRIVADAS E OS ORGANISMOS DO EXTERIOR	943.200	943.200	221.877,01	-76,48%
77	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.225.613.563	1.225.621.563	1.608.548.382,53	31,24%
<b>TOTAL UO 4031</b>		<b>1.790.686.913</b>	<b>1.792.167.932</b>	<b>2.710.772.046,42</b>	<b>51,26%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Nota: Os valores arrecadados não contemplam as transferências financeiras feitas pelos Órgãos com os quais o FEPJ firmou convênio.

Quadro VI - Receita Prevista x Arrecadada - 2022 - Por Classificação de Receita

Unidade Orçamentária 1031					
---------------------------	--	--	--	--	--

Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	39.000.515	39.000.515	119.951.387,04	207,56%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	437.865,15	7197,75%
	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	18.149,68	202,49%
<b>Valor Total - UO 1031</b>			<b>39.012.515</b>	<b>39.012.515</b>	<b>120.407.401,87</b>	<b>208,64%</b>
<b>Unidade Orçamentária 4031</b>						
Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
24	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	2.263	2.263	-	-100,00%
	1718109102001	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	37.716	37.716	35.099,21	-6,94%
<b>Valor Total - Fonte 24</b>			<b>39.979</b>	<b>39.979</b>	<b>35.099,21</b>	<b>-12,21%</b>
47	2213001199000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - DEMAIS	3.709.114	3.709.114	-	-100,00%
<b>Valor Total - Fonte 47</b>			<b>3.709.114</b>	<b>3.709.114</b>	-	<b>-100,00%</b>
60	1310021101001	CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	696.997	696.997	1.078.777,13	54,78%
	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	115.180.427	115.180.427	403.622.453,60	250,43%
	1360011101000	CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL - FOLHA DE PESSOAL	6.000	6.000	27.820.000,00	463566,67%
	1610011101000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	46.390.120	46.390.120	158.957.974,54	242,65%
	1610011113000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - FOTOCOPIAS E COPIAS HELIOGRAFICAS	6.000	6.000	-	-100,00%
	1610011123002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	15.728.577	15.728.577	27.359.762,15	73,95%
	1610011223002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	248	248	495,54	99,81%
	1610011323002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	1.156.325	1.156.325	1.957.480,78	69,28%
	1610011423002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	138.499	138.499	194.658,72	40,55%
	1610021101000	INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	980.000	980.000	7.224.832,50	637,23%
	1610041104000	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL - PROCESSAMENTO DAS CONSIGNACOES DA FOLHA DE PESSOAL	-	1.473.019	1.989.195,58	35,04%
	1690991101000	OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	1.550.740	1.550.740	-	-100,00%
	1910011108001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	160.041	160.041	197.522,36	23,42%
	1910011108002	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	72	72	3.053,35	4140,76%
	1910011208001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - MULTAS E JUROS - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	70	70	1.199,01	1612,87%
	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	1.209.167	1.209.167	3.665.429,40	203,14%
	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	24.263,99	304,40%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	614.851,33	10147,52%
	1990991109001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	103.249.036	103.249.036	175.493.902,19	69,97%
	1990991109002	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	68.996	68.996	46.542,11	-32,54%
1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	1.473.019	1.473.019	59.699,49	-95,95%	
1990991209001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - MULTAS E JUROS - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	104.569	104.569	90.548,23	-13,41%	

	7310021101001	RECEITA INTRAORÇAMENTARIA - CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	4.055.000	4.055.000	3.159.814,11	-22,08%
	7610011101000	RECEITA INTRAORÇAMENTARIA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	241.563.253	241.563.253	241.563.253,10	0,00%
<b>Valor Total - Fonte 60</b>			<b>533.729.156</b>	<b>535.202.175</b>	<b>1.055.125.709,21</b>	<b>97,15%</b>
61	1610011123003	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE CUSTEADA PELAS PARTES	26.651.901	26.651.901	46.840.978,46	75,75%
<b>Valor Total - Fonte 61</b>			<b>26.651.901</b>	<b>26.651.901</b>	<b>46.840.978,46</b>	<b>75,75%</b>
70	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	223.200	223.200	-	-100,00%
	1738109102001	DIVERSOS MUNICIPIOS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	720.000	720.000	221.877,01	-69,18%
<b>Valor Total - Fonte 70</b>			<b>943.200</b>	<b>943.200</b>	<b>221.877,01</b>	<b>-76,48%</b>
77	1121011102000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - PRINCIPAL	999.139.257	999.139.257	1.285.092.665,21	28,62%
	1121011202000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	1.953.964	1.953.964	1.438.332,19	-26,39%
	1121011302000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	149.973	149.973	184.272,31	22,87%
	1121011402000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	188.445	188.445	250.255,63	32,80%
	1122021101000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	110.908.852	110.908.852	161.374.149,90	45,50%
	1122021102000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	9.145.759	9.145.759	15.372.423,39	68,08%
	1122021103000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - TAXA JUDICIARIA	89.203.274	89.203.274	126.154.483,09	41,42%
	1122021201000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	612	612	1.053,84	72,20%
	1122021202000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	30	30	126,10	320,33%
	1122021203000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	467	467	585,19	25,31%
	1122021301000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	4.382.772	4.382.772	6.696.320,26	52,79%
	1122021302000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	553.845	553.845	707.674,74	27,77%
	1122021303000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - TAXA JUDICIARIA	2.523.531	2.523.531	3.839.387,26	52,14%
	1122021401000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	590.068	590.068	710.133,10	20,35%
	1122021402000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	69.885	69.885	75.817,16	8,49%
	1122021403000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	293.309	293.309	390.333,18	33,08%
	1910081101000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	3.183.474	3.183.474	2.676.228,95	-15,93%
	1910081301000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	-	1.000	26.339,60	2533,96%
	1910081401000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS DE MORA - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	-	1.000	1.110,96	11,10%
	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	3.308.694	3.308.694	3.060.824,15	-7,49%
1910091301000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - DIVIDA ATIVA	-	6.000	494.515,29	8141,92%	
1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	-	-100,00%	
1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	5.352	5.352	1.305,14	-75,61%	
1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	45,89	-99,24%	
<b>Valor Total - Fonte 77</b>			<b>1.225.613.563</b>	<b>1.225.621.563</b>	<b>1.608.548.382,53</b>	<b>31,24%</b>
<b>Valor Total - UO 4031</b>			<b>1.790.686.913</b>	<b>1.792.167.932</b>	<b>2.710.772.046,42</b>	<b>51,26%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro apresenta comparativo entre os valores de receita arrecadados nos exercícios de 2021 e 2022. Percebe-se, no caso de ambas as unidades orçamentárias, significativo aumento do montante contabilizado no exercício de 2022, quando

confrontado com o apurado em 2021, crescimento percentual de 94,59%, no caso da UO 1031, e de 61,59%, se considerada a UO 4031.

**Quadro VII - Receita Arrecadada - 2021 x 2022**

Unidade Orçamentária 1031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R\$)		%
Código	Especificação	2021	2022	Variação
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	61.876.864,50	120.407.401,87	94,59%
<b>TOTAL UO 1031</b>		<b>61.876.864,50</b>	<b>120.407.401,87</b>	<b>94,59%</b>
Unidade Orçamentária 4031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R\$)		%
Código	Especificação	2021	2022	Variação
24	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES	11.075,13	35.099,21	216,92%
47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	737.364,00	-	-100,00%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	355.533.504,34	1.055.125.709,21	196,77%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULACAO ESPECIFICA	28.062.859,94	46.840.978,46	66,91%
70	CONVENIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICIPIOS, AS INSTITUICOES PRIVADAS E OS ORGANISMOS DO EXTERIOR	150.165,28	221.877,01	47,76%
77	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.293.108.165,67	1.608.548.382,53	24,39%
<b>TOTAL UO 4031</b>		<b>1.677.603.134,36</b>	<b>2.710.772.046,42</b>	<b>61,59%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

**3.2. Execução da Despesa**

As despesas realizadas por meio da UO 4031 totalizaram, em 2022, R\$1.386.896.516,13 (um bilhão, trezentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e treze centavos), o que representa um percentual de execução de 75,83% em relação ao Crédito Autorizado, conforme evidencia o próximo quadro.

**Quadro VIII - Crédito Inicial x Autorizado x Despesa Realizada - 2022**

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial (R\$)	Anulação Crédito (R\$)	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	% Execução*
2025	3	77	1	86.482.538,00	-	86.482.538,00	71.358.451,16	82,51%
2025	4	47	1	3.709.114,00	-	3.709.114,00	-	0,00%
2025	4	77	1	48.417.150,00	-	48.417.150,00	46.089.828,54	95,19%
2055	3	60	1	36.978.362,00	-	36.978.362,00	4.690.216,77	12,68%
2055	3	60	7	61.118.726,00	-	61.118.726,00	-	0,00%
2091	3	60	1	25.055.000,00	-	25.055.000,00	10.707.410,88	42,74%
2091	3	77	1	72.916.166,00	-	72.916.166,00	68.552.566,87	94,02%
2091	4	60	1	59.000.000,00	-	59.000.000,00	39.538.007,50	67,01%
2091	4	77	1	224.803.628,00	-	224.803.628,00	173.702.514,36	77,27%
2091	5	77	1	25.000.000,00	-	25.000.000,00	15.596.313,20	62,39%
2109	3	77	1	3.500.000,00	-	3.500.000,00	2.572.846,56	73,51%
4395	3	24	1	39.979,00	-	39.979,00	35.099,21	87,79%
4395	3	60	1	342.186.730,00	33.897,85	342.152.832,15	173.779.220,01	50,79%
4395	3	60	2	39.132.515,00	-	39.132.515,00	95.164,50	0,24%
4395	3	61	1	26.651.901,00	-	26.651.901,00	26.651.901,00	100,00%
4395	3	70	1	943.200,00	-	943.200,00	222.517,88	23,59%
4395	3	77	1	747.014.763,00	-	747.014.763,00	738.580.069,91	98,87%
4395	4	60	1	8.580.250,00	-	8.580.250,00	2.629.356,84	30,64%
4395	4	77	1	17.478.253,00	-	17.478.253,00	12.095.030,94	69,20%
<b>TOTAL</b>				<b>1.829.008.275,00</b>	<b>33.897,85</b>	<b>1.828.974.377,15</b>	<b>1.386.896.516,13</b>	<b>75,83%</b>

\*Despesa Realizada em relação ao Crédito Autorizado.

Importante destacar, no tocante aos números acima apresentados, a anulação de crédito no valor de R\$33.897,85 (trinta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos) para possibilitar transferência orçamentária/financeira à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE-MG, efetivada, por meio do Decreto nº 335, de 20/06/2022, viabilizando, dessa forma, o cumprimento do que dispõe o Acordo de Cooperação nº 148/2022 (Cv. 148/2022).

**Quadro IX - Despesa Realizada - 2021 x 2022 - Por Ação Orçamentária**

Ação	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	Variação
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	82.862.030,00	4.690.216,77	-94,34%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	117.316.128,27	117.448.279,70	0,11%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	346.051.513,68	308.096.812,81	-10,97%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	1.815.736,40	2.572.846,56	41,70%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	775.247.281,16	954.088.360,29	23,07%
<b>TOTAL</b>		<b>1.323.292.689,51</b>	<b>1.386.896.516,13</b>	<b>4,81%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro acima confronta as despesas realizadas nos exercícios de 2021 e 2022 por ação orçamentária. Observa-se variação positiva de 4,81% no total realizado em 2022 em comparação ao ano predecessor.

Na seqüência são comparadas as despesas realizadas por grupo de despesa nos dois últimos exercícios.

**Quadro X - Despesa Realizada - 2021 x 2022 - Por Grupo de Despesa**

Grupo	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	Variação
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.004.435.695,20	1.097.245.464,75	9,24%
4	INVESTIMENTOS	318.856.994,31	274.054.738,18	-14,05%
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	15.596.313,20	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.323.292.689,51</b>	<b>1.386.896.516,13</b>	<b>4,81%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro ordena decrescentemente as maiores despesas apuradas no exercício de 2022 para o Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, comparando-as aos valores realizados em 2021.

Destacam-se os gastos relativos ao elemento de despesa 37 – Locação de Mão-de-Obra (itens de despesa Locação de Serviços de Apoio Administrativo e Locação de Serviços de Conservação e Limpeza), à indenização de transporte devida aos oficiais de justiça e oficiais de cartório (elemento-item 93.27), à contratação de estagiários (elemento-item 36.01) e à contratação de serviços de tecnologia da informação (elemento-item 40.02).

**Quadro XI - Maiores Despesas - Grupo 3 - 2021 x 2022**

Elemento	Item	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	% Variação
37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	465.615.544,32	554.039.234,08	18,99%
93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	71.514.756,61	105.054.027,11	46,90%
36	1	ESTAGIARIOS	82.899.879,75	94.597.129,52	14,11%
37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	74.753.379,17	78.164.870,14	4,56%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	47.206.848,81	52.362.778,15	10,92%
39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	24.259.887,63	29.152.824,33	20,17%
39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	26.490.171,78	26.222.196,40	-1,01%
40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	17.619.579,41	19.405.602,42	10,14%
39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	20.089.601,21	17.941.226,57	-10,69%
49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	8.369.987,97	11.897.476,00	42,14%
39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	14.873.292,47	8.792.770,64	-40,88%
36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	5.475.313,37	8.374.802,30	52,96%
93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	3.100.594,39	6.779.556,36	118,65%
39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	9.646.872,90	6.315.590,84	-34,53%
36	27	JUIZES LEIGOS	2.879.742,41	6.253.093,29	117,14%
14	1	DIARIAS - CIVIL	2.830.781,72	5.502.165,10	94,37%

39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.569.027,19	5.302.027,90	16,04%
39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	3.985.568,96	5.012.802,01	25,77%
36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	3.526.488,18	4.791.019,63	35,86%
39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	806.035,81	3.941.218,24	388,96%
30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	2.194.509,06	3.320.196,92	51,30%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.289.317,79	3.004.974,64	133,07%
36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.995.931,97	2.982.393,30	-0,45%
30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	4.159.452,67	2.813.899,08	-32,35%
8	3	AUXILIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	6.140.433,00	2.661.802,00	-56,65%
30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	1.351.317,17	2.266.229,43	67,71%
39	37	TAXA DE CONDOMINIO	2.073.331,09	2.240.708,72	8,07%
93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	27.625.008,00	2.028.414,77	-92,66%
33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	390.886,99	1.650.019,89	322,12%
15	1	DIARIAS - MILITAR	885.669,00	1.549.844,12	74,99%
30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.145.087,90	1.450.703,60	26,69%
39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.001.528,74	1.377.134,71	37,50%
39	10	PREMIOS DE SEGUROS	386.044,23	1.175.361,41	204,46%
39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	650.290,62	1.022.376,51	57,22%
30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	171.533,57	1.004.304,87	485,49%
39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	445.911,57	999.221,13	124,09%
39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	817.972,05	923.908,91	12,95%
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	828.192,18	883.490,43	6,68%
49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	6.703.326,45	798.395,15	-88,09%
39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	399.212,98	783.085,66	96,16%
39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	625.301,02	776.590,58	24,19%
39	18	REPAROS DE VEICULOS	703.030,66	762.829,30	8,51%
39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	456.080,31	717.268,95	57,27%
39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	463.583,62	696.973,46	50,34%
39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	195.340,73	679.028,12	247,61%
37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	642.488,30	673.031,37	4,75%
30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	66.149,67	658.627,20	895,66%
30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	109.154,72	625.832,05	473,34%
30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	364.069,05	475.184,38	30,52%
47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	408.099,18	468.205,22	14,73%
39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	61.727,45	456.079,25	638,86%
30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	224.342,01	340.235,53	51,66%
35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	53.592,48	326.220,78	508,71%
40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	342.288,89	299.594,00	-12,47%
30	20	MATERIAL ELETRICO	73.877,33	258.177,88	249,47%
30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	188.713,64	235.276,97	24,67%
93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	93.495,72	233.040,87	149,25%
39	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	200.000,00	202.072,00	1,04%

30	11	MATERIAL ODONTOLOGICO	40.514,10	188.709,67	365,79%
39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	296.499,12	188.425,44	-36,45%
Demais itens de despesa*			46.659.036,11	3.145.185,45	-93,26%
<b>TOTAL</b>			<b>1.004.435.695,20</b>	<b>1.097.245.464,75</b>	<b>9,24%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

\*Incluído no cômputo de 2021 o valor de R\$43.193.262 referente ao item 46.01 - Auxílio Alimentação - Pecúnia. Em 2022 não houve execução dessa despesa por meio da UO 4031.

O quadro seguinte, por sua vez, relaciona as maiores despesas realizadas em 2022 para o Grupo de Despesa 4 – Investimentos, fazendo, a exemplo do quadro anterior, a comparação com o apurado no ano predecessor, merecendo realce os dispêndios relativos ao elemento de despesa 51 – Obras e Instalações, bem como à aquisição de equipamentos de informática, de software e de mobiliário.

**Quadro XII - Maiores Despesas - Grupo 4 - 2021 x 2022**

Elemento	Item	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	% Variação
51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	240.723.146,40	196.955.302,31	-18,18%
52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	29.579.180,15	34.055.021,10	15,13%
40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	22.250.322,08	9.613.401,11	-56,79%
52	14	MOBILIARIO	7.160.977,43	8.063.247,86	12,60%
51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	5.705.175,22	5.447.186,58	-4,52%
39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	2.443.040,66	3.582.519,32	46,64%
52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	372.286,06	2.603.223,46	599,25%
52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	51.811,10	2.374.677,47	4483,34%
51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	5.191.335,60	1.925.347,27	-62,91%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.494.704,66	1.770.102,95	18,42%
52	17	VEICULOS	-	1.375.000,00	-
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1.716.692,37	973.643,58	-43,28%
30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	-	872.485,66	-
52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	878.219,94	767.596,83	-12,60%
52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	110.867,98	750.846,32	577,24%
39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	104.932,16	722.359,10	588,41%
52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	113.361,84	659.340,67	481,62%
30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	58.314,54	319.990,19	448,73%
30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	2.982,56	301.121,67	9996,08%
40	7	AQUISICAO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA PRODEMGE	-	245.824,00	-
52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	332.509,06	211.192,73	-36,49%
39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	253.721,41	78.844,73	-68,92%
52	26	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	12.400,00	76.665,73	518,27%
52	18	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	78.706,53	70.000,00	-11,06%
39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	-	62.149,87	-
30	18	MATERIA-PRIMA E PROD. P/ MANIPULACAO E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMACAO	-	58.000,00	-
52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	52.091,96	36.067,83	-30,76%
52	99	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	27.092,00	32.094,34	18,46%
52	4	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	50.569,81	12.173,09	-75,93%
30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	-	10.980,00	-
52	9	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	76.480,44	8.465,30	-88,93%
30	20	MATERIAL ELETRICO	1.920,00	7.027,60	266,02%

52	30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	-	3.437,28	-
52	27	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-	2.980,00	-
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	350,00	2.800,00	700,00%
52	11	INSTRUMENTOS DE LABORATORIO, MEDICOS E ODONTOLOGICOS	-	2.407,07	-
30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	-	1.215,16	-
51	10	MATERIAL PARA OBRAS - BENS PATRIMONIAVEIS	302,35	-	-100,00%
52	15	OBJETOS DE ARTE E ANTIGUIDADES	11.750,00	-	-100,00%
61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	1.750,00	-	-100,00%
<b>TOTAL</b>			<b>318.856.994,31</b>	<b>274.054.738,18</b>	<b>-14,05%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Ainda no que concerne à execução por grupo de despesa, releva mencionar a realização de R\$15.596.313,20 (quinze milhões, quinhentos e noventa e seis mil, trezentos e treze reais e vinte centavos), conforme demonstrado no Quadro X, referente à desapropriação de imóveis destinados ao funcionamento do Fórum Regional e Juizado Especial do Barreiro, na Comarca de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto Estadual NE nº 664, de 18 de outubro de 2022.

Demonstra-se, nos próximos tópicos, a execução por ação orçamentária, com apresentação de quadros que tratam, respectivamente, da realização mensal física e financeira e da execução regionalizada, comparando-as à programação inicial.

Previamente, insta destacar o que aponta o Manual de Monitoramento do PPAG – 2022, disponível no sítio eletrônico da SEPLAG/MG, relativamente aos desempenhos físico e orçamentário das ações orçamentárias para cada período apurado.

Assim, a ação orçamentária possui desempenho satisfatório quando sua execução física e/ou financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação ao programado. Execuções abaixo desse índice recebem o *status* crítico; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o *status* subestimado.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual da ação e se a execução física for não cumulativa, os valores lançados a cada mês não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

As ações orçamentárias que compõem a UO 4031 são de caráter cumulativo, exceção feita à 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores.

### 3.2.1. Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

<b>Função:</b>	02 - Judiciária
<b>Subfunção:</b>	061 - Ação Judiciária
<b>Programa:</b>	706 - Prestação Jurisdicional
<b>Produto:</b>	Pessoa Beneficiada
<b>Unidade de Medida:</b>	Pessoa
<b>Meta Física:</b>	21.259

A ação 2055 tem como finalidade garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores da ativa, inativos e pensionistas do TJMG.

Em 2022, foi executado, por meio dessa ação, o valor total de R\$4.690.216,77 (quatro milhões, seiscentos e noventa mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos).

Os quadros seguintes apresentam os resultados referentes ao monitoramento realizado por meio do SIGPlan, sendo o primeiro, relativo à execução física e orçamentária em comparação ao que foi programado e reprogramado, e o segundo, concernente à execução física e orçamentária por região estadual confrontada com a programação inicial.

Em relação à análise consolidada da ação, tanto o desempenho físico (43,89%) quanto o orçamentário (4,78%) alcançaram o padrão crítico, conforme critérios evidenciados anteriormente. A justificativa para tal ocorrência fundamenta-se, primeiramente, no fato de que as despesas concernentes ao pagamento dos auxílios foram realizadas primordialmente por meio dos recursos alocados na UO 1031.

Ademais, conforme destacado nas informações de situação da ação constantes no SIGPlan, “as metas física e orçamentária estabelecidas para o período consideraram a possibilidade de nomeação de servidores, em razão da previsão de realização de concurso público. Tendo em vista a não conclusão, durante o ano em análise, dos processos de seleção, o desempenho da meta ficou prejudicado”.

*Quadro XIII - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores*

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	-	-	-
Fevereiro	0	0	0	-	-	-

Março	0	0	0	-	-	-
Abril	0	0	0	-	-	-
Mai	0	0	0	-	-	-
Junho	0	0	0	-	-	-
Julho	0	0	0	-	-	-
Agosto	0	0	0	-	-	-
Setembro	0	0	0	-	-	-
Outubro	0	0	0	-	-	-
Novembro	0	0	0	-	-	-
Dezembro	21.259	9.330	9.330	98.097.088,00	98.097.088,00	4.690.216,77
<b>TOTAL</b>	<b>21.259</b>	<b>9.330</b>	<b>9.330</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>4.690.216,77</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

**Quadro XIV - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores**

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %
Estadual	21.259	9.330	43,89	100,00	98.097.088,00	4.690.216,77	4,78	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.259</b>	<b>9.330</b>	<b>43,89</b>	<b>100,00</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>4.690.216,77</b>	<b>4,78</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

**3.2.2. Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC**

<b>Função:</b>	02 - Judiciária
<b>Subfunção:</b>	061 - Ação Judiciária
<b>Programa:</b>	706 - Prestação Jurisdicional
<b>Produto:</b>	Ativo de TIC Implantado
<b>Unidade de Medida:</b>	Ativo ou Serviço de TIC
<b>Meta Física:</b>	6.000

Tem por finalidade promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do TJMG.

O total realizado por meio da ação é R\$117.448.279,70 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos).

Os dois próximos quadros evidenciam as maiores despesas realizadas ao longo do ano, sendo o primeiro, informativo dos gastos por elemento-item, e o segundo, demonstrativo dos valores desembolsados com os principais credores.

**Quadro XV - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2025 - Por Elemento-Item**

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	52.292.810,90	44,52%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	33.621.630,07	28,63%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	18.122.756,00	15,43%
4	40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	9.607.551,11	8,18%
4	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.770.102,95	1,51%
4	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	817.063,00	0,70%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	408.113,57	0,35%
3	40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	299.594,00	0,26%
4	40	7	AQUISICAO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA PRODEMGE	245.824,00	0,21%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	200.714,78	0,17%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	34.461,91	0,03%
4	52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	27.657,41	0,02%

<b>TOTAL</b>	<b>117.448.279,70</b>	<b>100,00%</b>
--------------	-----------------------	----------------

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

*Quadro XVI - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2025*

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao Total
DATEN TECNOLOGIA LTDA	31.937.098,96	27,19%
CLARO S.A.	18.293.846,53	15,58%
WYNTECH SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	9.743.198,08	8,30%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	7.923.025,87	6,75%
SPASSU TECNOLOGIA E SERVICOS S. A	6.468.030,71	5,51%
AMC INFORMATICA LTDA	6.039.110,84	5,14%
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	5.356.863,67	4,56%
ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	4.653.256,86	3,96%
IT2B TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	3.465.544,27	2,95%
TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	1.978.898,28	1,68%
CAST INFORMATICA S/A	1.834.198,59	1,56%
SOLO NETWORK BRASIL S.A.	1.749.995,96	1,49%
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	1.465.291,24	1,25%
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	1.387.505,63	1,18%
DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	1.355.406,00	1,15%
TABTEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA - EPP	1.245.200,00	1,06%
IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	1.174.205,44	1,00%
INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMACAO E REPRESENTACOES LTDA	1.049.927,00	0,89%
ASPER TECNOLOGIA LTDA	977.510,80	0,83%
CAPGEMINI BRASIL S/A	807.632,84	0,69%
CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA.	748.739,95	0,64%
AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	747.153,00	0,64%
LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUICAO LIMITADA	702.752,11	0,60%
GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA.	591.206,00	0,50%
SILVEIRA & MRACK LTDA	586.013,69	0,50%
LUMIS EIP TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	561.914,87	0,48%
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	545.418,00	0,46%
EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	529.360,73	0,45%
POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTACOES LTDA	327.772,92	0,28%
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	301.803,86	0,26%
OAT LICENCIAMENTOS LTDA.	296.456,00	0,25%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.	285.288,34	0,24%
BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	241.115,96	0,21%
GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	236.215,00	0,20%
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	230.670,00	0,20%
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	206.800,00	0,18%
TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	194.573,66	0,17%
MULTIMIX DISTRIBUIDORA LTDA	166.628,54	0,14%
TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	128.700,24	0,11%

TRACE SISTEMAS LTDA	106.852,11	0,09%
Demais Credores	807.097,15	0,69%
<b>TOTAL</b>	<b>117.448.279,70</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Referentemente ao monitoramento físico da ação, a meta apurada, 1.402 ativos de TIC implantados, alcançou o percentual de 23,37% do inicialmente estimado, *status* crítico, portanto.

Conforme justificativa de desempenho registrada no SIGPlan pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR, área responsável pelo monitoramento da ação, “o contrato para aquisição dos notebooks com base na Ata de Registro de Preços foi assinado em novembro. Entretanto, em razão dos prazos necessários para entrega dos equipamentos pelo fornecedor, não conseguimos fazer frente a todo o planejamento de distribuição inicialmente previsto para 2022”.

Relativamente à meta orçamentária, o desempenho é satisfatório, uma vez que se realizou 84,73% do inicialmente programado.

*Quadro XVII - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC*

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	500	43	43	1.484.763,46	1.484.763,46	1.484.763,46
Fevereiro	500	245	245	3.225.604,59	3.225.604,59	3.225.604,59
Março	500	243	243	13.259.956,81	6.086.730,71	6.086.730,71
Abril	500	251	251	23.258.903,67	8.788.659,54	8.788.659,54
Mai	500	133	133	8.875.312,45	6.910.685,72	6.910.685,72
Junho	500	25	25	10.390.476,04	4.714.768,59	4.714.768,59
Julho	500	98	98	8.462.753,66	7.000.435,56	7.000.435,56
Agosto	500	109	109	8.613.027,85	7.790.762,97	7.790.762,97
Setembro	500	78	78	8.288.826,80	6.377.140,47	6.377.140,47
Outubro	500	135	135	9.099.100,50	6.024.796,36	6.024.796,36
Novembro	500	18	18	9.565.168,42	4.909.672,25	4.909.672,25
Dezembro	500	24	24	34.084.907,75	75.294.781,78	54.134.259,48
<b>TOTAL</b>	<b>6.000</b>	<b>1.402</b>	<b>1.402</b>	<b>138.608.802,00</b>	<b>138.608.802,00</b>	<b>117.448.279,70</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

*Quadro XVIII - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC*

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %
Estadual	1.800	2	0,11	0,14	41.582.640,00	52.093.784,99	125,28	44,35
Região Intermediária de Barbacena	0	2	0,00	0,14	-	6.236,56	0,00	0,01
Região Intermediária de Belo Horizonte	4.200	994	23,67	70,90	97.026.162,00	62.107.287,53	64,01	52,88
Região Intermediária de Divinópolis	0	25	0,00	1,78	-	43.655,92	0,00	0,04
Região Intermediária de Governador Valadares	0	25	0,00	1,78	-	46.774,20	0,00	0,04
Região Intermediária de Ipatinga	0	55	0,00	3,92	-	130.967,76	0,00	0,11
Região Intermediária de Juiz de Fora	0	84	0,00	5,99	-	205.806,48	0,00	0,18
Região Intermediária de Montes Claros	0	27	0,00	1,93	-	81.075,28	0,00	0,07
Região Intermediária de Patos de Minas	0	23	0,00	1,64	-	46.774,20	0,00	0,04
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	49	0,00	3,50	-	130.967,76	0,00	0,11
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	9	0,00	0,64	-	28.064,52	0,00	0,02
Região Intermediária de Uberaba	0	29	0,00	2,07	-	62.365,60	0,00	0,05

Região Intermediária de Uberlândia	0	35	0,00	2,50	-	102.903,24	0,00	0,09
Região Intermediária de Varginha	0	43	0,00	3,07	-	2.361.615,66	0,00	2,01
<b>Total</b>	<b>6.000</b>	<b>1.402</b>	<b>23,37</b>	<b>100,00</b>	<b>138.608.802,00</b>	<b>117.448.279,70</b>	<b>84,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

### 3.2.3. Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

<b>Função:</b>	02 - Judiciária
<b>Subfunção:</b>	061 - Ação Judiciária
<b>Programa:</b>	706 - Prestação Jurisdicional
<b>Produto:</b>	Unidade Construída / Reformada / Ampliada
<b>Unidade de Medida:</b>	Intervenção
<b>Meta Física:</b>	27

A finalidade da ação 2091 é destinar recursos necessários à garantia da infraestrutura física das unidades prediais de 1ª e 2ª Instâncias.

Por meio da ação são processadas as despesas com o desenvolvimento das etapas necessárias para a realização de obras (estudos e projetos, aquisição de terrenos ou imóveis, construção ou reforma), com a manutenção das unidades prediais, com a compra e/ou instalação de equipamentos, com a locação de imóveis, com água, luz, telefonia, dentre outras.

A despesa total apurada no exercício de 2022 é R\$308.096.812,81 (trezentos e oito milhões, noventa e seis mil, oitocentos e doze reais e oitenta e um centavos).

O quadro que segue demonstra a execução por elemento-item de despesa, com a rubrica 51.03 – Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniais representando 63,93% do dispêndio total. Destacam-se também as despesas referentes a reparos de bens imóveis, energia elétrica (contratos e tarifa), água e esgoto, elemento-item 61.04 – Edifícios, dentre outras.

Quadro XIX - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2091 - Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
4	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAIS	196.955.302,31	63,93%
3	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	26.205.828,40	8,51%
3	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	17.941.226,57	5,82%
5	61	4	EDIFICIOS	15.596.313,20	5,06%
3	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	8.792.770,64	2,85%
3	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	6.315.590,84	2,05%
4	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAIS	5.447.186,58	1,77%
3	39	20	LOCAAO DE BENS IMOVEIS	5.012.802,01	1,63%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.976.981,47	1,62%
4	39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	3.582.519,32	1,16%
3	36	11	LOCAAO DE BENS IMOVEIS	2.982.393,30	0,97%
3	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	2.240.708,72	0,73%
4	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	1.925.347,27	0,62%
4	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	1.698.123,46	0,55%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.112.696,50	0,36%
4	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	973.643,58	0,32%
4	52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	750.846,32	0,24%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	610.982,85	0,20%
3	47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	468.205,22	0,15%
3	39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	456.079,25	0,15%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	450.033,40	0,15%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	387.942,17	0,13%

3	30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	335.568,53	0,11%
4	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	322.359,10	0,10%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	311.996,73	0,10%
4	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	294.950,19	0,10%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	292.751,14	0,10%
3	30	20	MATERIAL ELETRICO	245.234,84	0,08%
3	93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	184.166,03	0,06%
3	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	179.789,05	0,06%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	144.093,21	0,05%
4	52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	97.192,73	0,03%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	96.089,44	0,03%
3	93	12	INDENIZACAO POR UTILIZACAO DE BENS DE TERCEIROS	85.383,74	0,03%
4	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	78.844,73	0,03%
4	52	26	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	76.665,73	0,02%
3	39	14	SERVICO DE TELEFONIA	76.575,08	0,02%
3	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	64.753,30	0,02%
4	39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	62.149,87	0,02%
3	47	7	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	56.428,33	0,02%
Demais Itens				208.297,66	0,07%
<b>TOTAL</b>				<b>308.096.812,81</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro seguinte elenca os maiores credores com despesas realizadas por meio da ação orçamentária.

*Quadro XX - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2091*

<b>Credor</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>% em relação ao Total</b>
ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	30.470.177,34	9,89%
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	25.341.834,54	8,23%
DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	18.277.682,81	5,93%
MARTINS & MARTINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	16.204.550,49	5,26%
CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA	14.745.377,15	4,79%
ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA	12.490.252,91	4,05%
CLL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP	10.866.635,66	3,53%
ENGEBANC CONSTRUACOES LTDA -EPP	9.789.967,38	3,18%
OMS ENGENHARIA E MONTAGENS EIRELI	8.923.557,89	2,90%
BC1 PRE MOLDADOS E CONSTRUACOES CIVIS LTDA	8.418.028,66	2,73%
ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUACOES LTDA.	7.978.213,00	2,59%
CGD CONSTRUTORA GUIMARAES DIAS LTDA	7.898.724,02	2,56%
A & R COMERCIO E SERVICOS LTDA	7.773.989,57	2,52%
G.C.E S/A	7.217.609,62	2,34%
ENGEMAR ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA	6.155.361,87	2,00%
BEM ENGENHARIA EIRELI	5.955.396,57	1,93%
CONSTRUTORA CONCRETIZA EIRELI	5.506.853,68	1,79%
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	5.180.053,66	1,68%
R & R ENGENHARIA LTDA	5.142.836,15	1,67%

SOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCOES E ESTRUTURAS METALICAS EIRELI	4.325.253,16	1,40%
SEICON INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA	4.285.546,92	1,39%
PEREIRA CAMPOS ENGENHARIA LTDA -EPP	4.046.830,48	1,31%
TERRA E TECNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	4.015.930,94	1,30%
TETO CONSTRUTORA S.A.	3.644.177,13	1,18%
JEQUITIBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	3.582.519,32	1,16%
ELETROCONTROLE ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	3.080.000,00	1,00%
ENGENORTE ENGENHARIA SERVICOS E CONSULTORIA LTDA - EPP	2.626.254,40	0,85%
E F PROJETOS E ENGENHARIA LTDA	2.369.177,96	0,77%
GEOX GEOTECNIA E ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	2.262.550,59	0,73%
AMARAL CONSTRUCOES LTDA	2.200.000,00	0,71%
CONSTRUTORA SINARCO LTDA	2.153.582,25	0,70%
DELPA ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA	2.151.574,89	0,70%
PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	2.052.623,37	0,67%
INFORREDE CABEAMENTO ESTRUTURADO E INFORMATICA LTDA	1.819.834,07	0,59%
OROS ENGENHARIA LTDA	1.710.925,95	0,56%
PROBANC ENGENHARIA LTDA - EPP	1.635.460,12	0,53%
CONSTRUTORA UNICA LTDA	1.557.865,39	0,51%
ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	1.444.092,88	0,47%
URBANA ARQUITETURA E PROJETOS LTDA	1.412.419,02	0,46%
ENGEMON COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA	1.244.167,81	0,40%
CG ENGENHARIA EIRELI	1.230.125,92	0,40%
GALICIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.223.314,55	0,40%
LUMENS ENGENHARIA LTDA	1.172.984,26	0,38%
TERMALE ENGENHARIA LTDA	1.071.573,41	0,35%
ACOMAR REFORMA E REFRIGERACAO LTDA -EPP	963.058,15	0,31%
CONSTRUTORA DINIZ CAMARGOS LTDA	923.667,36	0,30%
CONDOMINIO HV BUSINESS PARK	915.932,08	0,30%
CONSTRUTORA DEBS PROCOPIO LTDA	900.000,00	0,29%
BRAVO AR SERVICE COMERCIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	896.744,62	0,29%
ITS MANUTENCOES LTDA	865.000,00	0,28%
Demais Credores	29.976.522,84	9,73%
<b>TOTAL</b>	<b>308.096.812,81</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros demonstram a execução financeira e física da ação, mês a mês, bem como a execução por região do Estado, confrontados os números programados e os realizados.

Relativamente à meta física, o resultado foi de 24 (vinte e quatro) intervenções finalizadas, com a devida emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP correspondente. O desempenho é considerado satisfatório, uma vez que foi prevista a finalização de 27 (vinte e sete) obras, percentual de cumprimento de 88,89%, portanto. Referentemente à meta orçamentária, também é satisfatório o desempenho, com realização de 75,74% do programado.

*Quadro XXI - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial*

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	1.325.837,96	1.325.837,96	1.325.837,96
Fevereiro	0	0	0	11.367.989,41	11.367.989,41	11.367.989,41
Março	0	4	4	30.223.793,84	30.223.793,84	30.223.793,84
Abril	0	4	4	34.757.362,92	21.339.111,59	21.339.111,59

Maio	0	3	3	34.757.362,92	28.364.387,42	28.364.387,42
Junho	0	3	3	34.757.362,92	21.017.400,67	21.017.400,67
Julho	0	4	4	34.757.362,92	22.350.112,67	22.350.112,67
Agosto	0	1	1	34.757.362,92	17.338.236,02	17.338.236,02
Setembro	0	3	3	34.757.362,92	20.620.187,03	20.620.187,03
Outubro	0	2	2	34.757.362,92	20.023.459,42	20.023.459,42
Novembro	0	0	0	34.757.362,92	23.779.853,97	23.779.853,97
Dezembro	27	0	0	85.798.269,43	189.024.424,00	90.346.442,81
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>406.774.794,00</b>	<b>406.774.794,00</b>	<b>308.096.812,81</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

#### Quadro XXII - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %
Estadual	0	1	0,00	4,17	119.417.953,00	152.116.374,68	127,38	49,37
Região Intermediária de Barbacena	0	0	0,00	0,00	6.826.540,00	2.159.458,89	31,63	0,70
Região Intermediária de Belo Horizonte	6	6	100,00	25,00	83.167.849,00	31.968.168,70	38,44	10,38
Região Intermediária de Divinópolis	3	0	0,00	0,00	32.930.037,00	14.612.615,78	44,37	4,74
Região Intermediária de Governador Valadares	1	0	0,00	0,00	11.676.290,00	407.044,13	3,49	0,13
Região Intermediária de Ipatinga	0	0	0,00	0,00	5.310.344,00	1.281.533,28	24,13	0,42
Região Intermediária de Juiz de Fora	0	3	0,00	12,50	22.658.173,00	10.815.984,23	47,74	3,51
Região Intermediária de Montes Claros	1	1	100,00	4,17	17.960.964,00	23.767.616,07	132,33	7,71
Região Intermediária de Patos de Minas	2	2	100,00	8,33	7.296.594,00	7.632.047,79	104,60	2,48
Região Intermediária de Pouso Alegre	4	0	0,00	0,00	28.924.060,00	19.645.621,42	67,92	6,38
Região Intermediária de Teófilo Otoni	3	8	266,67	33,33	30.535.438,00	12.020.989,38	39,37	3,90
Região Intermediária de Uberaba	1	0	0,00	0,00	2.266.390,00	1.594.428,91	70,35	0,52
Região Intermediária de Uberlândia	1	0	0,00	0,00	11.918.049,00	10.656.313,27	89,41	3,46
Região Intermediária de Varginha	5	3	60,00	12,50	25.886.113,00	19.418.616,28	75,02	6,30
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>24</b>	<b>88,89</b>	<b>100,00</b>	<b>406.774.794,00</b>	<b>308.096.812,81</b>	<b>75,74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

#### 3.2.4. Ação Orçamentária 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

<b>Função:</b>	02 - Judiciária
<b>Subfunção:</b>	128 - Formação de Recursos Humanos
<b>Programa:</b>	706 - Prestação Jurisdicional
<b>Produto:</b>	Aprovação em Ação Educacional
<b>Unidade de Medida:</b>	Unidade
<b>Meta Física:</b>	60.000

Atender às despesas necessárias à formação de magistrados e servidores (do TJMG) e demais públicos atendidos pela EJEJ, nos termos de seu plano de desenvolvimento institucional, com o propósito de contribuir para a realização da justiça e de sua integração à sociedade, visando à promoção da paz social, bem como para a garantia da eficiência administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais é a finalidade da ação 2109.

O total realizado em 2022 alcança o valor de R\$2.572.846,56 (dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais

e cinquenta e seis centavos).

Estão relacionadas nos quadros seguintes as maiores despesas por elemento-item e por credor, respectivamente.

**Quadro XXIII - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2109 - Por Elemento-Item**

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	933.221,13	36,27%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	817.230,57	31,76%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	290.824,98	11,30%
3	36	31	SERVICOS DE TREINAMENTO, CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL	132.889,65	5,17%
3	39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	100.000,00	3,89%
3	36	23	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	82.164,47	3,19%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	76.398,41	2,97%
3	39	24	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	57.180,00	2,22%
3	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	31.600,00	1,23%
3	39	48	CURSOS DE FORMACAO, CAPACITACAO E POS-GRADUACAO PARA SERVIDORES	20.649,00	0,80%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	20.607,10	0,80%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	7.481,25	0,29%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	2.300,00	0,09%
3	36	4	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	300,00	0,01%
<b>TOTAL</b>				<b>2.572.846,56</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

**Quadro XXIV - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2109**

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao Total
FUNDACAO DOM CABRAL	230.500,00	8,96%
FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTABEI	175.000,08	6,80%
A&C EVENTOS E PROMOCOES EIRELI	157.629,94	6,13%
FALCONI CONSULTORES S.A.	145.000,00	5,64%
EPICO EVENTOS EIRELI	133.195,04	5,18%
KEPLER VIAGENS, EVENTOS E TURISMO EIRELI	100.000,00	3,89%
PICCOLI CONSULTORIA LTDA	82.500,00	3,21%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	76.398,41	2,97%
GVP CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA.	52.400,00	2,04%
ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A	45.932,00	1,79%
ERGON CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	38.860,80	1,51%
EPHISTHEME PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCACAO LTDA	36.535,79	1,42%
BUFFET REQUINTE RECEPCOES LTDA	31.600,00	1,23%
ARKHI TECNOLOGIA LTDA	29.700,00	1,15%
WORKING ASSOCIACAO DE INTEGRACAO PROFISSIONAL	21.180,00	0,82%
ADRIANO BEIRAS	20.310,00	0,79%
BOSELLI LICITACOES LTDA	16.000,00	0,62%
CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E SILVA	16.000,00	0,62%
ROSELY LUCAS DE OLIVEIRA	15.906,68	0,62%

DANIEL FAUTH WASHINGTON MARTINS	15.616,20	0,61%
Demais Credores	1.132.581,62	44,02%
<b>TOTAL</b>	<b>2.572.846,56</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Na sequência, são apresentados os quadros com a informação sobre a execução física e orçamentária da ação em comparação com o planejamento realizado.

A meta física realizada, 64.357 aprovações em ações educacionais, representa 107,26% do inicialmente estabelecido, status satisfatório, por conseguinte. Da mesma forma, obteve enquadramento satisfatório o resultado orçamentário da ação, com a execução de 73,51% do aprovado no orçamento anual.

*Quadro XXV – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas*

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	532	532	532	54.549,54	54.549,54	54.549,54
Fevereiro	5.167	5.167	5.167	17.389,36	17.389,36	17.389,36
Março	5.103	8.099	8.099	60.000,00	55.694,59	55.694,59
Abril	6.376	5.859	5.859	276.897,12	90.907,71	90.907,71
Maiο	6.892	8.521	8.521	416.108,52	222.289,77	222.289,77
Junho	6.887	10.390	10.390	442.415,36	254.323,26	254.323,26
Julho	4.010	2.910	2.910	287.880,45	110.087,72	110.087,72
Agosto	4.271	3.081	3.081	336.589,80	115.385,83	115.385,83
Setembro	6.549	4.096	4.096	395.978,85	346.087,23	346.087,23
Outubro	5.223	3.418	3.418	373.384,86	242.036,76	242.036,76
Novembro	4.353	5.667	5.667	431.930,48	389.600,61	389.600,61
Dezembro	4.637	6.617	6.617	406.875,66	1.601.647,62	674.494,18
<b>TOTAL</b>	<b>60.000</b>	<b>64.357</b>	<b>64.357</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>2.572.846,56</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

*Quadro XXVI – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas*

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %
Estadual	259	897	346,33	1,39	15.127,00	46.986,40	310,61	1,83
Região Intermediária de Barbacena	1.693	1.789	105,67	2,78	98.782,00	74.238,97	75,15	2,89
Região Intermediária de Belo Horizonte	26.779	30.523	113,98	47,43	1.562.177,00	1.173.855,24	75,14	45,62
Região Intermediária de Divinópolis	3.419	3.303	96,61	5,13	199.446,00	141.102,27	70,75	5,48
Região Intermediária de Governador Valadares	2.052	1.678	81,77	2,61	119.567,00	70.752,77	59,17	2,75
Região Intermediária de Ipatinga	2.295	2.013	87,71	3,13	133.905,00	80.340,31	60,00	3,12
Região Intermediária de Juiz de Fora	5.862	5.643	96,26	8,77	341.972,00	226.604,64	66,26	8,81
Região Intermediária de Montes Claros	1.689	1.835	108,64	2,85	98.421,00	76.963,43	78,20	2,99
Região Intermediária de Patos de Minas	2.281	2.034	89,17	3,16	133.036,00	78.116,13	58,72	3,04
Região Intermediária de Pouso Alegre	2.727	3.759	137,84	5,84	159.181,00	156.560,44	98,35	6,09
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1.853	1.753	94,60	2,72	108.051,00	77.627,89	71,84	3,02
Região Intermediária de Uberaba	1.482	1.762	118,89	2,74	86.397,00	73.485,49	85,06	2,86
Região Intermediária de Uberlândia	3.112	3.281	105,43	5,10	181.559,00	127.897,04	70,44	4,97

Região Intermediária de Varginha	4.497	4.087	90,88	6,35	262.379,00	168.315,54	64,15	6,54
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>64.357</b>	<b>107,26</b>	<b>100,00</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>2.572.846,56</b>	<b>73,51</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

### 3.2.5. Ação Orçamentária 4395 - Processamento Judiciário

<b>Função:</b>	02 - Judiciária
<b>Subfunção:</b>	061 - Ação Judiciária
<b>Programa:</b>	706 - Prestação Jurisdicional
<b>Produto:</b>	Processo Baixado
<b>Unidade de Medida:</b>	Processo
<b>Meta Física:</b>	2.162.241

Tem como finalidade destinar recursos para cumprimento das atribuições institucionais, das ações referentes ao Programa Justiça Eficiente – PROJEF 5.0, além do atendimento aos feitos amparados pela assistência judiciária, da realização das atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da Infância e da Juventude (COINJ) e da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), das relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais, bem como das ações afetas à conciliação e às ações sociais, tendo como norte o incremento da celeridade na prestação jurisdicional e a redução da litigiosidade.

R\$954.088.360,29 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, oitenta e oito mil, trezentos e sessenta reais e vinte e nove centavos) é o valor da despesa realizada por meio da ação orçamentária 4395 no ano de 2022.

Observando os quadros seguintes, que demonstram, respectivamente, as maiores despesas por elemento-item e por credores, nota-se que cerca de 66% dos gastos são relativos à locação de mão-de-obra (apoio administrativo e conservação e limpeza). Outros destaques são o pagamento da indenização de transporte devida ao Oficial de Justiça e ao Oficial de Cartório e a despesa com estagiários.

#### Quadro XXVII – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 4395 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	554.039.234,08	58,07%
3	93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	105.054.027,11	11,01%
3	36	1	ESTAGIARIOS	94.597.129,52	9,91%
3	37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	78.164.870,14	8,19%
3	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	29.152.824,33	3,06%
3	49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	11.897.476,00	1,25%
3	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	8.374.802,30	0,88%
4	52	14	MOBILIARIO	8.063.247,86	0,85%
3	93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	6.779.556,36	0,71%
3	36	27	JUIZES LEIGOS	6.253.093,29	0,66%
3	36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	4.791.019,63	0,50%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	4.200.439,22	0,44%
3	39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	3.941.218,24	0,41%
3	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	3.320.196,92	0,35%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.832.486,79	0,30%
3	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	2.813.899,08	0,29%
4	52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	2.347.020,06	0,25%
3	30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	2.266.229,43	0,24%
3	33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	1.650.019,89	0,17%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	1.547.544,12	0,16%
3	30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.450.703,60	0,15%
3	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.377.134,71	0,14%

4	52	17	VEICULOS	1.375.000,00	0,14%
3	39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	1.022.376,51	0,11%
3	30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	1.004.304,87	0,11%
4	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	905.100,00	0,09%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	798.395,15	0,08%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	787.419,24	0,08%
3	39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	783.085,66	0,08%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	772.334,45	0,08%
3	39	18	REPAROS DE VEICULOS	762.829,30	0,08%
3	39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	717.268,95	0,08%
3	39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	696.973,46	0,07%
3	37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	673.031,37	0,07%
4	52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	659.340,67	0,07%
3	30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	658.627,20	0,07%
3	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	647.428,12	0,07%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	485.765,60	0,05%
3	30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	472.665,39	0,05%
4	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	400.000,00	0,04%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	350.171,82	0,04%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	325.046,43	0,03%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	305.890,00	0,03%
4	30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	299.409,93	0,03%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	217.718,48	0,02%
3	39	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	202.072,00	0,02%
3	30	11	MATERIAL ODONTOLOGICO	188.709,67	0,02%
3	39	9	PUBLICIDADE	178.401,17	0,02%
3	93	1	AJUDA DE CUSTO	172.257,70	0,02%
3	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	170.523,67	0,02%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	170.149,92	0,02%
3	30	3	UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	165.280,90	0,02%
3	30	32	MATERIAL CIVICO E EDUCATIVO	158.680,00	0,02%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	156.613,98	0,02%
3	39	19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	145.569,23	0,02%
3	32	1	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	144.470,50	0,02%
3	30	99	OUTROS MATERIAIS	142.108,85	0,01%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	140.639,89	0,01%
3	30	1	ARTIGOS PARA CONFECACAO E VESTUARIO	126.981,00	0,01%
4	52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	114.000,00	0,01%
Demais Itens				1.677.546,53	0,18%
<b>TOTAL</b>				<b>954.088.360,29</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Quadro XXVIII – Maiores Credores – Ação Orçamentária 4395

<b>Credor</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>% em relação ao Total</b>
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	278.177.417,25	29,16%
BENEFICIARIOS DE ESTAGIOS E BOLSAS DE ESTUDO	106.494.605,52	11,16%
VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE - OFICIAIS DE JUSTICA	105.054.027,11	11,01%
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	104.582.907,13	10,96%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	75.903.318,72	7,96%
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	47.675.292,22	5,00%
SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	41.075.916,65	4,31%
AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	30.514.917,63	3,20%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	29.152.824,33	3,06%
ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI	16.690.766,89	1,75%
ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE - ASSPROM	15.015.568,92	1,57%
INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	12.672.837,48	1,33%
FIANCA(CRIMINAL)	6.930.903,45	0,73%
S & M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	6.406.569,34	0,67%
IBFC - INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMACAO E CAPACITACAO	3.496.355,02	0,37%
FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	3.488.591,99	0,37%
RSS INDÚSTRIA, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	3.150.000,00	0,33%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	2.825.135,25	0,30%
VIBRA ENERGIA S.A	2.539.781,50	0,27%
SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI - ME	1.597.501,26	0,17%
CENTRO DE DISTRIBUICAO DE ARTIGOS METALICOS MINAS BRASIL EIRELI	1.520.000,00	0,16%
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	1.481.600,00	0,16%
BANCO DO BRASIL SA	1.377.134,71	0,14%
GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	1.375.000,00	0,14%
TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	1.309.791,96	0,14%
TECNO 2000 INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	1.268.000,00	0,13%
INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI LTDA.	1.063.600,00	0,11%
BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA	905.100,00	0,09%
KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI	893.958,75	0,09%
DIARIAS/REEMBOLSO DE COMBUSTIVEIS/PASSAGENS	798.395,15	0,08%
FORMATECH LTDA - EPP	753.000,00	0,08%
MULTICOM COMERCIO MULTIPLO DE ALIMENTOS LTDA	752.400,00	0,08%
INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	715.835,95	0,08%
CELIN TRANSPORTES LTDA	696.973,46	0,07%
CCL DISTRIBUIDORA EIRELI	690.000,00	0,07%
MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	673.031,37	0,07%
PAPELARIA OURO EIRELI	601.507,00	0,06%
AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	600.000,00	0,06%
LIDER VEICULOS S. A.	591.789,13	0,06%
AGROPECUARIA FAZENDA DO BENTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	579.176,25	0,06%
MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	555.629,00	0,06%
COMERCIAL MACHADO EIRELI	520.000,00	0,05%
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	500.000,00	0,05%

RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA -ME	481.602,22	0,05%
W M PORTAS EMPREENDIMENTOS EM MOVEIS PLANEJADOS LTDA - EPP	476.926,20	0,05%
GP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME	459.820,42	0,05%
BIOPRAGAS CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS LTDA -ME	445.785,81	0,05%
INES MARIA CRIACOES EIRELI - ME	441.963,28	0,05%
FABIANA D. CARVALHO LTDA.	424.884,00	0,04%
SA GONDOLAS DE ACO LTDA	409.556,70	0,04%
ANGELO RONCALLI DE ASSIS RAMOS LTDA	382.083,12	0,04%
FK GRUPO S/A	347.833,45	0,04%
TECKMAX COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	344.000,00	0,04%
LEFTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA	321.750,00	0,03%
TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S/A	320.022,20	0,03%
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	295.000,00	0,03%
SAMUEL REZENDE RAMALHO	286.753,18	0,03%
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	253.709,12	0,03%
GENTE SEGURADORA SA	245.421,05	0,03%
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	237.707,28	0,02%
Demais Credores	34.246.381,87	3,59%
<b>TOTAL</b>	<b>954.088.360,29</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros dizem respeito à execução física e orçamentária da ação, conforme monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, comparados os valores programados e realizados, sendo o primeiro relativo à execução mensal e o seguinte à realização regionalizada. O valor computado para a meta física, 2.783.934 processos baixados, alcançou o percentual de 128,75% do programado, o que representou o alcance do status satisfatório. O mesmo ocorreu com a meta orçamentária, com realização de 80,72% do originalmente previsto.

*Quadro XXIX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário*

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	138.998	138.998	138.998	3.539.926,96	3.539.926,96	3.539.926,96
Fevereiro	214.166	214.166	214.166	48.250.591,22	48.250.591,22	48.250.591,22
Março	182.497	261.550	261.550	61.810.404,32	60.764.482,94	60.764.482,94
Abril	161.713	188.876	188.876	61.810.404,32	54.472.415,17	54.472.415,17
Mai	183.718	273.167	273.167	63.899.895,53	72.832.517,83	72.832.517,83
Junho	194.317	234.469	234.469	63.899.895,53	72.930.122,15	72.930.122,15
Julho	187.792	264.818	264.818	63.899.895,53	74.918.024,35	74.918.024,35
Agosto	195.478	300.131	300.131	63.899.895,53	89.069.997,81	89.069.997,81
Setembro	192.604	280.986	280.986	66.197.893,44	85.976.385,39	85.976.385,39
Outubro	188.991	250.559	250.559	66.197.893,44	89.227.150,47	89.227.150,47
Novembro	189.066	229.886	229.886	66.197.893,44	84.924.235,55	84.924.235,55
Dezembro	132.901	146.328	146.328	552.423.001,74	445.087.843,31	217.182.510,45
<b>TOTAL</b>	<b>2.162.241</b>	<b>2.783.934</b>	<b>2.783.934</b>	<b>1.182.027.591,00</b>	<b>1.181.993.693,15</b>	<b>954.088.360,29</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

*Quadro XXX – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário*

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	(B/A) %	Análise Vertical (B) %
Estadual	0	0	0,00	0,00	147,00	2.919.182,07	1.985.838,14	0,31

Região Intermediária de Barbacena	50.418	68.399	135,66	2,46	27.607.041,00	23.148.627,05	83,85	2,43
Região Intermediária de Belo Horizonte	949.562	1.166.021	122,80	41,88	518.009.023,00	397.251.447,67	76,69	41,64
Região Intermediária de Divinópolis	128.897	167.049	129,60	6,00	70.579.256,00	57.585.519,53	81,59	6,04
Região Intermediária de Governador Valadares	59.263	78.897	133,13	2,83	32.450.239,00	26.387.573,63	81,32	2,77
Região Intermediária de Ipatinga	78.448	103.758	132,26	3,73	42.955.242,00	35.674.814,30	83,05	3,74
Região Intermediária de Juiz de Fora	181.723	243.517	134,00	8,75	99.504.832,00	85.492.438,64	85,92	8,96
Região Intermediária de Montes Claros	94.551	130.884	138,43	4,70	51.772.650,00	45.109.101,31	87,13	4,73
Região Intermediária de Patos de Minas	77.961	100.239	128,58	3,60	42.688.577,00	34.338.316,15	80,44	3,60
Região Intermediária de Pouso Alegre	115.891	163.340	140,94	5,87	63.457.643,00	55.063.879,01	86,77	5,77
Região Intermediária de Teófilo Otoni	70.599	99.158	140,45	3,56	38.657.415,00	33.523.804,22	86,72	3,51
Região Intermediária de Uberaba	85.000	104.533	122,98	3,75	46.542.877,00	35.181.249,64	75,59	3,69
Região Intermediária de Uberlândia	110.378	143.113	129,66	5,14	60.438.940,00	48.956.908,92	81,00	5,13
Região Intermediária de Varginha	159.550	215.026	134,77	7,72	87.363.709,00	73.455.498,15	84,08	7,70
<b>Total</b>	<b>2.162.241</b>	<b>2.783.934</b>	<b>128,75</b>	<b>100,00</b>	<b>1.182.027.591,00</b>	<b>954.088.360,29</b>	<b>80,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

### 3.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores

Os próximos quadros apresentam informações referentes à realização de despesas de exercícios anteriores (elemento de despesa 92) em 2021 e 2022, com a variação percentual entre os dois exercícios, demonstrando, respectivamente, o total realizado por ação orçamentária e a execução orçamentária de forma detalhada.

Conforme se pode notar, houve redução de 27,01% nos valores executados em 2022 em relação ao exercício anterior.

#### Quadro XXXI – Despesas de Exercícios Anteriores – 2021 x 2022 – Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2021 (R\$)	2022 (R\$)	% Variação
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	59.811,81	200.714,78	235,58%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	2.282.645,84	1.285.640,31	-43,68%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	-	20.607,10	-
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	202.426,90	350.575,82	73,19%
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>2.544.884,55</b>	<b>1.857.538,01</b>	<b>-27,01%</b>

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

#### Quadro XXXII – Despesas de Exercícios Anteriores – 2021 x 2022 – Detalhamento

Ação	Grupo	Modalid.	Elemento	Item	Item Descrição	Fonte	Proced.	2021 (R\$)	2022 (R\$)	% Variação
2025	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	48.466,31	200.714,78	314,13%
2025	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	11.345,50	-	-100,00%
2091	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	577.298,97	311.996,73	-45,96%
2091	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	60	1	60.491,68	-	-100,00%
2091	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	1.644.855,19	973.643,58	-40,81%
2109	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	-	20.607,10	-
4395	3	90	92	1	DEA - PESSOAL	77	1	-	404,00	-
4395	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	202.426,90	350.015,64	72,91%
4395	3	91	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	-	156,18	-
<b>VALOR TOTAL</b>								<b>2.544.884,55</b>	<b>1.857.538,01</b>	<b>-27,01%</b>

#### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

##### Atualização da Estratégia Institucional para 2022

A Resolução CNJ nº 325/2020 estabelece a Estratégia Nacional do Poder Judiciário a ser adotada no período de 2021-2026 pelos diversos segmentos de justiça.

Diante disso, o TJMG, à época, revisou sua estratégia, culminando na edição da Resolução nº 952/2020 que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos, no âmbito do TJMG, para o supramencionado sexênio.

A referenciada Resolução nº 952/2020 detalha os componentes básicos do Planejamento do TJMG, a saber:

- Identidade Organizacional: define a missão, visão e valores deste Tribunal;
- Mapa Estratégico: traduz a identidade organizacional em um conjunto de Macrodesafios que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais;
- Painel Estratégico: deve conter os indicadores institucionais, as metas nacionais, as metas institucionais e, no que couberem, os indicadores nacionais;
- Quadro de Iniciativas: explicita os programas, projetos e ações estratégicos para a Instituição, visto a contribuição para o alcance das metas estabelecidas.

O Mapa Estratégico do TJMG no ciclo 2021-2026 está elaborado sob três perspectivas ( Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento) e contém os doze macrodesafios definidos na Resolução TJMG nº 952/2020, conforme se percebe na figura seguinte, que também evidencia a identidade organizacional.

### Missão

Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional eficiente, célere, inovadora e cooperativa, priorizada a adoção de soluções consensuais para os conflitos, de modo a constituir-se em instrumento efetivo de promoção dos direitos fundamentais e da paz social.

### Visão

Ser reconhecido como um Tribunal de Justiça íntegro, eficiente, inovador e transparente.

### Valores

Acessibilidade; agilidade; austeridade econômica e responsabilidade socioambiental; cooperação; ética; imparcialidade; independência; inovação; transparência; valorização; inclusão e igualdade das pessoas.

## Sociedade

1

Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito

2

Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.

## Processos Internos

3

Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

4

Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa

5

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

6

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

7

Promoção da Sustentabilidade

8

Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça

9

Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

## Aprendizado e crescimento

10

Otimização da Gestão de Pessoas

11

Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira

12

Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados



A Resolução nº 952/2020 explicita, adicionalmente, diretrizes para a elaboração do Planejamento Estratégico e para a Gestão Estratégica do TJMG, dentre as quais se destacam:

- Os macrodesafios devem conter pelo menos um indicador, incorporando, no que couber, os indicadores de desempenho estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Devem ser indicadas as iniciativas desenvolvidas visando ao alcance das metas nacionais e institucionais;
- Deve-se promover a ampla participação na elaboração do planejamento estratégico, garantida a contribuição da sociedade;
- O “Painel Estratégico” e o “Quadro de Iniciativas” serão aprovados e revisados pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica, por meio das Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs e disciplinados em Portaria Conjunta, podendo, ainda, serem revistos anualmente.

Assim, em dezembro de 2021, foi realizado o XV Encontro Nacional do Poder Judiciário, no qual foram aprovadas as Metas Nacionais do segmento de Justiça Estadual para 2022, um dos insumos para a elaboração dos Planos Estratégicos dos tribunais para o referido exercício.

No início de 2022, com articulação da DEPLAG, iniciou-se a elaboração da proposta de revisão do Painel Estratégico e do Quadro de Iniciativas, observados os resultados institucionais de 2021 e as diretrizes da alta administração.

Importa frisar que, membros do Comitê de Governança e Gestão Estratégica suscitaram a relevância da priorização de projetos, programas e ações a serem inseridos no Planejamento Estratégico, considerando, além dos resultados institucionais, o cenário no qual o TJMG está inserido.

Destarte, no início das tratativas do Planejamento Estratégico de 2022, a DEPLAG sugeriu nova sistemática de consulta às áreas, por meio de questionário complementar, cujas respostas, aliadas aos dados das fichas técnicas das iniciativas, subsidiaram a elaboração da proposta de matriz de priorização, ferramenta montada em tabela, quadrante ou gráfico, capaz de estabelecer quais responsabilidades devem ser primordialmente cumpridas.

A avaliação ocorre com base em critérios claros e bem definidos, forma efetiva de colocar seus esforços nas iniciativas certas e no momento adequado. Na elaboração da proposta de revisão do planejamento estratégico, a ASPLAG observou as seguintes necessidades que demandam a adoção de matriz de priorização de iniciativas pela Instituição, tais como:

- Priorizar ações estratégicas que utilizam a inovação para solução de problemas que inviabilizam a execução dos trabalhos em detrimento de ações rotineiras ou setoriais;
- Escolher iniciativas com maior possibilidade de execução, considerando robustez do planejamento, custo, corpo técnico, infraestrutura, apoio e tempo necessário para execução;
- Sobrepor iniciativas com maior impacto para a instituição considerando, por exemplo, o PROJEF 5.0, e para a sociedade, considerando os macrodesafios do Poder Judiciário;
- Eleger iniciativas de maior desempenho frente à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, em especial, políticas nacionais estabelecidas pelo CNJ, metas nacionais e indicadores do Poder Judiciário.

Dessa forma, a matriz de priorização proposta para o TJMG contém 14 (quatorze) questões distribuídas em 4 (quatro) categorias, conforme demonstrado na figura abaixo, que possibilitam a verificação de requisitos desejáveis em uma iniciativa estruturada. Todas as questões possuem uma escala uniforme de 0 (zero) a 2 (dois) pontos para as respostas, sendo que 6 (seis) questões, as consideradas mais relevantes, receberam pesos específicos de 2 (dois) ou 3 (três) pontos. As destacadas em cor laranja são as de maior peso.

A – SETORIAL / ESTRATÉGICA	B - ANÁLISE DE VIABILIDADE	C - IMPACTO SOCIAL / INSTITUCIONAL	D - ADERÊNCIA À ESTRATÉGIA NACIONAL
1. Grau de inovação da iniciativa  2. <b>Urgência de solução dos obstáculos relacionados</b>  3. Tipo de iniciativa	4. <b>Situação de implementação</b> 5. <b>Disponibilidade de recursos</b> 6. Manifestação favorável das áreas de apoio (DIRFOR / DIRDEP) 7. Custo da iniciativa 8. Grau de complexidade de articulação entre os atores (Matriz de Responsabilidade)	9. Adesão à Missão, Visão e Valores do TJMG 10. Macrodesafios relacionados 11. Vinculação ao Projef	12. <b>Origem da determinação para realização da iniciativa</b>  13. <b>Segmento de justiça impactado</b>  14. <b>Grau de impacto sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, Metas Nacionais da Corregedoria Nacional ou Indicador Nacional.</b>

Entre 17/12/2021 e 31/01/2022, as áreas passaram a enviar à DEPLAG, por meio do SEI, propostas de metas e iniciativas consideradas por eles prioritárias para 2022, afetas às respectivas áreas de negócio.

Todas as iniciativas foram avaliadas sob o prisma da matriz de priorização, recebendo pontuação de acordo com a aderência aos critérios analisados. Ato contínuo, elaborou-se ranking para definição de uma nota de referência, 30 (trinta) pontos, para subsidiar a definição das iniciativas a serem priorizadas no Plano Estratégico de 2022.

Cumprido ressaltar, mais uma vez, a importância do ranqueamento como critério técnico a ser observado pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica na priorização das Iniciativas do Plano Estratégico em 2022.

Em complemento às diretrizes nacionais e institucionais existentes, com o início da gestão para o biênio 2022-2024, novos objetivos institucionais foram estabelecidos, por meio da Portaria Conjunta nº 1373/2022, que instituiu o PROJEF 5.0 como instrumento norteador do aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, integrado por 25 (vinte e cinco) objetivos para assegurar a razoável duração do processo e os meios que promovam a celeridade de sua tramitação.

Diante disso, tornou-se necessário submeter à análise e eventual aprovação do Comitê de Governança e Gestão Estratégica proposta de atualização das prioridades do TJMG para o período 2022-2024, em que foram contemplados tanto os projetos que proporcionam o alcance dos objetivos do PROJEF 5.0, quanto às iniciativas estratégicas criadas para alcançarem as metas nacionais e institucionais, de modo a cumprir a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026.

Dentre as atribuições do Comitê de Governança e Gestão Estratégica, nos termos do art. 5º da Resolução TJMG nº 969/2020, está a avaliação dos resultados e a aprovação de propostas voltadas ao aperfeiçoamento do Plano Estratégico de Gestão Institucional.

A Resolução TJMG nº 952/2020, por sua vez, estabelece que o Comitê de Governança e Gestão Estratégica deve realizar pelo menos uma RAE a cada quatro meses, para avaliação e acompanhamento dos resultados, na qual poderá haver ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Ademais, também compete ao referido Comitê, nos termos da Portaria Conjunta TJMG nº 1373/2020, dirigir o PROJEF 5.0, por meio de reuniões periódicas, para avaliar, direcionar e aprovar as medidas a serem implementadas.

Isso posto, em agosto de 2022, a ASPLAG e o Centro de Desenvolvimento e Acompanhamento de Projetos – CEPROJ iniciaram o mapeamento de iniciativas, por meio do SEI 0531680-40.2022.8.13.0000, resultando em 59 (cinquenta e nove) proposições. Finalmente, delineou-se a proposta de priorização de 48 (quarenta e oito) iniciativas no âmbito do PROJEF 5.0, consideradas duas dimensões, quais sejam complexidade e impacto.

Em RAE ocorrida no dia 29 de setembro de 2022, o Comitê de Governança e Gestão Estratégica aprovou o portfólio do PROJEF 5.0, biênio 2022-2024, bem como o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas de 2022, componentes do Planejamento Estratégico de Gestão Institucional, ciclo 2021 a 2026. Na ocasião, foi definida a priorização de 45 (quarenta e cinco) iniciativas e 72 (setenta e duas) metas no âmbito do Planejamento Estratégico, além das mencionadas 48 (quarenta e oito) iniciativas vinculadas ao PROJEF 5.0.

Desde então, frente às necessidades e oportunidades verificadas pelas áreas, novas iniciativas (programas, projetos e ações) foram elaboradas com foco na melhoria de resultados institucionais.

Nesse diapasão, em outubro de 2022, iniciou-se nova fase (“2ª Onda”) de mapeamento de iniciativas, oportunidade para apresentação de novas propostas, resultando no encaminhamento de 12 (doze) proposições.

A ASPLAG e o Núcleo de Gestão de Projetos – NUGEPRO realizaram criteriosa análise, subsidiada por matrizes de priorização de iniciativas, culminando na proposta de priorização de 8 (oito) iniciativas estratégicas e 19 (dezenove) metas, nacionais e institucionais, bem como 7 (sete) iniciativas para atualização do PROJEF 5.0.

Após aprovação do Comitê de Governança e Gestão Estratégica foi formalizada a atualização do Painel Estratégico e do Quadro de Iniciativas de 2022, com edição da Portaria Conjunta nº 1.422/2022.

A figura a seguir demonstra a estrutura do Plano Estratégico do TJMG em 2022.



### Acompanhamento dos resultados de 2022

Uma vez aprovado o Plano Estratégico, deu-se início ao seu acompanhamento sistemático.

Os quadros seguintes detalham os resultados de 2022 das metas nacionais e institucionais integrantes do Painel Estratégico do TJMG.

Quadro XXXIII – Painel Estratégico – Resultado das Metas Nacionais – 2022

Macrodesafio	Indicador	Metas Nacionais	Percentual de cumprimento 2022 [1]
	<b>3.1</b> - Índice de julgamento de processos de conhecimento	<b>CNJ 1</b> - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados	Total:99% 1º grau: 98% 2º grau: 109% JESP: 103% TR: 68%
	<b>3.2</b> - Índice de julgamento de processos antigos.	<b>CNJ 2</b> - Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau; 80% dos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau; e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.	1º grau: 90% 2º grau: 123% JESP e TR: 74%
	<b>3.3</b> - Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento.	<b>CNJ 5</b> - Reduzir, até 31/12/2022, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2021. Cláusula de barreira: 56%.	100% [2]

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	3.5 - Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar.	<b>CNJ 8</b> - Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.	Feminicídio Total: 111% 1º grau: 69% 2º grau: 198%  Violência Doméstica Total: 144% 1º grau: 143% 2º grau: 166%
	3.23 - Índice de promoção da transformação digital - Justiça 4.0.	<b>CNJ 10</b> - Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.  *Juízo 100% Digital; Núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ); Codex.	238%
	3.24 - Índice de julgamento de processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional.	<b>CNJ 11</b> - Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias.	1º grau: - 2º grau: 102%
	3.6 - Índice de julgamento dos processos relacionados a ações ambientais.	<b>CNJ 12</b> - Identificar e julgar 25% dos processos relacionados a ações ambientais distribuídos até 31/12/2021.	Total: 201% 1º grau: 194% 2º grau: 254%
4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	4.1 - Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção.	<b>CNJ 4</b> - Identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	Total: 130% 1º grau: 125% 2º grau: 164%
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	5.1 - Índice de Conciliação.	<b>CNJ 3</b> - Aumentar o indicador Índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.	129% <b>[4]</b>
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	9.10 - Índice de difusão da cultura da Inovação.	<b>CNJ 9</b> - Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.	100%

**[1]** No âmbito da 1ª Instância, a apuração das Metas Nacionais tem disso realizada com embasamento da parametrização disposta no Glossário de 2021. Destaca-se, contudo, que estão sendo envidados esforços no sentido de acelerar o processo de homologação e apuração dos dados de acordo com a parametrização do ano de 2022, o que poderá, naturalmente, resultar em alteração dos dados.

**[2]** Resultado estimado pelo Centro de Informação Institucional - CEINFO. Pode haver variação entre a estimativa apresentada e o percentual de cumprimento a ser disponibilizado pelo CNJ, considerando o ano de 2022 completo.

**[3]** No âmbito da 1ª Instância, ainda não houve apuração em 2022, tendo em vista que a parametrização disposta no Glossário de 2022 não foi concluída no TJMG.

**[4]** Resultado estimado pelo Centro de Informação Institucional - CEINFO. Pode haver variação entre a estimativa apresentada e o percentual de cumprimento a ser disponibilizado pelo CNJ considerando o ano de 2022 completo.

#### Quadro XXXIV - Painel Estratégico - Resultados das Metas Institucionais - 2022

Macrodesafio	Indicador	Metas Institucionais	Resultado apurado em 2022
	1.1 - Número de recuperandos nas APACS do estado de Minas Gerais.	<b>TJMG 1a</b> - Beneficiar 5.361 recuperandos nas APACS do estado de Minas Gerais até 31/12/2022.	4.723
	1.2 - Número de pessoas beneficiadas com projetos de responsabilidade social da COMSIV.	<b>TJMG 1b</b> - Beneficiar 500.000 pessoas com projetos de responsabilidade social da COMSIV.	502.028
	1.3 - Número de mães atendidas com o programa Entrega Legal.	<b>TJMG 1c</b> - Beneficiar 100 mães com o programa Entrega Legal.	24
	1.4 - Número de pacientes judiciários acompanhados pelo Programa PAI-PJ.	<b>TJMG 1d</b> - Beneficiar 1.800 pacientes judiciários acompanhados pelo Programa PAI PJ até 2026.	2.012

1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	<b>1.5</b> - Número de crianças e adolescentes que usufruíram dos serviços ofertados no(s) evento(s) proporcionado(s) pelo TJMG.	<b>TJMG 1e</b> - Beneficiar 3.000 crianças e adolescentes com serviços ofertados no(s) eventos(s) proporcionado(s) pelo TJMG em 2022.	0
	<b>1.9</b> - Número de crianças acolhidas com idade superior a 4 anos beneficiadas pelo apadrinhamento.	<b>TJMG 1f</b> - Beneficiar 600 crianças no Estado de Minas Gerais através das campanhas de apadrinhamento até 31/12/2022.	534
	<b>1.10</b> - Número de pessoas beneficiadas com as ações do Núcleo de Voluntariado do TJMG.	<b>TJMG 1g</b> - Beneficiar 55.000 pessoas com as ações do Núcleo de Voluntariado até dezembro de 2022.	54.274
	<b>1.11</b> -Taxa de expansão da Campanha de Apadrinhamento para as Comarcas do Estado de Minas Gerais.	<b>TJMG 77</b> - Aumentar em 10% o número de comarcas do estado que promovem campanhas de apadrinhamento até 31/12/2022 (Valor de referência: 38 comarcas em 2021).	26%
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.	<b>2.1</b> - Número de novos municípios contemplados com o Projeto Justiça Itinerante em 2022.	<b>TJMG 2</b> - Contemplar com o Projeto Justiça Itinerante, dois novos municípios do Estado, até dezembro de 2022.	1
	<b>2.2</b> - Número de procedimentos de REURB iniciados ou desenvolvidos com apoio do NUIREF.	<b>TJMG 3</b> - Apoiar e auxiliar o início ou desenvolvimento de, no mínimo, 3 (três) procedimentos de REURB.	0
	<b>2.3</b> - Número de processos judiciais em que é aplicada a arbitragem em 2022.	<b>TJMG 4</b> - Aplicar a ação Arbitragem Acadêmica em 10 processos judiciais, até dezembro de 2022.	0
	<b>3.7</b> - Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 dias - 2º Grau.	<b>TJMG 5</b> - Julgar, em 2022, 70% dos processos em até 60 dias - Julgamentos monocráticos pelo Relator (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º Grau.	60%
	<b>3.8</b> - Taxa de julgamentos colegiados em até 100 dias - 2º Grau.	<b>TJMG 6</b> - Julgar, em 2022, 70% dos processos em até 100 dias - Julgamentos colegiados (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º Grau.	57%
	<b>3.9</b> - Índice de acórdãos publicados em até 10 dias.	<b>TJMG 7</b> - Publicar, em 2022, 90% dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias após o julgamento dos processos.	96%
	<b>3.10</b> - Taxa de redução do estoque de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados.	<b>TJMG 8</b> - Reduzir em 50% o estoque dos processos aptos a serem julgados/baixados na 1ª Instância até 30/11/2022.	30%
	<b>3.11</b> - Taxa de redução de processos paralisados.	<b>TJMG 9</b> - Reduzir em 40% os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias na 1ª Instância, até 19/12/2022.	10%
	<b>3.12</b> - Taxa de redução de mandados judiciais em atraso.	<b>TJMG 10</b> - Reduzir em 80% os mandados judiciais em atraso na 1ª Instância até 19/12/2022.	0%
	<b>3.13</b> - Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça Comum).	<b>TJMG 11</b> - Reduzir, até 31/12/2022, para 70% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível (Justiça Comum).	68%
	<b>3.14</b> - Taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau.	<b>TJMG 12</b> - Reduzir, até 31/12/2022, para 70% a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento (Justiça Comum).	68%
	<b>3.15</b> - Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal.	<b>TJMG 13</b> - Reduzir, até 31/12/2022, para 60% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.	71%
	<b>3.17</b> - Taxa de virtualização de processos cíveis e criminais na Primeira Instância.	<b>TJMG 15</b> - Virtualizar 100% dos processos virtualizáveis cíveis e criminais no ano de 2022.	100%
	<b>3.18</b> - Taxa de virtualização dos processos cíveis recursais de 1ª instância.	<b>TJMG 16</b> - Digitalizar, para tramitação por meio eletrônico, 90% dos feitos cíveis recursais de 1ª instância que aportarem por meio físico na 2ª instância, em 2022.	88%

	<b>3.19</b> - Taxa de cumprimento dos marcos previstos para o ano de 2022 na iniciativa "Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional".	<b>TJMG 17</b> - Executar 70% dos marcos previstos para o ano de 2022 na iniciativa "Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional".	72%
	<b>3.25</b> - Percentual de execução do plano de automatização dos mandados judiciais da Central Eletrônica de Mandados e Diligências - CEMAD na comarca piloto	<b>TJMG 56</b> - Implantar 100% dos módulos da CEMAD previstos para o ano na comarca piloto até 31/12/2022.	50%
	<b>3.26</b> - Taxa de implantação do Processo Judicial Eletrônico nas competências Infância e Juventude Infracional e Tribunal do Júri de Belo Horizonte - Pje Criminal.	<b>TJMG 53</b> - Implantar, até 31/12/2022, o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 100% das unidades jurisdicionais de 1ª instância que possuem as competências: Atos infracionais cometidos por menores infratores e Tribunal do Júri de Belo Horizonte.	50%
	<b>3.27</b> - Taxa de expansão do módulo plantão no Processo Judicial Eletrônico (PJE) em classes cíveis e criminais, de 1ª instância, das matérias que já tramitam eletronicamente.	<b>TJMG 57</b> - Expandir, até 31/12/2022, o módulo plantão no Processo Judicial Eletrônico em 100% das classes cíveis e criminais de 1ª instância, nas matérias que já tramitam eletronicamente no PJE.	100%
	<b>4.4</b> - Taxa de implementação das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade em 2022	<b>TJMG 23</b> - Implementar, até dezembro de 2022, 80% das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade.	74%
	<b>5.3</b> - Índice de acordos obtidos no âmbito de atuação do CEJUSCs.	<b>TJMG 24</b> - Alcançar, em 2022, uma média de acordos celebrados em CEJUSCs, pelo menos, 5% maior que a média do ano anterior.	11,40%
	<b>5.5</b> - Taxa de aumento de acordos firmados no âmbito dos PAPRES.	<b>TJMG 26</b> - Aumentar os acordos firmados no âmbito dos PAPRES, em relação ao ano anterior, até dezembro de 2022.	140,30%
	<b>5.6</b> - Taxa de aumento de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade.	<b>TJMG 27</b> - Aumento de 5% no número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade.	26,90%
	<b>5.7</b> - Taxa de aumento de casos em que foram aplicadas técnicas restaurativas no âmbito do TJMG.	<b>TJMG 28</b> - Aumentar, até dezembro de 2022, em 5% os casos em que são aplicadas as técnicas de Justiça Restaurativa no âmbito do TJMG, em comparação com o ano anterior.	217,93%
	<b>5.8</b> - Taxa de elaboração da Reestruturação da 3ª Vice-Presidência	<b>TJMG 58</b> - Elaborar minuta de resolução da reestruturação da 3ª Vice-Presidência, até dezembro de 2022.	0
6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	<b>6.1</b> - Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade em até 100 dias.	<b>TJMG 29</b> - Julgar, em 2022, em até 100 dias 70% dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema (desconsiderado o tempo de permanência na PG)) - 2º Grau.	66%
	<b>6.2</b> - Taxa de julgamento de IRDR/IAC em até 365 dias.	<b>TJMG 30</b> - Julgar 70% dos IRDR/IACs em até 365 dias, em 2022.	63%
	<b>6.3</b> - Índice de priorização de ações coletivas.	<b>TJMG 59</b> - Julgar, até 31/12/2022, 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2020 no 2º Grau.	92%
7 - Promoção da Sustentabilidade.	<b>7.1</b> - Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável - PLS.	<b>TJMG 31</b> - Executar, até dezembro de 2022, 80% das ações propostas para o Plano de Logística Sustentável.	88%
8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.	<b>8.1</b> - Taxa de execução das atividades previstas para o ano de 2022, da iniciativa Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo.	<b>TJMG 32</b> - Executar, 70% das atividades previstas no cronograma da iniciativa Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo, até 31 de dezembro de 2022.	76%

	<b>9.1</b> - Número de Unidades Judiciárias de 1º grau que implantaram o Desdobramento do Planejamento Estratégico.	<b>TJMG 40</b> - Implantar o Desdobramento do Planejamento Estratégico - DPE em 45 Unidades Judiciárias de 1º grau até 31/12/2022.	43
	<b>9.3</b> - Taxa de Execução do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos.	<b>TJMG 42</b> - Cumprir 60% das atividades do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos previstas até 31/12/2022.	74%
	<b>9.4</b> - Taxa de execução de obras.	<b>TJMG 43</b> - Executar 70% das obras previstas na iniciativa "Plano de Aceleração de Obras" até 31/12/22 (universo de 19 obras).	58%
	<b>9.5</b> - Taxa de execução das ações previstas no Programa de Evolução de Demandas do SEI-PED.	<b>TJMG 44</b> - Executar 70 % das ações previstas para o ano de 2022 no Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.	85%
	<b>9.11</b> - Taxa de execução das ações do Programa de Estruturação do Centro de Inteligência do Tribunal de Minas Gerais.	<b>TJMG 60</b> - Concluir, até dezembro de 2022, 100% das ações previstas no Programa de Estruturação do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	80%
	<b>9.12</b> - Taxa de implantação do UAILab no TJMG.	<b>TJMG 61</b> - Cumprir até Junho/2022, 100% das entregas previstas para implantação do UAI-Lab.	100%
	<b>9.13</b> - Taxa de entregas realizadas pelo UAILab previstas no Programa Inova TJMG.	<b>TJMG 62</b> - Cumprir, até dezembro de 2022, 100% das entregas previstas no Programa Inova TJMG.	100%
	<b>9.14</b> - Taxa de execução do plano de implantação do módulo CAJUD no AJ.	<b>TJMG 63</b> - Executar 100% do plano de implantação do módulo CAJUD no AJ até dezembro de 2022.	100%
	<b>9.15</b> - Taxa de execução das ações previstas no projeto de Integração de Informações Administrativas por meio de Indicadores no Qlik Sense.	<b>TJMG 64</b> - Executar 90% das ações previstas do projeto de Integração de informações administrativas por meio de indicadores no Qlik Sense para o biênio 2022-2024.	100%
	<b>9.16</b> - Taxa de execução das ações previstas para a criação do módulo de Precatório Eletrônico no Pje.	<b>TJMG 65</b> - Executar, até dezembro de 2022, 80% das etapas previstas para a criação do módulo de Precatório Eletrônico no Pje.	0%
	<b>9.17</b> - Taxa de implantação de Salas de Depoimento Especial nas Comarcas de Minas Gerais.	<b>TJMG 66</b> - Implantação das Salas de Depoimento Especial em 100% das Comarcas previstas para o ano de 2022.	5,7% <sup>[1]</sup>
	<b>9.20</b> - Percentual de contratos ativos da DIRSEP cadastrados com o piloto do IMGC.	<b>TJMG 82</b> - Cadastrar 100% dos contratos ativos da DIRSEP no projeto piloto do IMGC até dezembro de 2022.	100%
	<b>9.21</b> - Taxa de execução do Plano de implantação do sistema de concessão de diárias e passagens - SCDP.	<b>TJMG 83</b> - Executar até dezembro de 2022 100% das atividades para contratação da prestação de serviços de informática com a PRODEMGE, para implantação do sistema de concessão de diárias e passagens - SCDP no TJMG.	100%
10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	<b>10.1</b> - Índice de cumprimento das metas definidas nos Planos Anuais de Desenvolvimento - PAD	<b>TJMG 48</b> - Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, 80% com relação às metas previstas no PAD 2022 até o final do ano.	87%
	<b>10.2</b> - Taxa de cumprimento das atividades do Programa de Gestão por Competências previstas para o ano de 2022.	<b>TJMG 49</b> - Efetivar, até o final de 2022, no mínimo, 75% das atividades do Programa de Gestão por Competências previstas para o ano.	56%
	<b>10.3</b> - Índice de absenteísmo - doença.	<b>TJMG 50</b> - Reduzir o índice de absenteísmo, em, no mínimo, 2% em relação ao ano anterior até 31/12/2022.	-15%
	<b>10.5</b> - Taxa de consolidação do Programa de Pós-Graduação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes	<b>TJMG 67</b> - Cumprir, até o final de 2022, 35% das etapas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEJ previstas para o período de 2021-2026.	35%
11 - Modernização da	<b>11.2</b> - Taxa de cumprimento das ações estruturadoras relacionadas ao "Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD".	<b>TJMG 68</b> - Cumprir, até 31/12/2022, 100% das ações estruturadoras relacionadas ao "Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD".	50%

Gestão Orçamentária e Financeira.	<b>11.3</b> - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG.	<b>TJMG 69</b> - Cumprir, até 31/12/2022, 100% das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG.	25%
	<b>11.4</b> - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação da Gestão dos Créditos.	<b>TJMG 70</b> - Cumprir, até 31/12/2022, 100% das etapas previstas no âmbito do Projeto de Implantação da Gestão dos Créditos.	0%
12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.	<b>12.3</b> - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGov-TIC-JUD).	<b>TJMG 54</b> - Atingir, até 31/12/2022, no mínimo 85 pontos no iGovTIC-JUD, de modo a manter o TJMG na faixa do nível de maturidade de "Excelência".	86%
	<b>12.5</b> - Taxa de implementação das ações previstas para o Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG em 2022.	<b>TJMG 46</b> - Implementar, até dezembro de 2022, 60% das ações previstas para o Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.	75%

[1]

O dado está em fase de revisão junto às unidades judiciárias e às seguintes áreas administrativas: Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário - COPAT e Coordenação de Instalação e Manutenção de Equipamentos - COMEC.

Iniciativas são programas, projetos e ações classificados como estratégicos devido a sua abrangência, complexidade, impacto orçamentário e financeiro, geração de resultados e relevância para o cumprimento da estratégia.

As Iniciativas resultantes da atualização do Plano Estratégico para o ano de 2022 estão relacionadas na sequência.

#### Quadro XXXV – Iniciativas Estratégicas 2022

Macrodesafio	Iniciativa Estratégica
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1a. Projetos Sociais – APAC. 1b. Projetos Sociais – COMSIV. 1c. Projetos Sociais – Entrega Legal. 1d. Projetos Sociais – PAI PJ. 1e. Projetos Sociais – TJ com a Comunidade. 64. Projeto de Divulgação e Estímulo à realização de Campanhas de Apadrinhamento. 65. Projetos Sociais - Núcleo de Voluntariado.
	7. Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas em conflitos urbanísticos, de saúde, ambientais e outros de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.	3. Projeto Virtualizar 5.0 - 2ª Instância. 4. Programa Agiliza-Jus. 5. Esforço Concentrado para Elevar o IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) do TJMG. 6. Programa Pontualidade 5.0. 11. Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição. 12. Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial. 13. Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar. 21. Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional. 23. Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas competências Infância e Juventude Infracional e Tribunal do Júri de Belo Horizonte - PJe Criminal. 25. Projeto Virtualizar 5.0 - 1ª Instância. 39. CEMAD - Central Eletrônica de Mandados e Diligências. 44. Unidade Judiciária Eficiente. 51. Núcleos De Justiça 4.0 - 1ª Instância. 52. Núcleos de Justiça 4.0 - 2ª Instância. 54. Expansão do módulo plantão no Processo Judicial Eletrônico nas unidades jurisdicionais de 1ª Instância. 66. Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. 67. Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios. 68. Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais. 69. Implantação do sistema PJe na 2ª Instância.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	4. Programa Agiliza-Jus.

4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	11. Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.
	36. Monitoramento do Programa de Integridade.
	66. Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD.
	67. Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	6. Programa Pontualidade 5.0.
	7. Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas em conflitos urbanísticos, de saúde, ambientais e outros de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.
	12. Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
	45. Projeto de aprimoramento de extração, tratamento e explicitação de dados relativos às políticas autocompositivas, objetivando-se a melhoria contínua de indicadores estratégicos.
	46. Projeto de Reestruturação e integração dos serviços públicos geridos pela Terceira Vice-Presidência.
	47. Programa de otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
	51. Núcleos De Justiça 4.0 - 1ª Instância.
	52. Núcleos de Justiça 4.0 - 2ª Instância.
6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	4. Programa Agiliza-Jus.
	40. Estruturação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - CIJMG.
	68. Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.
7 - Promoção da Sustentabilidade.	2. Plano de Logística Sustentável - PLS.
8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.	29. Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	11. Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.
	19. Gestão de Documentos Eletrônicos.
	20. Plano de Aceleração de Obras.
	22. Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.
	40. Estruturação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - CIJMG.
	41. Implantação da Unidade Avançada de Inovação em Laboratório - UAI-Lab.
	42. Integração de informações administrativas por meio de indicadores no Qlik Sense.
	43. Programa Inova TJMG.
	48. Precatório Eletrônico.
	49. Projeto de Implantação de Salas de Depoimento Especial.
	53. Implantação, no Sistema AJ, do módulo destinado ao gerenciamento de administradores judiciais (CAJUD).
	70. Indicadores de Monitoramento de Gestão Contratual - IMGC
	71. Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP
10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	14. Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF ciclo 2021 a 2026 - Educação Institucional - Planos Anuais de Desenvolvimento - PDI EJEF - PAD.
	15. Programa de Gestão de Pessoas por Competências - PGC.
	44. Unidade Judiciária Eficiente.
	50. Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF ciclo 2021 a 2026 - Programa de Pós-Graduações da EJEF - PDI EJEF - PÓS.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	55. Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG.
	56. Implantação da Gestão dos Créditos.

	57. Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SÍDEJUD.
12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados	24. Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.
	27. Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.

### Reuniões de Análise de Estratégia – RAEs

Em 2022, foram realizadas 03 (três) RAEs, em junho, setembro e dezembro, para avaliação das iniciativas do Planejamento Estratégico, nas quais também foram discutidas contramedidas frente os obstáculos ao alcance das metas.

### Coordenação do Subcomitê da Região Sudeste da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

O TJMG foi eleito, por unanimidade, coordenador regional do subcomitê da região Sudeste, um dos braços da Rede de Governança Colaborativa do CNJ, regulamentada pela Portaria CNJ nº 059/2019. Essa rede é responsável pela definição coletiva de metas, macrodesafios e indicadores que possam melhorar o atendimento à população pelo Poder Judiciário Nacional.

O Judiciário mineiro assume a liderança do subcomitê durante o biênio de 2022/2023. A eleição ocorreu em 29 de novembro de 2021 e foi anunciada formalmente durante o XV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

### Revisão do Planejamento Estratégico Institucional para o ano de 2023

O CNJ promoveu, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, o XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário. Durante o evento, os presidentes dos tribunais brasileiros aprovaram as metas nacionais e específicas do Judiciário para 2023. Assim, a DEPLAG realizou, em dezembro de 2022, a abertura do Planejamento Estratégico 2023.

## 5. ATOS DE GESTÃO

Nesta seção são destacados os atos de gestão realizados pela instituição ao longo do exercício de 2022. São atuações diversas que invariavelmente almejam o aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a materialização do compromisso do TJMG com a sociedade, tendo como norte a missão, a visão e os valores institucionais.

As informações apresentadas têm como fontes o Processo SEI nº 0841378-94.2022.8.13.0000, por meio do qual o Exmo. Superintendente Administrativo Adjunto, Desembargador Geraldo Augusto de Almeida, solicita às áreas administrativas que relacionem os projetos e ações desenvolvidos no ano, as notícias disponibilizadas no sítio eletrônico institucional, além do apurado quando do monitoramento do Plano Estratégico do TJMG.

### 1ª Vice-Presidência – Área Judiciária

Estão aqui demonstradas diversas ações empreendidas ao longo de 2022, afetas à área judiciária do TJMG, conforme informações obtidas junto à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional – DIRSUP e à Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.

#### **DIRSUP – Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional**

- Plantão eletrônico noturno na 2ª Instância para tramitação de todas as medidas urgentes peticionadas durante o plantão noturno, do mesmo modo como ocorre no plantão diurno.
- Alteração das regras da compensação semestral para contemplar as Câmaras Especializadas instaladas por meio da Resolução TJMG nº 977/2021. Implantação a partir do 2º semestre de 2022, de forma a restabelecer a equidade na distribuição (art.69, caput, Regimento Interno).
- Integração entre sistemas do TJMG e STF para envio de peças processuais via Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, atendendo a exigência do tribunal federal.
- Digitalização dos recursos cíveis e criminais, proporcionando a redução do acervo de processos físicos, viabilizando a integração dos diversos sistemas utilizados no TJMG (JPe, SISCOM, SEEU, PROJUDI, PJe e RADAR), bem como diminuição do quantitativo de material de consumo utilizado.
- Digitalização do acervo físico, em cumprimento à Portaria Conjunta nº 1385/PR/2022, que instituiu o Projeto Virtualizar 5.0 no âmbito da Justiça comum estadual de 1ª e 2ª instâncias. Ação em andamento com previsão de término em agosto de 2023.
- Remanejamento de servidores da Coordenação de Protocolo Geral para outros setores do Tribunal para melhor aproveitamento da força de trabalho na instituição.
- Ampliação de classes no JPe disponibilizadas para a Coordenação de Protocolo Geral, para fins de regularização de peticionamento eletrônico inicial.
- Recebimento dos declínios de competência do Supremo Tribunal Federal via ferramenta de integração STF Tribunais, regularizando o recebimento e acompanhamento diário das remessas com o devido encaminhamento.
- Após entrada em vigor da Portaria nº 1.385/PR/2022, a Coordenação de Protocolo Geral passou a devolver às comarcas de origem os autos e documentos referentes a processos eletrônicos da 2ª instância, acompanhados de termo explicativo e do ato normativo.
- Emissão de certidão judicial eletrônica positiva, na 2ª instância, com padronização do serviço em ambas as instâncias, agilidade da informação, economia de pessoal e de material. Projeto em fase final de homologação.
- Distribuição de processos e recursos em virtude da Resolução TJMG nº 977/2021, que determinou a instalação da Vigésima Primeira Câmara Cível e da Nona Câmara Criminal, bem como a especialização de Câmaras.
- Aplicação do parágrafo único do art. 71 do Regimento Interno aos pedidos urgentes em classes processuais não urgentes: “não haverá distribuição de medidas urgentes para os desembargadores nos três dias anteriores ao início de suas férias”.

- Possibilitar a distribuição de processos e recursos em virtude dos Núcleos de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária.
- Projeto-piloto de terceirização de pessoal para assistência administrativa na Central de Registro das Sessões de Julgamento e Administrativas, em fase de estudos.
- Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas, por meio de análises e esclarecimentos relativos à cobrança de custas judiciais, taxa judiciária e despesas processuais arrecadadas pelo TJMG no âmbito da Segunda Instância, a fim de garantir maior efetividade ao processo de arrecadação e evitar cobranças indevidas e evasão de receitas. Em fase de estudos e planejamento.
- Desenho de fluxos para tramitação de processos no novo sistema PJe – 2ª Instância, com realização de estudos preliminares, resultando na elaboração do fluxo do processo cível, conforme escopo do projeto da Presidência.

#### **SEPAD – Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária**

- Criação, disponibilização e acompanhamento de vários painéis (*dashboards*) estratégicos e estatísticos – disponibilização de ferramenta que possibilita análise, acompanhamento, transparência e gerenciamento dos processos, permitindo gestão mais eficiente do acervo do Tribunal.
- Gestão da carteira de demandas junto à DIRFOR – registro, acompanhamento e priorização das demandas de magistrados, servidores, órgãos externos e jurisdicionados.
- Atualização dos sistemas de Segunda Instância para atender à Resolução CNJ nº 270/2018 (uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais no âmbito do judiciário).
- Alteração/atualização dos tipos de assinaturas do Themis.
- Permissão para criação e associação de "matérias" a processos no Themis, possibilitando, deste modo, que se possa filtrá-los de acordo com a matéria atribuída.
- Permissão, no sistema Themis, para visualização de documentos de distribuições anteriores.
- Melhorias nos bilhetes do Themis (inclusão da data de julgamento do processo).
- Criação de filtros de pesquisa de documentos do processo eletrônico no sistema Themis.
- Identificação de feitos repetitivos via sistema Radar, projeto que visa averiguar se processos em tramitação nos gabinetes estão relacionados a temas em discussão internamente ou em Tribunais Superiores.
- E-CAFES – para ampliação do rol de classes eletrônicas do PJe.
- Contínuas atualizações dos manuais cartorários com a inclusão de todas as melhorias desenvolvidas nos sistemas, bem como dos novos procedimentos.
- Participação no desenvolvimento e homologação do sistema BEMP – Banco Estadual de Mandados de Prisão, bem como redação de cartilha para treinamento de servidores e demais operadores.
- Participação no desenvolvimento e homologação de diversas melhorias solicitadas pelos cartórios no sistema SIAP – Sistema de Acompanhamento Processual.
- Participação na implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico – DPE nos cartórios de 2ª Instância.
- Capacitação para os cartórios do 2º Grau, em parceria com a EJEJ com o tema: "Noções Básicas de Processo Eletrônico no âmbito da Justiça de 2ª Instância".
- Participação no Projeto Virtualizar, por meio do auxílio na homologação do sistema, criação e padronização de fluxos e procedimentos cartorários, com o repasse das devidas orientações aos gestores e elaboração dos documentos processuais necessários.
- Composição de acórdãos de IRDR, IAC e processos paradigma – com a instituição do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência (IRDR e IAC), mostrou-se necessária adequação das normas de composição dos acórdãos e o estabelecimento de novas orientações, devido às particularidades estruturais e de trâmite apresentadas por esses novos institutos. Em projeto-piloto, foi realizada a composição de um acórdão de IRDR e do respectivo processo paradigma.
- Apresentação, via SEI, do "Manual de Boas Práticas de Gestão de Gabinetes" e outros materiais instrucionais para magistrados que começam a atuar em Segunda Instância.
- Disponibilização de página eletrônica, com todo o conteúdo relativo aos precedentes qualificados, atos normativos, tutoriais, contato, informativos produzidos pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, estatísticas, publicações, tutoriais e eventos relacionados, entre outros.
- Manual Noções Básicas da Sistemática dos Recursos Repetitivos e do Incidente de Assunção de Competência (IAC) – elaborado com o objetivo de oferecer orientação no que toca à padronização dos procedimentos relacionados à sistemática dos recursos repetitivos, demonstrando as implicações do julgamento desses recursos no processamento das ações em trâmite no TJMG.
- Implantação do Banco Nacional de Precedentes (BNP) – criado pela Resolução CNJ nº 444/2022, que propõe a ampliação quantitativa e qualitativa dos dados de precedentes qualificados existentes para consulta. Do ponto de vista quantitativo, o BNP abrangerá todos os precedentes qualificados dispostos no art. 927 do CPC. Do ponto de vista qualitativo, o banco de dados possibilitará que os usuários possam fazer pesquisas textuais e de dados estatísticos. Projeto em desenvolvimento.
- Criação e instalação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC) no TJMG.
- Fase inicial de implantação do PJe em Segunda Instância – participação na elaboração dos fluxos dos processos de trabalho dos cartórios da 2ª Instância e configuração dos documentos.
- Diversas melhorias realizadas no sistema SIAP, dentre as quais: automatização/acerto na contagem de prazos processuais; inclusão de regra para não permitir a exclusão de Relator caso exista comunicação em aberto para o processo; inclusão de novos filtros na tela "Relatório de processos paralisados no setor"; atualização de cadastramento de advogado nos sequenciais ligados ao processo; criação de funcionalidade na tela "Gerenciador de Petição" para identificar o usuário que validou determinada petição; inclusão das câmaras especializadas; inclusão dos Núcleos de Justiça 4.0.

#### **2ª Vice-Presidência – EJEJ**

Seguem relacionados as ações e projetos desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência do TJMG – Escola Desembargador Edésio Fernandes ao longo do exercício de 2022, conforme informado pela Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP e pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental – DIRGED.

## DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

Inicialmente importa relacionar dois projetos iniciados em 2022:

- Projeto para definição de nova sede para a EJEJ: visa garantir a infraestrutura necessária aos serviços oferecidos pela Escola e ao aprimoramento da gestão de pessoas, das informações documentais e do conhecimento institucional do TJMG;

- Projeto EJEJ iNova: busca, em parceria com a Unidade Avançada de Inovação em Laboratório do TJMG – UaiLab, a revitalização do atual espaço físico da EJEJ, mediante modernização das salas de aulas, aquisição de mobiliário, aprimoramento tecnológico, dentre outros, tendo como foco a criatividade e a inovação, enquanto transcorrem as tratativas e providências relativas à definição da nova sede.

Com relação ao Planejamento e a Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 2021-2026, a DIRDEP geriu, no ano de 2022, as seguintes iniciativas estratégicas, em desdobramento ao Macrodesafio 10 – Otimização da Gestão de Pessoas e incluídas também no PROJEF 5.0, instituído pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1373, de 4 de julho de 2022:

Planejamento Estratégico TJMG – Macrodesafio 10 – iniciativas e metas geridas pela DIRDEP	
Iniciativa Estratégica	Metas relacionadas
<b>Programa de Gestão de Pessoas por Competências (PGC)</b>	Efetivar, até o final de 2022, no mínimo, <b>75%</b> das atividades do Programa de Gestão por Competências previstas para o ano.
<b>Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021 a 2026 (PDI EJEJ)</b> - Plano Anual de Desenvolvimento (PAD)	Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, <b>80%</b> com relação às metas previstas no PAD 2022 até o final do ano.
<b>Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021 a 2026 (PDI EJEJ)</b> - Programa de Pós-Graduações da EJEJ (PÓS)	Cumprir, até o final de 2022, <b>35%</b> das etapas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEJ previstas para o período de 2021-2026.

A primeira iniciativa, PGC, diz respeito aos esforços de implantação da principal política pública de gestão de pessoas do Tribunal, desenvolvida no âmbito da DIRDEP/EJEJ e gerida com relação aos subsistemas de gestão de pessoas de responsabilidade da Diretoria.

Para o ano de 2022, foram consideradas atividades de implantação relacionadas aos subsistemas de: a) mapeamento de competências dos cargos de gestão do Tribunal, conforme processos de trabalho dos setores; b) avaliação de desempenho por competências, com atividades relacionadas à identificação, nas avaliações, de lacunas de competências para auxiliar o trabalho das áreas de formação de pessoas, bem como de análise dos questionários de Qualidade de Vida no Trabalho, para embasar as políticas das diversas áreas do Tribunal; c) sucessão por competências, com atividades de abordagem inicial do subsistema e alinhamento das políticas institucionais.

A segunda iniciativa, PDI EJEJ – PAD, diz respeito à capacidade da Escola de desdobrar seu planejamento educacional estratégico em planos táticos de vigência anual, levando em consideração as necessidades educacionais da instituição com o intuito de desenvolver as ações educacionais que comporão as capacitações a serem ofertadas.

Por sua vez, a última iniciativa, PDI EJEJ – PÓS, compreende os esforços da EJEJ, enquanto Escola de Governo, de implementar, consolidar e expandir seu Programa de Pós-Graduações lato e stricto sensu.

Com relação ao programa de estágio institucional, destaca-se, primeiramente, a realização da primeira seleção pública online de estagiários, sem necessidade de contratação de empresa organizadora. A experiência demonstrou a viabilidade de utilização (e eventual aperfeiçoamento) de soluções já disponíveis como alternativa para apoiar, em especial, as comarcas do interior na realização de suas próprias seleções, com menor volume de candidatos.

Durante o ano, houve também ações para alteração do curso preparatório para estágio, cuja finalização da atualização está prevista para acontecer em breve. Durante o processo de revisão, foi possível redesenhar o programa do curso, em parceria com as áreas de desenvolvimento pedagógico da Escola. Ademais, os preparativos para criação de curso preparatório para os supervisores de estágio também foram iniciados, assim como a estruturação de itinerário formativo para estagiários.

Em relação ao fluxo de devolução de pagamentos indevidos, importante mencionar a recuperação de R\$35.849,23, por meio dos processos de cobranças. Ainda sobre o fluxo de devolução, foi criado, em dezembro, o “Processo Administrativo em Face de Ex-Estagiário”, com o objetivo de formalizar, por meio de processo SEI, as cobranças de pagamentos indevidos. Nesse novo fluxo, caso a devolução do valor ao erário não ocorra, será formalizado processo administrativo para a cobrança.

Ademais, em maio, foram implantados, em parceria com o CEINFO/SEGOVE, painéis de monitoramento do Programa de Estágio, permitindo o acompanhamento da situação do quadro das unidades, com informações sobre o total de vagas da comarca/unidade, as vagas destinadas ao estágio de graduação, de pós-graduação e o total de vagas ocupadas.

Relativamente às ações educacionais, segue o quantitativo realizado no ano:

Ações educacionais promovidas pela EJEJ em 2022 por modalidade	
Educação a distância – EaD	218
Presencial	70
Semipresencial	7
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>

No ano considerado, destacaram-se, seja em razão do alcance, resultados e/ou importância das temáticas abordadas, as seguintes atividades formativas:

- Curso Audiências Concentradas e Central de Vagas no Sistema Socioeducativo Mineiro – ação realizada na modalidade presencial com a transmissão pelo canal da EJEF no YouTube, destinada aos magistrados e servidores que atuam na área da infância e da juventude. Apura-se que 353 participantes foram capacitados.
- Curso de Capacitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe Criminal – com a expansão do PJe Criminal para as unidades judiciárias no TJMG, a EJEF atuou na capacitação dos magistrados, assessores, servidores e estagiários, visando prepará-los para utilização do sistema.
- Semana Mineira da Justiça Restaurativa – atinente ao uso de práticas restaurativas como técnica de solução de conflitos, a EJEF realizou a “Semana Mineira da Justiça Restaurativa”, que teve como objetivo capacitar os participantes a implementar projetos e práticas relacionados à temática.
- Desdobramento do Planejamento Estratégico Aplicado – 1ª instância – ação educacional destinada aos magistrados e gerentes de secretaria e voltada à devida implementação da metodologia de desdobramento do Planejamento Estratégico do TJMG no âmbito das unidades judiciárias de 1ª instância e, a partir das metas nacionais e das metas institucionais do TJMG, em uma perspectiva sistêmica, estruturada e participativa, vinculada ao projeto da Corregedoria-Geral de Justiça de implementação e expansão do desdobramento do planejamento estratégico do TJMG (DPE) nas unidades judiciárias de 1ª instância, objetivando à melhoria dos resultados institucionais. Foram capacitadas 53 pessoas.
- Desdobramento do Planejamento Estratégico Aplicado – 2ª instância – com a expansão do desdobramento do planejamento estratégico para os cartórios da 2ª instância, a EJEF empreendeu esforços para a capacitação dos gestores dessas unidades, em formato semipresencial, com tutoria e oficinas presenciais, tendo capacitado 64 participantes.
- Gestão para Resultados – voltada aos assessores de Gabinetes de Desembargadores e servidores indicados pela Primeira Vice-Presidência do TJMG, teve como objetivo capacitar os participantes a identificar os fatores críticos de sucesso, a reconhecer os conceitos fundamentais de gestão e a utilizar métodos e ferramentas para a melhoria e manutenção de resultados. Realizadas na modalidade a distância, com aulas ao vivo e videoaulas (assíncronas), foram promovidas 04 turmas em 2022, as quais, no total, certificaram 211 participantes.
- II Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas no TJMG – abordou a relevância da política autocompositiva para solução de conflitos. Realizado no formato virtual com transmissão ao vivo pela internet, 399 participantes foram certificados, públicos interno e externo.
- Demandas repetitivas e grandes litigantes – destinado a magistrados e assessores da 1ª e 2ª instâncias, foi realizado com o objetivo de capacitar o participante a identificar as demandas repetitivas e os grandes litigantes do Judiciário brasileiro. Realizado na modalidade a distância, com tutoria, 7 participantes foram certificados.
- Seminário Direito e Economia no pós-pandemia – fruto de parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o evento educacional teve como objetivo o debate de aspectos e processos relacionados ao Direito e à Economia. Ofertado nas modalidades presencial e a distância, contou com 58 participantes presentes e 395 acompanhantes online.
- Curso *Design Thinking*: Inovação no Judiciário – teve como objetivo capacitar os participantes a compreender os fundamentos do *design thinking*, bem como a exercitar práticas e habilidades da metodologia em seu cotidiano profissional. Ao todo, foram formadas 3 turmas, totalizando 102 aprovados.
- Encontro de Magistrados dos Núcleos Regionais da EJEF: presencial – em 2022 foram realizados o “Encontro de Magistrados do Núcleo Regional da EJEF de Uberlândia” e o “Encontro de Magistrados dos Núcleos Regionais da EJEF da Capital e Região Metropolitana”.
- Execução penal e suas vicissitudes – teve como objetivo capacitar os participantes a aplicar técnicas e procedimentos eficazes na solução de problemas jurisdicionais no âmbito da execução penal, especificamente sobre as questões advindas da aplicação à execução penal das novas regras dispostas no Pacote Anticrime, como também das situações fáticas desencadeadas pela Pandemia da COVID-19.
- CJUR – Módulo Encontro de Capacitação de Juizes de Direito Coordenadores de CEJUSCs – reuniu 76 magistrados(as) que atuam na Coordenação de CEJUSCs das comarcas de Juiz de Fora e Montes Claros.
- Curso Língua Brasileira de Sinais (Libras) – com o objetivo de capacitar os participantes à fluência em datilografia e comunicação em Libras, considerando termos e expressões mais utilizadas no cotidiano de trabalho, especialmente no atendimento ao público.
- Capacitação para a gestão de trabalhos com homens autores de violência doméstica – teve como objetivo capacitar seus participantes a constituir redes de trabalho para a criação, sustentabilidade e avaliação de ações voltadas para homens autores de violência.
- Curso Direito Tributário: temas relevantes e os impactos das controvérsias dirimidas pelos tribunais superiores nos processos judiciais Em 2022 foi realizada a terceira turma do curso, que oportunizou aos participantes aplicar os novos entendimentos jurisprudenciais dos tribunais superiores no que se refere às questões tributárias, assim como às controvérsias relacionadas aos tributos estaduais e municipais, aperfeiçoando os entendimentos e a prática jurisdicional. Disponibilizado na modalidade à distância, com tutoria e aula síncrona, o curso contou com 18 participantes aprovados.
- Curso Plano de Logística Sustentável e Licitações Sustentáveis – atinente à inovação tecnológica nas ciências sociais e ambientais, a EJEF promoveu a ação educacional em comento, realizada na modalidade a distância, com aulas ao vivo. Capacitou 40 servidores atuantes na elaboração de contratos, indicados pelo Núcleo Socioambiental, preparando-os a aplicar o “Plano de Logística Sustentável”.
- Semana Integrada de Proteção de Dados Pessoais – o seminário fomentou a conscientização e o intercâmbio de conhecimentos sobre privacidade e proteção de dados pessoais, segurança da informação, implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e governança de dados, contando com a presença de autoridades e capacitando 636 participantes.
- Curso Perspectiva de gênero, conflitos familiares e Justiça Restaurativa – com abordagem de casos com perspectiva de gênero para demandas ou conflitos familiares postos em análise. Disponibilizado na modalidade à distância, com tutoria e aulas síncronas, capacitou 21 participantes.
- Programa Servidor Integrado – SERIN – realizado em duas etapas: Módulo Humanossocial, contou com a participação de 31 servidores presencialmente na Capital e 552 participantes remotamente, oriundos das comarcas do interior; Módulo Institucional, no qual 564 servidores acompanharam as atividades na modalidade a distância.
- Capacitação em custas judiciais de 2ª instância – o curso abordou questões correlatas ao recolhimento das custas judiciais, taxa judiciária e despesas processuais no âmbito da 2ª instância. Destinado a assessores e assistentes de Desembargadores, contou com a aprovação de 34 participantes.
- Curso Automação de processos com o uso de robôs computacionais – RPA – ao todo, 25 profissionais do TJMG foram certificados, dentre eles servidores da DIRFOR, da UAILab e da Corregedoria-Geral de Justiça.
- Curso A implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP – o objetivo desta ação educacional foi capacitar os

participantes a utilizarem o sistema, bem como atuar no projeto de sua implantação no âmbito do TJMG, desenhando fluxos e revendo normativos afetos.

- Legal Design e sua Aplicação no Judiciário Brasileiro: Inovação em Linguagem – a EJEJ realizou duas turmas do curso em comento, ofertado na modalidade a distância, com aulas síncronas. Voltado a magistrados, servidores e gestores que integram a UAILab – Célula de Legal Design, além de indicados pela DIRDEP, DIRGED e DIRCOM, compondo um total de 58 participantes aprovados.

- Inclusão social e no trabalho de pessoas com deficiência – tem como objetivo possibilitar aos participantes o reconhecimento das principais características do capacitismo e de seus impactos na exclusão de pessoas com deficiência e auxiliando nos processos de inclusão no trabalho a partir da identificação das ações a serem implementadas em cada contexto. Ao todo, 183 participantes foram certificados, inclusive público externo.

- Técnicas de comunicação e em comunicação não violenta – direcionado a magistrados, servidores, gestores, colaboradores e estagiários, visando capacitá-los ao adequado relacionamento interpessoal na equipe, qualificando a gestão de conflitos, com comunicação assertiva e não violenta e utilização de técnicas que permitem oferecer feedbacks efetivos, lidar com a pressão no trabalho e conduzir reuniões eficientes.

- Oficinas Jurídicas e Gerenciais nos Núcleos Regionais da EJEJ – realizadas em Divinópolis, Pouso Alegre, Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora. Paralelamente às Oficinas e em apoio aos projetos de responsabilidade social do TJMG, a EJEJ realizou diversas visitas a escolas locais, em cumprimento à Recomendação nº 136/CNJ/2022.

- AGIR – Módulo Habilidades Sociais no Trabalho e Gerenciamento de Conflitos – em 2022, realizadas as turmas 4 e 5 da ação educacional que é destinada aos gerentes de 1ª Instância. Integra o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) da EJEJ e foi realizado na modalidade a distância, autoinstrucional e com aulas ao vivo, contando com 45 aprovações.

- XX Encontro de Gestores da Capital – teve como objetivo capacitar gestores a identificar as ações e atuações da Direção do Foro no biênio 2022/2024 e reconhecer o conceito de resultados, objetivos, boas práticas e sua aplicabilidade no TJMG. Participaram do evento, realizado na modalidade presencial, 152 servidores gestores da 1ª Instância e seus substitutos.

- Encontro Anual de Magistrados de Execução Penal que aplicam o método APAC em Minas Gerais – parte da iniciativa de Consolidação e Ampliação da Política de APACs, promovida pelo Programa Novos Rumos, a ação educacional foi realizada na forma presencial e teve como objetivo capacitar os participantes a identificar os atos normativos relativos ao funcionamento das associações, visando ao aprimoramento da política de manutenção da ocupação dos Centros de Reintegração Social. Na edição de 2022, 36 magistrados do TJMG foram aprovados.

- Oficina para Capacitação em Heteroidentificação Racial com base no conjunto das características fenotípicas – no total, 29 participantes foram capacitados a julgar os recursos contra decisões de comissões de heteroidentificação, utilizando como critério o conjunto de características fenotípicas, que legitimam os candidatos negros a participarem do concurso por meio das cotas raciais.

- 31ª Edição Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (ENCOR) – realizado em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça na cidade de Uberlândia.

- Trilha de Aprendizagem sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) – capacitação das áreas demandantes e gestoras de contratos do TJMG no diz respeito às novas regras licitatórias e contratuais.

Outras ações educacionais de destaque: Curso Preparatório para Postulantes à Adoção; Curso Preparatório para o Teletrabalho; Encontro COCEVID – Colégio dos Coordenadores de Violência Doméstica do Brasil; Quando nasce um pai: orientações básicas sobre paternidade responsável; Curso de Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação Judiciais; Ciclo Mulheres que Inspiram Pessoas e que superam os desafios da atualidade – com o tema “Onde pisam nossos pés, a cabeça pensa, ama o coração - A população em situação de rua e o direito à cidade”; Curso de Capacitação em Conciliação EaD; Seminários da Pós-Graduação da EJEJ; Curso de Formação de Formadores – Fofó/EJEJ – Nível I – módulo 3; Curso de Capacitação em mediação; Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes.

Ainda no que concerne às ações educacionais desenvolvidas ao longo do ano, houve a oferta do primeiro curso de pós-graduação profissional desenvolvido, realizado e certificado integralmente pela EJEJ, lato sensu em Direito Empresarial com ênfase em Falências e Recuperação de Empresas, na modalidade presencial, que compõe o Programa autorizado em seu credenciamento como Escola de Governo.

Além do curso em andamento, em 2022 foram desenvolvidos outros três cursos de pós-graduação lato sensu, a serem ofertados a partir de 2023, com as seguintes temáticas: Direito Penal; Gestão; Direito de Família.

Ademais, além dos cursos de desenvolvimento e oferta próprios, a EJEJ também realiza, no âmbito de seu Programa de Pós-Graduação e mesmo antes de seu credenciamento como Escola de Governo, cursos de pós-graduação lato sensu realizados em parceria com outras instituições de ensino, responsáveis pela certificação dos alunos.

Insta também mencionar que foram realizados diversos investimentos para aperfeiçoamento e modernização do estúdio e dos equipamentos tecnológicos e de áudio e vídeo da Escola, visando aprimorar o atendimento às demandas do Tribunal, em especial relativas ao Ensino a Distância.

Ademais, seguindo o Objetivo Estratégico 04 do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da EJEJ, ciclo 2021-2026, foram empreendidos esforços para melhoria na apresentação das informações e aumento do engajamento dos usuários dos produtos no sítio eletrônico da Escola e em seus canais nas plataformas/redes sociais WhatsApp, Instagram, Facebook e YouTube.

Em relação às inovações e melhorias nos produtos tecnológicos, destacam-se: a implantação de novas funcionalidades no Banco de Talentos, com vistas a possibilitar a identificação de conhecimentos e habilidades da força de trabalho no TJMG, bem como possíveis lacunas de competências; desenvolvimento dos Painéis de Dados Estratégicos da EJEJ, criados dentro da perspectiva de instrumentalizar a administração com ferramentas para subsidiar os processos de tomada de decisão, privilegiando a visão sistêmica e estratégica dos processos de trabalho.

#### ***DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental***

- Eliminação de Processos Judiciais. Após recomposição da equipe cedida ao Projeto Virtualizar e da retomada integral das atividades, foram eliminados 1.096.284 (um milhão, noventa e seis mil duzentos e oitenta e quatro) processos judiciais, correspondendo a 91,36% do estipulado para o ano de 2022, referentemente à Meta TJMG nº 18, componente do Plano Estratégico desta Casa.

- Instituição do Manual de Gestão Documental do TJMG, por meio da Portaria nº 162/2VP/2022, importante instrumento para nortear e padronizar as atividades de Gestão Documental institucional, refletindo recomendações da Resolução CNJ nº 324/2020.

- Instalação do software “Archivematica”, possibilitando o início de testes voltados à efetiva gestão de documentos eletrônicos, conforme previsto nas etapas definidas para o alcance da Meta TJMG nº 19 do Plano Estratégico institucional.

- Contratação da base de dados bibliográficos “Minha Biblioteca”, proporcionando o incremento de vasto acervo técnico-jurídico à base da Biblioteca Digital do TJMG.

- Lançamento do boletim diário “Plantão EJEJ”, disponibilizado via aplicativos de mensagem, com o intuito de favorecer a eficiência na gestão

de processos dos gabinetes de magistrados.

- Campanha de prevenção dos danos provocados pelas chuvas, iniciada em novembro, mediante prestação de orientações às regiões com indicativos de riscos no período chuvoso, por meio de e-mail marketing, peças vinculadas nos canais institucionais e contato telefônico.
- Regulamentação da editoração da Revista EJEJ, com a edição da Portaria nº 164/2VP/2022.
- Lançamento do livro “Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra”, composto por adivinhações, quadrinhas e histórias criadas pelas recuperandas da APAC Feminina de Belo Horizonte, a partir das técnicas aprendidas no curso de formação de contadoras de histórias ministrado pela EJEJ em parceria com o Programa Novos Rumos.
- Lançamento do livro de romances do magistrado e escritor mineiro Godofredo Rangel, fruto de parceria com a Amagis e a Academia Mineira de Letras.
- Lançamento do livro “Memórias do juiz mais antigo do Brasil (Fac Símile)”, de autoria do magistrado e escritor mineiro Hermenegildo Rodrigues de Barros, obra viabilizada mediante acordo de cooperação técnica firmado com a Amagis.

### **3ª Vice-Presidência**

A presente seção destaca sobre os projetos e ações desenvolvidos, no âmbito da Terceira Vice-Presidência do TJMG, no ano de 2022.

#### Projetos e Iniciativas

- Cartilha de Superindivíduo – lançamento do roteiro “Superendividamento no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania” com o objetivo de propiciar a compreensão de que os conflitos por superendividamento podem, hoje, ser objeto de conciliação perante aos CEJUSCs, ainda na fase pré-processual, sem a necessidade do ajuizamento de ação judicial, bem como facilitar a aplicação da Lei Federal 14.181, de 01 de julho de 2021, que disciplinou a prevenção e o tratamento do superendividamento dos consumidores.
- Projeto PAPRE (Posto de Atendimento Pré-processual) – instalados 21 (vinte e um) novas unidades, tendo sido realizadas 3.500 audiências, resultando em 2.592 acordos.
- Projeto Justiça Itinerante – formalizado um convênio ao longo do ano. No total, 410 audiências realizadas, com 183 acordos efetivados.
- Projeto Regularização Fundiária – REURB – com a instituição e composição do Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária – NUIREF, foram realizadas cinco reuniões no decorrer do ano. Ademais, até o momento, quinze municípios demandaram o apoio do Núcleo.
- Projeto Paternidade para Todos – realização de 536 exames de reconhecimento de paternidade em todo o Estado.
- Projeto Experimental Convivência – tem por objetivo implantar nova dinâmica para atender às demandas de convivência assistida oriundas de processos em curso nas Varas de Família da comarca de Belo Horizonte. Em 2022, nove processos encaminhados a instituição parceira, seis processos aguardando atendimento psicológico, além de três processos concluídos.
- Arbitragem Acadêmica – arbitragem oferecida em 19 processos judiciais; publicação de uma sentença arbitral; 152 alunos capacitados a participar do projeto.
- Inclusão Verde Mundo – o projeto visa à instituição de política pública permanente de trabalho e articulação em rede, almejando atuação conjunta na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Em 2022, o TJMG ratificou a adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 090/2021, firmado entre diversas instituições.
- Mediação Empresarial – instalação de PAPRE Empresarial no município de Bambuí.
- Saúde em Consenso – projeto implantado em 2022 para incrementar a atuação dos CEJUSCs nas demandas de Direito à Saúde.
- Projeto Meu Lar – realizado em parceria com a COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais) para regularização, em regime de pauta concentrada, da situação de imóveis adquiridos por meio de programas habitacionais estaduais. 1.876 acordos celebrados.
- Projeto Conciliação em Domicílio – 19 acordos realizados ao longo do ano.
- Oficinas de Parentalidade e Divórcio – realizadas 35 oficinas.

#### CEJUSCs

- Instalação de 17 Centros durante o período (Baependi; Itamoji; Pedralva; Santa Rita de Caldas; Conceição das Alagoas; Campina Verde; Rio Vermelho; Muzambinho; Perdizes; Cachoeira de Minas; Bocaiúva; Campanha; Espinosa; Lajinha; São Domingos do Prata; Mutum; Nova Lima).
- CEJUSC Itinerante – 152 acordos realizados, além de 901 atendimentos de cidadania.
- CEJUSC Virtual – realizadas 738 audiências de conciliação processual, 33 audiências de conciliação pré-processual e 35 audiências de mediação processual referentes a 17 casos, com 185 acordos efetivados. Além dos atendimentos às comarcas, foi realizada pauta concentrada de atendimento de casos da Defensoria Pública e férias prêmio.
- CEJUSC Tributário – instalado em 2022 com o objetivo de solucionar, por meio da mediação e conciliação, demandas tributárias.
- CEJUSC Empresarial – instalado em 2022 com o objetivo de solucionar, por meio da mediação e conciliação, demandas do Direito Empresarial.
- CEJUSC de 2º Grau – em agosto, tiveram início as tratativas envolvendo o Tombamento da Serra do Curral. Ademais, houve a realização de acordo de grande relevância e repercussão ambiental, econômica e social, após 12 audiências, entre o MPMG, DPMG, Vale S.A. e município de Nova Lima para descaracterização da estrutura da barragem B3/B4 situada em São Sebastião das Águas Claras (Macacos).
- CEJUSC Ambiental – homologação de 16 termos de ajustamento de conduta.
- CEJUSC Família – 65 acordos realizados e 63 processos extintos.
- CEJUSC Social – homologação do Termo de Acordo para o repasse pelo Estado de Minas Gerais aos municípios mineiros referente ao piso de assistência social. Ademais, realização, no âmbito do CEJUSC Social de audiências de conciliação envolvendo a construção e destinação do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete.

#### Mutirões

- DPVAT – 29 mutirões realizados.
- CEJUSC de 2º Grau – 04 mutirões no decorrer de 2022.
- CEJUSCs – realização de 39 mutirões, dentre estes 22 de conversão de união estável em casamento.
- Mutirão de pagamento de honorários para advogados dativos – 17 processos encaminhados para homologação das transações de

pagamento.

#### Justiça Restaurativa

- A Comissão de Justiça Restaurativa realizou, em 2022, 07 reuniões;
- Na comarca de Belo Horizonte, foram encaminhados 65 processos para aplicação das metodologias da Justiça Restaurativa;
- 34 acordos celebrados no âmbito do JESP Criminal;
- 09 casos recebidos pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA-BH;
- 06 acordos efetivados pela Central de Apoio à Justiça Restaurativa;
- 202 atendimentos restaurativos realizados nas comarcas do interior;
- 27 sessões restaurativas realizadas em parceria com a Comissão de Assédio Moral do TJMG;
- 52 atendimentos em estabelecimentos prisionais das comarcas de Alfenas, Frutal, Igarapé e Patos de Minas.

#### Cursos, Oficinas e Ações Educacionais

- 10 cursos em parceria com a EJEJF.
- II Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas do TJMG – realizado em maio.
- Encontro de Juizes Coordenadores – evento realizado em maio em Juiz de Fora, reunindo 106 magistrados, e em junho na comarca de Montes Claros, com 68 participantes.
- Semana Mineira de Justiça Restaurativa – 09 a 11 de março.
- I Congresso Internacional sobre Justiça Restaurativa – realizado em setembro.
- Seminário sobre Justiça Restaurativa – novembro.

#### XVII Semana Nacional da Conciliação

- 26.457 audiências agendadas, 21.660 audiências realizadas, 6.778 acordos homologados, que envolveram o valor de R\$24.861.180,45. O índice de conciliação chegou a 31,29%.
- Na abertura da XVII Semana Nacional da Conciliação no Judiciário mineiro, foi firmado o I Pacto Interinstitucional pela Cultura da Paz e Resolução Consensual dos Conflitos.

#### Admissibilidade Recursal

- Realização de juízo de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário, promovendo o processamento dos recursos constitucionais, especial e extraordinário, e dos agravos contra suas decisões, oriundos das 9ª à 18ª, da 20ª a 21ª Câmaras Cíveis, da 2ª Seção Cível, de todos os grupos e Câmaras Criminais e do Conselho da Magistratura, direcionados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.
- No total, foram conclusos 35.960 e remetidos ao Cartório 37.050 processos.

### **Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Destacam-se, nesta seção, os principais projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça – CGJ, conforme informações da Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR e da Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN.

#### ***DIRCOR – Diretoria Executiva da Atividade Correicional***

- Correição Ordinária Geral – realizada na Comarca de Belo Horizonte, nos meses de janeiro a março, com o objetivo de verificar a regularidade de serviços, apurar denúncias, reclamações e sugestões sobre a execução dos serviços do foro judicial, dos juizados especiais, dos serviços notariais e de registro, dos serviços da justiça de paz, da polícia judiciária e dos presídios das comarcas. O saneamento das irregularidades identificadas foi acompanhado pelas áreas responsáveis pela fiscalização do foro judicial e dos serviços notariais e de registro.
- Esforço concentrado para melhoria do Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-JUS – com o apoio e o monitoramento da equipe de fiscalização da GEFIS, houve redução de 30,28% no número de processos aptos para serem baixados ou julgados e baixados na Justiça de 1ª Instância.
- Instalação de novas unidades judiciárias e alteração de competência de varas – realização de estudos técnicos e jurídicos para a instalação de novas unidades judiciárias e/ou alteração de competência, além de organização de plantões, para fins de aprimoramento da prestação jurisdicional e aumento da eficiência operacional. Resultados: [Resolução nº 983/2022](#); [Resolução nº 982/2022](#); [Resolução nº 988/2022](#); [Resolução nº 989/2022](#); [Resolução nº 990/2022](#); [Resolução nº 991/2022](#); [Resolução nº 992/2022](#); [Resolução nº 993/2022](#); [Resolução nº 994/2022](#); [Resolução nº 995/2022](#); [Resolução nº 996/2022](#); [Resolução nº 997/2022](#); [Resolução nº 1.003/2022](#); [Resolução nº 1.004/2022](#); [Resolução nº 1.005/2022](#); [Resolução nº 1.006/2022](#); [Resolução 1.007/2022](#); [Resolução nº 1.008/2022](#); [Resolução nº 1.012/2022](#); [Resolução nº 1.014/2022](#); [Resolução nº 1.015/2022](#).
- Plano de Fiscalização das Unidades Judiciárias – 108 (cento e oito) Unidades Judiciárias fiscalizadas (11,74% do total de unidades do Estado), sendo: 68 correições extraordinárias presenciais; 4 visitas técnicas presenciais; 6 inspeções técnicas presenciais; 7 inspeções técnicas remotas; 23 autocorreições. Também se realizaram cerca de outras 2.481 inspeções remotas, com levantamento de dados estatísticos para monitoramento, à distância, das fiscalizações em curso (quantidade três vezes maior a do ano anterior: 812). Quanto à Correição Ordinária Geral, nas então 297 comarcas do Estado, foram enviados: 2.804 formulários (98%) dos 2.873 formulários eletrônicos, via SISCOR. Diminuição no número de processos conclusos e aumento na produtividade dos Juizes de Direito.
- Autocorreições – Em 2022 foram realizadas 23 autocorreições nas unidades judiciárias da Justiça Comum, nas unidades jurisdicionais e turmas recursais do sistema dos Juizados Especiais, completando-se o Plano Geral de Fiscalização.
- Monitoramento Permanente de Menores Apreendidos – Em 2022 manteve-se zerado o número de adolescentes apreendidos além do prazo legal em todo Estado (desde maio/2021). Com o monitoramento permanente, os poucos casos isolados, apurados mensalmente (1 a 4) foram imediatamente corrigidos.
- Banco de Precedentes das decisões administrativas da Corregedoria-Geral de Justiça sobre o foro judicial – criado em parceria com ASJUR, ASFIJ, SEPLAN, GEINF e NUPLAN, contemplando as decisões administrativas da CGJ mais relevantes sobre o foro judicial, com acesso para o público interno e, em determinados casos, também para o público externo. Além do Banco de Precedentes oficial, a GEFIS alcançou a marca de 610 processos com precedentes e normativos disponibilizados em Bloco Interno do SEI na unidade (560 no bloco de precedentes e

50 no do Núcleo de Custas).

- Esforço concentrado para redução do número de processos paralisados sem motivo legal – no período entre 31/01/2022 e 31/10/2022, houve redução de 47,27% no número de processos paralisados sem motivo legal há mais de 100 dias na Justiça de 1ª Instância.
- Destinação e Recolhimento de Armas e Munições – considerável redução de armas de fogo e munições depositados perante a Justiça de 1ª Instância. No período entre Março e Setembro/2022, foram encaminhadas para a 4ª Região Militar do Exército aproximadamente 1.583 armas, sendo atendidas várias Comarcas, totalizando 53 processos finalizados para destruição.
- Plano de fiscalização dos serviços notariais e de registro – no ano de 2022 a equipe da CGJ realizou inspeção técnica presencial nos serviços notariais e de registro das comarcas de Poços de Caldas, São João del-Rei, Caeté, Jacutinga, Porteirinha, Pirapora, Mar de Espanha, Pará de Minas, Tupaciguara, Uberlândia, Monte Belo, Alpinópolis, São Gonçalo do Sapucaí, Jacinto, Itamarandiba, Arcos, Mateus Leme, Cruzília, Itamonte, João Pinheiro, Boa Esperança, Jequeri, Iturama, Ubá, Rio Pomba, Santa Maria do Suaçuí, Paraopeba, Piumhi, Bambuí e Extrema. Além das inspeções presenciais, foi realizada inspeção remota na serventia de registro de imóveis da comarca de Januária. Também, foi realizada uma Visita Técnica na comarca de Itabirito, em razão do alagamento de serventias extrajudiciais.
- Programa de Gestão das Serventias Vagas – realizado acompanhamento das serventias vagas, visando à adequação das despesas. Com especial atenção às serventias com receita acima do teto remuneratório dos interinos, foi possível redução significativa das despesas das serventias, com revisão de contratos de locação e de prestação de serviços, resultando em incremento da receita originária do excedente ao teto remuneratório dos interinos, que compõe o FEPJ.
- Implementação da Autocorreção nos serviços notariais e de registro – no ano de 2022, em continuidade ao trabalho iniciado em 2021, foram disponibilizados os formulários de Autocorreção para as serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro Civil com Atribuição Notarial, Tabelionato de Notas, que enviaram os resultados em formulário eletrônico disponibilizado pela CGJ. A Autocorreção permite a uniformização dos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais e incentiva os notários e registradores a manter um constante aprimoramento do serviço.
- Implementação do desdobro em serventias de registro de imóveis vagas – instaladas as serventias resultantes dos desdobros nas comarcas de Belo Horizonte e Patos de Minas e Divinópolis. Ademais, foram realizados estudos para viabilizar o desdobro de serventias vagas relacionadas no art. 300-Q da Lei Complementar estadual nº 59/2001, com destaque para o Registro de Imóveis de Poços de Caldas.
- Núcleo de Acompanhamento da Regularização Fundiária Urbana e Rural – NUAREF – a partir de sua instituição, as questões relacionadas à regularização fundiária passam a ter tratamento diferenciado. No segundo semestre, além das participações no 1º e 2º Encontros do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça, realizado em Campo Grande e em Salvador, respectivamente, os juízes integrantes do NUAREF participaram do webinar “*Conflitos Possessórios Coletivos: Perspectiva de Atuação no Judiciário no Regime de Transição Estabelecido na ADPF nº 828*”. Ademais, foram realizadas reuniões com representantes da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais para tratar de ações que agilizarão a regularização de imóveis de mutuários da empresa, bem como com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para apresentação de propostas de alteração do Provimento Conjunto nº 93/2020, visando enfrentar as dificuldades apresentadas pelo referido órgão para avançar com a regularização fundiária e titulação em Minas Gerais.
- Reestruturação dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais – Acumulação – com a publicação da Lei Complementar estadual nº 166/2022, que alterou a Lei Complementar estadual nº 59/2001, foi regulamentada a acumulação dos serviços notariais e de registro pela Resolução nº 1.011/2022. Foram expedidos 114 Avisos da CGJ, resultando na acumulação de 149 serventias extrajudiciais no Estado.
- Instalação de Unidades Interligadas – a partir do trabalho em conjunto com a Secretária de Estado de Defesa Social, RECIVIL, Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e dos estabelecimentos de saúde, foram implementadas 12 novas unidades interligadas, totalizando 95 unidades interligadas no Estado.

#### **SEPLAN – Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância**

- Integração do PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário – SISBAJUD – o projeto-piloto da interligação foi implantado em dezembro nas 1ª e 2ª Varas de Execução Fiscal Municipal de Belo Horizonte e na Central de Cumprimento de Sentença – CENTRASE Cível. A previsão é de expansão do projeto para todas as Comarcas no dia 01/02/2023.
- Expansão do Sistema Informatizado para Controle dos Depósitos Judiciais – SISCONDJ-DEPOX – implantação em todas as unidades judiciárias, por meio da Portaria Conjunta nº 1.350/PR/2022, tendo por objetivo automatizar o processamento de ordens judiciais relativas a depósitos judiciais, de forma interligada com o Banco do Brasil.
- Expansão do Módulo Plantão no PJe – em janeiro ocorreu a expansão do referido módulo em todas as classes de natureza cível. Em relação às classes de natureza criminal, tal expansão não contemplou somente as de inquérito policial e infracional.
- Expansão da Citação Eletrônica – em 2022 foram cadastradas 200 pessoas jurídicas de direito privado e 46 de direito público no Sistema PJe para recebimento de citação eletrônica. Ademais, foram efetuadas 233.632 citações eletrônicas, no período de 01/01/2022 até 30/11/2022.
- Auxílio na Execução do Projeto Juízo 100% Digital – a CGJ auxiliou diretamente na elaboração do normativo que instituiu o projeto no âmbito do TJMG e dos critérios para permitir a identificação e a parametrização dos processos que tramitam no formato.
- Desenvolvimento de módulo no PJe para tramitação de demandas pré-processuais no CEJUSC – implantação em 287 Centros.
- Desdobramento do Planejamento Estratégico – DPE – efetivação em 39 unidades judiciárias, além de outras onze em fase de implantação.
- Gestão e acompanhamento do Projeto Virtualizar – com a edição da Portaria Conjunta nº 1.385/2022, que institui o Projeto Virtualizar 5.0, o Núcleo de Virtualização de Belo Horizonte reestruturou-se para receber o acervo restante de processos físicos ativos ainda em tramitação na Primeira Instância. A virtualização em Belo Horizonte está em fase final e o Núcleo tem recebido os processos das comarcas do interior para virtualização. Resultados do ano: 1.524.114 processos com virtualização concluída; processos recolhidos em 172 unidades judiciárias.
- Implantação da Certidão de Pagamento de Honorários Advocáticos.
- Implantação do Protesto Extrajudicial de Decisão Judicial – ProtestoJud, via Pje, nos tabelionatos de protesto de dívidas e títulos.

#### **COMSIV – Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Nesta seção estão relacionados os programas, projetos e ações empreendidos para o fortalecimento do combate à violência contra a mulher ao longo de 2022.

##### 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Ação de divulgação, dando rosto e voz às servidoras(es) e colaboradoras(es) da COMSIV no enfrentamento à violência doméstica e familiar

contra a mulher, com publicações para as redes sociais, peças para e-mails marketing e WhatsApp.

#### Construindo Igualdades

Durante os meses de agosto (Semana da Justiça Pela Paz em Casa) e setembro, foram realizadas, em parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil – Seconci-MG, seis palestras para profissionais da construção civil, em canteiros de obras. As palestras foram ministradas por Magistradas, Psicólogas, Assistentes Sociais e Defensoras Públicas e alcançaram cerca de 500 pessoas. Entre outubro e novembro, outras 13 palestras foram realizadas, reunindo público de aproximadamente 700 pessoas.

#### Justiça em Rede

Em agosto de 2022, a iniciativa “Justiça em Rede” da COMSIV foi premiada com o terceiro lugar, com menção honrosa, na categoria Tribunais, na 2ª edição do Prêmio CNJ, Juíza Viviane Vieira do Amaral, que contempla experiências, atividades, ações, projetos, programas, produções científicas ou trabalhos acadêmicos que contribuam para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

#### 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (março)

- Interiorização do Programa Justiça em Rede, que combate a violência contra as mulheres, por meio do seu lançamento na comarca de Vespasiano.
- Depoimentos de magistrados e magistradas para a visibilidade da ação de interiorização do Programa Justiça em Rede. Comarcas de Coromandel, Manhumirim, Vespasiano, Araxá, Carmo do Paranaíba e Porteirinha.
- Entrega de diplomas de capacitação profissional a 102 mulheres participantes do Projeto Curso Formativo, iniciativa da COMSIV, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas – GMF e Senac que busca o enfrentamento da violência doméstica e familiar.
- Adesivação de traseiras de ônibus que trafegam por Belo Horizonte com informações sobre violência doméstica contra a mulher e Programa Justiça em Rede.

#### 21ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (agosto)

- Magistrados e Magistradas de comarcas como Belo Horizonte, Uberaba, Caratinga, Patos de Minas, Porteirinha e Governador Valadares realizaram ações de combate e prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.
- Programação de palestras em canteiros de obras, em parceria com o Seconci-MG.
- Realização, dentro do evento Cidadania em Ação, de roda de conversa “Violência Doméstica: escuta e orientações”, com participantes da COMSIV e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAOVD/MPMG).

#### 22ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (novembro)

- Live de abertura: Um olhar para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil – A Igualdade de gênero, a educação e a responsabilização. Transmitido pelo canal oficial do TJMG, no YouTube.
- 21, 22, 23 e 25 de novembro: Feira de artesanato, com exposição de trabalhos de mulheres vítimas de violência. Local: Fórum Lafayette.
- Roda de conversa, no aglomerado Cabana do Pai Tomás, conduzida por integrante do coletivo Vidas com Arte, Geração de Renda e Enfrentamento à Violência Doméstica, e participação da COMSIV.
- Roda de conversa e distribuição de informativos sobre violência doméstica e familiar, em parceria com a Comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica da OAB/MG.
- Intervalo Cultural, com esquete cênica, com o grupo Todo Cultura - Espetáculo: "O Ciclo" Local: Fórum Lafayette – Hall da Avenida Augusto de Lima.
- Exposição: Varal da Vergonha: Vítimas de Femicídio, Local: Fórum Lafayette – Hall da Avenida Augusto de Lima.

#### Projeto Restaurar: Programa Multidimensional de Atendimento na Violência Doméstica

Reunião com NUTEC para aprimorar o projeto Restaurar: Programa Multidimensional de Atendimento na Violência Doméstica. Idealizado pelo juiz Jorge Arbex Bueno, no início de 2021, para atender inicialmente à cidade de Araçuaí (Vale do Jequitinhonha), prevê atendimentos às vítimas e aos suspeitos de agressões, com o objetivo de combater o crime. A proposta foi apresentada à Presidência e ganhou dimensão maior, englobando os municípios mineiros e reunindo os sistemas da COMSIV.

#### Central de Monitoramento de Medidas Protetivas

Realizadas novas reuniões com a Polícia Militar de Minas Gerais e com representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o objetivo de aperfeiçoar o compartilhamento de dados entre as Instituições, a fim de se implantar a Central de Monitoramento de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar no Estado de Minas Gerais. Houve também visita à 1ª Companhia da Polícia Militar Independente de Prevenção à Violência Doméstica para conhecer sobre o funcionamento do painel de monitoramento.

#### Selo Mulheres Libertas

Outorga a pessoas, empresas e instituições do Selo Mulheres Libertas, reconhecidas pelo desenvolvimento de trabalhos e projetos que contribuem para prevenir e combater a violência contra mulher no âmbito das relações domésticas e familiares, alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas.

#### **DEARHU – Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos**

Primeiramente, cumpre mencionar que a Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (DEARHU) é a unidade responsável das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico/PROJEF 5.0 "Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos" e "Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho".

Com relação à primeira, destacam-se, em 2022, os produtos relacionados à adequação do RH ao eSocial, a unificação dos quadros de pessoal, conforme a Lei Estadual 23.478/2019, ações para a aquisição do prontuário eletrônico de saúde – contempladas a análise de viabilidade e o termo de referência, a adequação do RH para apoio à gestão do teletrabalho e outras melhorias e funcionalidades em processos de trabalho rotineiros, dentre outras, a suspensão de férias regulamentares.

No tocante à segunda, vale registrar que a Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho teve uma de suas ações recomendadas na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), com reconhecimento de que contribuíram para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A iniciativa "Ações de prevenção à saúde, por meio da disponibilidade de práticas de conscientização sobre o cuidado com a saúde e bem-estar" foi elencada como uma das boas práticas indicadas pela ONU.

Na sequência, ações de destaque desenvolvidas pela Diretoria em 2022:

- Ginástica Laboral, yoga e meditação (*mindfulness*) – magistrados, servidores e colaboradores com acesso às videoaulas disponibilizadas na REDE TJMG, tendo alcançado boa receptividade. Em média, registra-se 2.100 acessos/mês.
- Avaliação ergonômica de postos e setores de trabalho – 56 avaliações ergonômicas e 05 avaliações ambientais, realizadas a partir de demanda encaminhada à Coordenação de Saúde Ocupacional. As avaliações ergonômicas são realizadas nas modalidades remota e presencial.
- Atenção em Saúde Bucal – realizados 4.494 atendimentos.
- Atendimento psicossocial – visa contribuir para os processos de integração, reinserção, readequação e desligamento profissional. 1.058 atendimentos em psicologia e 495 atendimentos em serviço social, nas modalidades presencial e virtual.
- Conscientização, informação e motivação sobre o cuidado com a saúde e bem estar. Campanhas Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Campanha Nacional de Conscientização da Psoríase, Novembro Azul e Dezembro Laranja.
- Exame Periódico de Saúde – ação que tem como objetivo identificar precocemente situações de risco à saúde e estimular a promoção de hábitos de vida mais saudáveis, com impacto na redução do absenteísmo. No período, foram realizadas 2.325 avaliações clínicas.

#### **DENGEP – Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial**

Além da atuação diretamente relacionada ao Plano de Aceleração de Obras do TJMG, conforme relatado na análise da execução física e orçamentária da ação orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, a DENGEP desenvolveu, ao longo do ano de 2022, diversas ações, cujas principais estão aqui listadas.

- Instalação de CEJUSCs – a DENGEP é responsável por intervenções construtivas para alterações de layouts com melhorias nas instalações e, em alguns casos, quando necessário, pela análise e solicitação da locação de imóveis. No decorrer do ano, houve a instalação dos Centros em 18 (dezoito) comarcas.
- Adoção das ações necessárias no sentido de viabilizar a instalação de 15 (quinze) unidades jurisdicionais em todo o Estado.
- Realização de adaptações em imóvel de forma a possibilitar a instalação da nova comarca de Juatuba.
- Contratação de energia no mercado livre – elaboração de edital para contratação de empresa para viabilizar o fornecimento de energia elétrica para 27 (vinte e sete) edificações do TJMG, com efetivação da compra no ambiente de contratação livre, o que representa uma operação sustentável e vantajosa economicamente. Previsão de realização do procedimento licitatório em janeiro de 2023.
- Plano de manutenções prediais – realização de ações em 23 (vinte e três) edificações localizadas em Belo Horizonte, além do Edifício Sede, bem como em 471 (quatrocentos e setenta e uma) edificações em comarcas do interior.
- Plano de adaptações de layout – visa à adequação de espaços físicos às necessidades dos setores/comarcas. Durante o ano, 410 (quatrocentos e dez) layouts concluídos, com o total de 3.050 (três mil e cinquenta) pontos lógicos instalados.
- Plano de regularização de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – 55 (cinquenta e cinco) edificações com AVCB emitido durante o ano.
- Plano de regularização de novos fóruns – 14 (quatorze) novas edificações averbadas (Cartório de Registro de Imóveis), com os respectivos Termo de Vinculação e Responsabilidade (Governo Estadual) e Alvará de Localização e Funcionamento (administração municipal) emitidos. Ademais, 39 (trinta e nove) fóruns tiveram os respectivos alvarás emitidos, aguardando a conclusão dos procedimentos de averbação.

#### **DIRCOM – Diretoria Executiva de Comunicação**

A Diretoria Executiva de Comunicação – DIRCOM atuou, ao longo de 2022, no apoio e divulgação de projetos e ações que buscaram aproximar o judiciário mineiro da sociedade.

##### Coordenação de Apoio Técnico e de Conteúdo as Mídias Digitais – COMID

- Fortalecimento dos meios digitais para campanhas institucionais, com redução de material publicitário impresso e aprimoramento da divulgação das campanhas institucionais.
- Aprimoramento da atuação da equipe em situações de crise, por meio, por exemplo, da elaboração de *check list* para subsidiar planos de ação relativos aos tópicos redes sociais e imprensa, em observação ao Manual de Comunicação do CNJ.
- Aprimoramento da atuação nas redes sociais, com a produção de conteúdo, criação de novos quadros, aperfeiçoamento da produção gráfica e audiovisual, atualização do canal do *LinkedIn* com conteúdos voltados para inovação, tecnologia e responsabilidade socioambiental, em consonância com o projeto do TJMG de parceria com *startups*.
- Potencialização da comunicação por meio do Portal e da Rede TJMG, estando em avaliação a aquisição de ferramentas de teste de usabilidade e tecnologias de monitoramento e acompanhamento de métricas, para aprimoramento dos conteúdos.
- Potencialização da Rede TJMG como canal de comunicação, com implementação de novos recursos e funcionalidades; criação de novos estilos visuais, incluindo layouts e templates; inclusão de novos campos, com o uso de novos componentes no serviço de formulários; construção de novos serviços mediante utilização da plataforma LUMIS, como, por exemplo, a criação do serviço para cadastro de códigos de acesso; aumento no arcabouço de informações coletivas, incluindo documentação de modelos e processos.

##### Gerência de Relações Públicas e de Publicidade – GERP

- Desenvolvimento de aplicativo de cerimonial para modernizar os processos de trabalho, promover agilidade e assertividade nas ações desenvolvidas.
- Novo Manual de Cerimonial, em fase de finalização, proporcionando padronização das práticas institucionais.
- Reestruturação do Programa Conhecendo o Judiciário – curso de tutores, para formação de pessoal apto a ministrar o programa, bem como possibilitar sua expansão para todas as comarcas.
- Modernização do Intervalo Cultural, com melhorias na entrega de espetáculos e abertura de oportunidade para artistas se apresentarem nas dependências do Tribunal.
- Plano de comunicação integrada, em fase de avaliação da proposta pela Diretoria de Comunicação.
- Desenvolvimento de minuta de portaria para regulamentação para produção, pelo TJMG, de cartões sociais e de visitas.
- Desenvolvimento de novo manual para o logotipo do TJMG, para o público interno e externo.
- Reestruturação de equipe e do fluxo do trabalho, almejando maior organização das demandas, aumento da qualidade e agilidade das

entregas do setor.

#### Gerência de Imprensa – GIMP

- Nova Central de produção e gravação.
- Transmissão ao vivo das sessões realizadas nos plenários da Casa, com prioridade para as relativas ao Órgão Especial, seguindo determinação prevista na Resolução CNJ nº 215, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Judiciário.
- Lançamento da TV TJ Minas, com transmissão em canal próprio do Youtube.
- Ampliação da programação da Rádio TJ Minas, com estreia, em outubro, do TJ Minas Notícias 2º Edição.
- Criação da coordenação de Assessoria de Imprensa, responsável por recepcionar, avaliar e direcionar as solicitações encaminhadas ao TJMG.

#### **DIRFIN – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária**

Seguem arroladas as ações e projetos de destaque desenvolvidos pela Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN no ano de 2022.

##### Novo Sistema de Arrecadação do TJMG

Projeto integrante do Plano Estratégico institucional, iniciativa estratégica “16. Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judiciais”, desenvolvido conjuntamente com a DIRFOR, com o objetivo de desenvolver solução tecnológica para operacionalização da arrecadação de receitas do TJMG. Concluídos até o momento estudo técnico, que resultou na elaboração do termo de referência e análise de viabilidade, ainda passíveis de adaptações. Paralelamente está em produção o Documento de Visão relativo ao projeto.

##### Gestão de Créditos do TJMG

Projeto também inserido no Planejamento Estratégico da Casa, contemplando iniciativas para controle dos créditos a receber pelo TJMG, inscritos ou não em dívida ativa, resultando em melhor recuperação de receitas. Está em fase de finalização o Documento de Visão da Gestão do Crédito. Ademais, por meio de acordo de cooperação firmado com a AGE-MG, está em levantamento os dados relativos aos créditos não tributários do TJMG.

##### Aprimoramento da Fiscalização e da Cobrança das Custas Judiciais de 2º Grau

No ano de 2022, os módulos do "Treinamento e capacitação em custas judiciais de 2ª instância" foram voltados para as Assessorias da 1ª e 3ª Vice-Presidência (3 turmas), Assessorias de Desembargadores (2 turmas) e para Escrivães e Escreventes dos Cartórios da 2ª Instância (1 turma).

##### SIDEJUD – Sistema de Depósitos Judiciais

Em desenvolvimento em parceria com outros tribunais, mediante assinatura de termo de cooperação técnica assinado em 2021, com gestão do TJMG.

Dentre as diversas atividades realizadas ao longo do ano, destacam-se:

- adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ/CNJ;
- sistema de remuneração – atualização dos saldos “pro rata die”, com o controle financeiro feito pelos tribunais;
- geração da guia de depósito judicial – pagamento via PIX;
- depuração da base de dados dos depósitos judiciais;
- desenvolvimento do Mapa Temático e Sistemático.

##### Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP

Contratação efetivada para customização do sistema. Realização, com apoio da EJEF, de curso direcionado aos gestores atuantes no sistema. A previsão de conclusão de sua implantação é junho de 2023.

##### Gerenciamento das contribuições previdenciárias no âmbito do TJMG via implantação do eSocial e EFD Reinf

##### Excelência na Governança Financeira

Em 2022, com o objetivo de modernizar a gestão dos investimentos e maximizar os resultados financeiros do TJMG, foram desenvolvidas ações conjuntas entre os membros do NGF, os gestores das Assets dos Bancos e demais áreas da DIRFIN.

#### **DIRFOR – Diretoria Executiva de Informática**

Seguem as ações e projetos desenvolvidos pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR durante o exercício de 2022.

##### Consulta Processual Pública Unificada

Tem por objetivo aprimorar e tornar mais eficiente a consulta processual disponibilizada no Portal do TJMG, que atualmente é pulverizada conforme a instância, comarca e sistema de origem onde o processo tramita, causando transtorno para os jurisdicionados e demais operadores do Direito.

Foi implantada a Fase 1 da Consulta, resultando em sua disponibilidade para o público interno e processos do SISCO. As próximas fases do projeto, previstas para 2023, envolvem a disponibilização da consulta para o público externo e, posteriormente, a inclusão dos dados dos processos do PJe.

##### Desenvolvimento colaborativo e implantação de sistema de Depósito Judicial Nacional (SIDEJUD)

Visa proporcionar recursos tecnológicos que permitam melhor gestão e controle dos recursos dos depósitos judiciais pelo TJMG.

Ações realizadas: formalizada a adesão do TJMG à plataforma da PDPJ-Br do CNJ; realizados os ajustes na arquitetura do sistema para atender aos padrões da PDPJ-Br; feitas as adaptações necessárias na aplicação para torná-la *multitenancy*, ou seja, para permitir que o SIDEJUD possa atender vários tribunais simultaneamente; concluídas as funcionalidades de cadastro multi bancos, dados processuais e cobrança com vencimento PIX.

##### Implantação do eSocial no TJMG

Envio dos eventos obrigatórios das Fases 1, 2 e 3 do Cronograma Nacional do eSocial realizado dentro do prazo legal estabelecido. Os eventos da Fase 4 serão remetidos em 2023.

##### Integração do PJe à PDPJ-Br (Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro)

Em cumprimento do Ofício nº 749/2021/GP/2021 (processo SEI nº 032657940.2021.8.13.0000) do ministro Luiz Fux, que estabeleceu o prazo de 30/06/2022 para a integração de todos os sistemas processuais eletrônicos à PDPJ-Br. Foi necessário, para tanto, atualizar o PJe para a versão nacional mais recente (conclusão em maio).

#### Implantação do Nome Social nos sistemas do Tribunal

Os sistemas do TJMG foram alterados em atendimento à Resolução CNJ nº 270, que assegura a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuários dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores, aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos.

#### Especialização de Câmaras

Os sistemas da 2ª Instância foram alterados para garantir a instalação das câmaras especializadas, em conformidade com a Resolução TJMG nº 977/2021. A implantação ocorreu em 27/01/2022.

#### Homologação do Domicílio Eletrônico do CNJ

Integração do PJe com Domicílio Eletrônico, podendo os órgãos do Poder Judiciário atualizar os dados cadastrais e adequar seu sistema de PJe aos serviços oferecidos pelo sistema. Este produto será disponibilizado na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG e o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB foram convidados pelo CNJ para participar do piloto de integração do PJe com a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico), no período de 1 a 5 de agosto. A expectativa é de que, realizada homologação, o CNJ libere a solução tecnológica para uso dos tribunais e grandes litigantes.

#### Implantação do ERP-TJMG

O projeto almeja implantar sistema integrado que contemple as funcionalidades orçamentárias, contábeis e financeiras, como também de gestão de pessoas, gestão de material e patrimonial, compras, licitação e contratos, possibilitando o planejamento e controle dos processos gerenciais do TJMG. Foi publicada a portaria instituindo o grupo de trabalho para promover estudos de viabilidade da contratação da solução.

#### Migração do Portal do TJMG para ambiente em Nuvem

Visa garantir a disponibilidade do serviço de forma independente da infraestrutura do TJMG, em alinhamento às diretrizes da Resolução CNJ nº 370/2021. A migração foi realizada em 09/09/2022. A partir dela, o TJMG garante aos jurisdicionados o acesso às informações de interesse 24 horas por dia, 7 dias por semana, além de mais segurança, maior escalabilidade e economia de recursos.

#### Reestruturação do SIJUD

Reestruturação do armazém de dados judiciais do TJMG, o SIJUD, de forma a adotar tecnologias mais eficientes para esse tipo de ambiente, aperfeiçoar os procedimentos de carga de dados, incorporar novas origens de dados (como, por exemplo, o extrajudicial) e adaptar a consolidação dos dados estatísticos ao PJe, tendo em vista que esse sistema corresponde atualmente ao principal acervo do TJMG.

#### Implantação do CODEX no PJe

Para atendimento à Resolução CNJ nº 446/2022, que instituiu a plataforma como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional. O CODEX foi implantado no PJe em outubro de 2022.

#### Implantação da Intimação de Sociedade de Advogados no PJe

Tem por objetivo atender a determinação do novo Código Processual Civil, no Parágrafo Primeiro do artigo 272, de modo a possibilitar que advogados sejam intimados em um determinado processo, não mais pelo número de cadastro na OAB, mas apenas pelo CNPJ da sociedade de advogados da qual fazem parte. Solução implantada em outubro. Trata-se de iniciativa inédita e pioneira no âmbito do Poder Judiciário nacional.

#### Implantação do ZIP único no âmbito dos sistemas processuais de 2ª Instância

Ação para permitir o download integral de processos para visualização de peças eletrônicas, por meio de arquivo no formato .ZIP, visando solucionar o problema de sobrecarga no banco de dados, o que tem causado indisponibilidades dos sistemas de 2ª Instância.

#### Ampliação da infraestrutura de rede e de operação e os serviços de TIC

Foram realizados investimentos para aprimorar a infraestrutura de TIC, ampliando a capacidade de armazenamento de dados, garantindo a atualização tecnológica do ambiente e a segurança cibernética.

### **DIRSEP – Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio**

Registradas aqui as principais atividades executadas pela Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP no decorrer do ano de 2022.

I – GECOMP

#### **ECONOMIA OBTIDA NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Dos recursos disponibilizados para as licitações homologadas em 2022, foi economizado o valor de R\$ 132.736.420,20, o que representa 8,1% do estimado nos orçamentos referenciais, conforme dados inseridos abaixo:

<b>TOTAL DE LICITAÇÕES HOMOLOGADAS EM 2022</b>	<b>203</b>
<b>TOTAL DE LOTES HOMOLOGADOS EM 2022</b>	<b>410</b>
<b>TOTAL DA DISPONIBILIDADE EM 2022</b>	<b>RS 1.644.896.287,49</b>
<b>TOTAL GERAL HOMOLOGADO EM 2022</b>	<b>RS 1.512.159.867,29</b>
<b>TOTAL GERAL DA ECONOMIA EM 2022</b> (Valor da disponibilidade - Valor Homologado)	<b>RS 132.736.420,20</b>
<b>PERCENTUAL DE ECONOMIA CONSIDERADO SOBRE VALOR DA DISPONIBILIDADE EM 2022</b>	<b>8,1%</b>

Obs.: Não entraram na base de cálculo as licitações anuladas, revogada ou desistidas pelas áreas demandantes.

#### CELERIDADE NA TRAMITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO (FASE EXTERNA)

<b>Modalidade Licitatória</b>	<b>Quantidade de Processos Homologados de 01/07 a 24/11/2022</b>	<b>Média da Tramitação da Fase Externa do TJMG</b>	<b>Meta do CNJ</b>	<b>Resultado</b>
Pregão Eletrônico	175 editais totalizando 380 lotes	37	50	<b>26% MELHOR QUE A META</b>
Pregão Presencial	1 edital com lote único (objeto: folha de pagamento)	22	50	<b>56% MELHOR QUE A META</b>
Tomada de Preços	10 editais totalizando 11 lotes	49	60	<b>18% MELHOR QUE A META</b>
Concorrência	17 editais totalizando 18 lotes	77	105	<b>26% MELHOR QUE A META</b>

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 182/2021 – MARCO LEGAL DAS STARTUPS

Projeto desenvolvido em parceria com a NUTEC e DIRFOR para implantação da modalidade especial de licitação prevista pela Lei Complementar nº 182/2021 – Marco Legal das Startups. Previsão de publicação do primeiro edital licitatório em fevereiro de 2023.

#### IMPLANTAÇÃO DO SCDP

Projeto desenvolvido em parceria com DIRFIN e DIRFOR para implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP. Início da execução contratual pela PRODEMGE em novembro/2022, com previsão de finalização e implantação do sistema no primeiro semestre de 2023.

#### II – GECONT

- Negociações dos valores contratuais por meio da Coordenação de Análise e Composição de Custos Contratuais – COMPOS, bem como formalização dos respectivos termos aditivos pela Coordenação de Formalização e Controle de Contratos e Convênios – CONTRAT, importando em economia anual de R\$832.045,82 (oitocentos e trinta e dois mil, quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).
- Considerando as negociações realizadas pela COMPOS, foi obtida economia no valor de R\$1.636.564,18 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos), tendo em conta o total de meses até os termos dos contratos.
- Formalização e publicação, no mesmo período, de 3 (três) Acordos de Cooperação e 16 (dezesesseis) termos aditivos de prorrogação de vigência visando à virtualização de processos físicos, como previsto na Portaria Conjunta nº 1.026/PR/2020 e na Portaria nº 4.980/PR/2020.
- Capacitação de servidores lotados na GECONT para o aprimoramento da adequação dos processos de contratação à LGPD, como determinado na Resolução nº 363/2021 CNJ, por meio de mapeamento e análise de risco na CONTRAT.
- Capacitação de servidores lotados na GECONT, CONTRAT e COMPOS com a participação em vários cursos e encontros.
- Estudos realizados pela GECONT visando à atualização do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, tendo em vista a entrada em vigor da Lei nº 14.133/21 a partir de 1º de abril de 2023.

#### III – GESEG

#### IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AOS GERENTES DE SECRETARIAS

Contratação dos serviços via terceirização, por meio da ocupação de duas vagas de Assistente de Apoio por Unidade Judiciária, sendo a primeira vaga disponibilizada em julho e a segunda em outubro.

#### IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AOS GABINETES DE MAGISTRADOS

Contratação dos serviços por meio da terceirização, visando à execução de atividades acessórias aos gabinetes de magistrados.

#### IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO A PROJETOS E CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para atendimento à necessidade de implantação de serviço de apoio para elaboração e execução de Projetos Institucionais, de acordo com o Planejamento Estratégico.

#### GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDOS RELACIONADOS AO TELETRABALHO PARA TERCEIRIZADOS

Estudo para adequação das relações e processos de trabalho dentre os parâmetros atuais de organização do trabalho.

#### FÉRIAS DOS TERCEIRIZADOS NO RECESSO – 2022/2023

Resultando economia estimada de R\$13.745.695,87 (treze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), correspondente ao que deixou de ser gasto com substituição de colaboradores.

#### GESTÃO CONTRATUAL – INSUMOS – DECOTES

Ações de controle de estoque e remanejamento de materiais, resultando em economia de R\$1.069.224,52 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), conforme abaixo evidenciado:

<b>Capital</b>	<b>RS591.732,14</b>
<b>Interior</b>	<b>RS477.492,38</b>
<b>Total</b>	<b>RS1.069.224,52</b>

#### GESTÃO CONTRATUAL – UNIFORMES – DECOTES

Ações de fiscalização que possibilitaram a economia de R\$274.833,04 (duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e quatro centavos).

#### IV – GESUP

- Coordenação de Controle de Material de Consumo – atendimento de 4.765 requisições de materiais de consumo, total de 502.275 itens entregues via Correios e mediante a utilização de veículo próprio.

- Produção do Serviço de Apoio ao Suprimento de Formulários e Impressos (Gráfica):

<b>PRODUÇÃO PRÓPRIA (MATERIAIS CATALOGADOS)</b>	<b>UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Impressos personalizados, uso TJMG - modelo: capa processual	cento	<b>244</b>
Impressos personalizados, uso TJMG - modelo: diversos (cinta endereçamento, papeletas, aparas e fichas)	cento	<b>3.269</b>
Impressos personalizados, uso TJMG diversos	bloco	<b>2.261</b>

<b>PRODUÇÃO PRÓPRIA (MATERIAIS NÃO-CATALOGADOS)</b>	<b>Nº SETORES/COMARCAS</b>
Cartões Sociais	<b>26.875</b>
Cartões de Visita	<b>1.188</b>
Cartilhas	<b>32</b>
Folhetos	<b>3.534</b>
Apostilas	<b>33</b>
Blocos	<b>2.666</b>
Marcadores	<b>2.292</b>
Folder's	<b>2.520</b>
A4	<b>1.335</b>
Credenciais	<b>400</b>
Crachá	<b>83</b>
Senhas	<b>640</b>
Árvores Cantata	<b>1.200</b>
Demais Impressos	<b>1.420</b>

- Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário – resumo das atividades desenvolvidas ao longo do ano:

<b>FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS À SETORES E COMARCAS</b>	<b>Nº DE REQUISIÇÕES</b>
Número de requisições de materiais permanentes por setores da 2ª Instância (pedidos ordinários de material e atendimentos estratégicos)	<b>1.544</b>
Número de requisições de materiais permanentes por setores da 1ª Instância (pedidos ordinários de material e atendimentos estratégicos)	<b>514</b>

<b>FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIOS À SETORES E COMARCAS</b>	<b>Nº DE REQUISIÇÕES</b>
Novas edificações de Fóruns que receberam mobiliários novos, serviços de montagem e mudança realizados pela COPAT: Congonhas , São João Nepomuceno, Lima Duarte, Rio Preto, Sabará Jesp, Igarapé, Nanuque, Lajinha, Mutum, Nova Lima, Pirapora, Conceição das Alagoas, Serro, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Turmalina, Monte Azul, Rio Pardo de Minas, Mateus Leme Juatuba, Eloí Mendes, Martinho Campos, Sacramento, Iturama, Malacacheta, Itambacuri, Poços de Caldas, Natércia, São Lourenço, Camanducaia, João Monlevade , Timóteo, Mantena, Jacuí, Alfenas, Cataguases, Muriaé e Várzea da Palma,) Juatuba, Abaeté, Dolores Do Indaiá, , Itajubá, Caxambu, Boa Esperança, Perdões, Ibiraci, Borda da Mata, São Lourenço, Itumirim , Botelhos, Cassia, Presidente Olegário, Campos Altos.	<b>53</b>
Novas edificações que receberam estantes de aço(arquivos de processos físicos), serviços de remanejamento, montagem e mudança para desocupação de imóveis realizadas pela Copat: Igarapé, Nanuque, Pirapora, Machado, Francisco Sá, Espinosa, Araçuaí, Monte Carmelo, Rio Pomba, Paraopeba, Serro, Ouro Preto e Campanha, Divinópolis, São Gotardo, Bambuí, Canápolis.	<b>17</b>

<b>RECOLHIMENTO DE BENS</b>	<b>QUANTIDADE DE BENS</b>
Quantidade de bens permanentes recolhidos à COPAT, a pedido de setores e comarcas, decorrente de mudanças, substituição por novos, para desfazimentos dentre outros.	<b>4.496</b>

<b>PRODUÇÃO INTERNA / MANUTENÇÃO DE BENS</b>	<b>QUANTIDADE DE BENS</b>
Produção interna de bens permanentes móveis	<b>64</b>
Reforma e manutenção de bens permanentes móveis	<b>1.264</b>

<b>ATENDIMENTO COM SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS</b>
Entrega de bens permanentes em todas as comarcas e setores do TJMG no Estado; Montagem de mobiliários em geral; Readequação de ambientes de vara, setores e arquivos; Mudança de bens, processos e objetos até novas edificações; Suporte na realização de inventários patrimoniais.	<b>58</b>

<b>TIPOS DE BAIXA – BENS PERMANENTES MÓVEIS</b>	<b>QUANTIDADE DE BENS</b>
Descarga por inutilização patrimonial	<b>10.500</b>
Doação à instituições filantrópicas e de reconhecida utilidade pública	<b>1.859</b>
Inclusão indevida / Furto / Roubo / Extravio / Sinistro	<b>44</b>

V – ASCONT / GECOMP / GECONT

- Participação em Grupo de Trabalho multidisciplinar, instituído pela SEPLAG/MG, por meio da Resolução SEPLAG nº 50/2021, com componentes de diversos órgãos, com vistas à implementação da nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), resultando, primordialmente, no levantamento das ações a serem adotadas no âmbito do TJMG, em especial a operacionalização do sistema, alteração de atos normativos, contratos e instrumentos congêneres.

VI – ASCONT / GECOMP

APRIMORAMENTO DOS TERMOS DE REFERÊNCIAS E PROJETOS BÁSICOS

Ações realizadas junto aos gestores contratuais para troca de informações e orientações pertinentes ao planejamento das contratações e elaboração de termos de referências e projetos básicos.

## APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA ADOÇÃO DO IMGC – INDICADORES DE MONITORAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

Instrumento para o monitoramento da gestão contratual, observadas as principais características dos ajustes e eventuais impactos decorrentes de sua execução, tais como: valor da contratação, complexidade de aferição de faturamentos e pagamentos, grau de dependência dos serviços, grau de dependência em relação à contratada, possíveis impactos da contratação para a imagem institucional ou para a sociedade, entre outros possíveis indicadores a serem definidos de acordo com a conveniência administrativa, como, por exemplo, relacionados à LGPD, à saúde de magistrados e servidores ou em relação ao meio ambiente.

Benefícios esperados:

- Identificação das principais contratações do Tribunal;
- Possibilidade de monitoramentos diferenciados, de acordo com objetos e indicadores;
- Possibilidade de monitoramento dos contratos do órgão pela Alta Administração e, conseqüentemente, criação de políticas internas e a tomada de decisões;
- Possibilidade de identificação dos aspectos que necessitam de aperfeiçoamento na gestão e de maior controle pela Secretaria de Auditoria Interna – SECAUD;
- Possibilidade de definição de treinamentos e capacitações específicas para gestores e fiscais de contrato, de acordo com as questões mais relevantes das contratações;
- Possibilidade de extensão da metodologia à definição de prioridades nos processos licitatórios.

## MEDIDAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A implementação do Plano de Contratação Anual – PCA, em cumprimento ao disposto na Resolução CNJ nº 347/2021, está em fase de preparação do formulário/planilha, inicialmente por meio de projeto-piloto desenvolvido na própria DIRSEP, com o apoio do NUTEC e SEGOVE.

### VII – DIRSEP

Realizada, com o apoio da EJEJ/DIRDEP, a ação educacional “Trilha de Aprendizagem sobre a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)”, promovida no período de 21 de novembro a 16 de dezembro, com o objetivo de capacitar as áreas demandantes e gestoras contratuais sobre as novas regras licitatórias e contratuais que deverão ser observadas e atendidas a partir da implementação da nova lei.

## Juizados Especiais

Nesta seção são apresentados os principais projetos e ações afetos à Justiça Especial desenvolvidos em 2022, conforme informações prestadas pela Gerência de Suporte aos Juizados Especiais – GEJESP.

- Prorrogação da Turma Recursal Temporária de Governador Valadares com sede na comarca de Caratinga.
- Prorrogação do funcionamento da Turma Recursal Temporária da comarca de Belo Horizonte.
- Juízes Leigos – 156 vagas preenchidas em 2022, 117.978 audiências realizadas, 84.976 projetos de sentença homologados.
- Atuação de juízes leigos no Projeto Pontualidade para cooperação nos processos afetos aos Juizados Especiais.
- Curso de capacitação de conciliadores e atermadores.
- Aprimoramento da pré-atermação online, em parceria com o UAILab.
- Suporte para Atendimento Direto ao Cidadão – SADI – realizados 143 atendimentos e celebrados 90 acordos.
- Autorização de vagas de estágio para as turmas recursais.
- Semana da Conciliação, com realização de 5.193 audiências nas comarcas do interior, além de 1.730 nas unidades jurisdicionais de Belo Horizonte.

## MEJUD – Memória do Judiciário Mineiro

A seguir estão elencadas as principais atividades desenvolvidas pela MEJUD no decorrer de 2022.

### 1 – Acervo Documental

- projeto “Conservação Preventiva do Acervo MEJUD”, que consiste em procedimentos de higienização, acondicionamento individual e específico, catalogação, possibilitando a consulta pública. Neste ano, o projeto teve como resultado o quantitativo de 38.550 (trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta) páginas disponibilizadas para a sociedade.
- lançamento da plataforma “Acervo Minas Justiça”, em junho, destinada à descrição e à consulta de documentos de guarda permanente e objetos museológicos do Judiciário Mineiro, os quais estão sob a salvaguarda da DIRGED e da MEJUD, em adequação ao que dispõe a Resolução 324/2020 do CNJ.
- atendimento, em consonância com os trabalhos de documentação museológica do acervo, de 110 (cento e dez) solicitações de pesquisadores, incluindo magistrados e servidores. Os acervos judiciais históricos requeridos foram disponibilizados no sítio eletrônico da MEJUD.

### 2 – Comunicação Museal

- redação do artigo “As Ações de Juramento de Alma na Memória do Judiciário Mineiro”, publicado na plataforma Acervo Minas Justiça e de 23 (vinte e três) notas biográficas de Desembargadores e Juízes falecidos e Desembargadores aposentados do TJMG, publicação, nos espaços virtuais de 41 (quarenta e uma) matérias sobre as atividades da MEJUD e do Poder Judiciário, além de atualização da rede social Instagram.

### 3 – Eventos e Cerimônias

- em 03 de fevereiro, celebração dos 148 anos de instalação do TJMG em Ouro Preto: ato cívico junto à Herma de Dom Pedro II e inauguração de três telas artísticas de autoria do Desembargador José Marcos Vieira;
- em 07 de abril, o Palácio da Justiça sediou a 482ª reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nela, o desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais (CCPC/MG), representou o então presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes.
- 20ª Semana dos Museus, evento nacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em maio de 2022. Desenvolvido em ambiente virtual, contemplou o tema “Mulheres em Memória no Museu do Judiciário Mineiro”;

- 16ª Primavera dos Museus, evento nacional promovido pelo IBRAM (setembro a novembro), cuja temática foi “Independência e Museus, outros 200, outras histórias”. A MEJUD participou da exposição “*Libertas Quae Sera Tamen – Percursos Históricos e Imaginários*”, realizada no Palácio da Liberdade;
- II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (maio), em Recife, no qual a MEJUD apresentou a palestra “Preservação de Bens Arquitetônicos”.
- participação da cerimônia cívica-cultural, realizada em 9 de agosto, evocativa das visitas do Imperador Dom Pedro II à Província de Minas Gerais;
- ato cívico em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil, realizado na sede do TJMG, por iniciativa do Superintendente da MEJUD.

#### 4 – Política de Gestão

- revisão do Plano Museológico, fundamentada pela Lei Federal nº 11.904/2009, e pelo Decreto nº 8.124/2013, por meio de estudo técnico e projeto básico para revitalização e expansão do Museu da MEJUD.
- publicação, em 02 de maio de 2022, da Resolução nº 998/2022, que institui a Política de Gestão da Memória do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, em atendimento às obrigações previstas pela Resolução CNJ nº 324/2020.

#### 5 – Reforma do Palácio da Justiça Rodrigues Campos.

- preparação dos acervos museais para a mudança do Palácio, envolvendo a realização de inventário, com identificação de todo o mobiliário expositor, produção de acondicionamento específico, observadas as normas de conservação preventiva, desmontagem das salas e reserva técnica.

#### 6 – Curadoria Museal da MEJUD

- assessoria às comarcas que completaram 150 anos de criação em 2022, para promoção de ações cívico-culturais alusivas à data: Conselheiro Lafaiete, Patrocínio, Itapecerica, Itajubá, Leopoldina e Januária.

#### 7 – Visitas Técnicas.

- Biblioteca Antônio Torres, localizada em Diamantina, com o objetivo de conhecer os documentos históricos judiciais, averiguar suas condições de guarda e possível reintegração ao Acervo Documental Histórico da MEJUD;
- comarcas de Araxá e Conselheiro Lafaiete, para avaliação e integração dos documentos históricos judiciais ao Acervo Documental Histórico da MEJUD;
- Museu do Ipiranga, a convite da Escola Paulista da Magistratura, por meio da Coordenadoria de História e Memória.

### **Núcleo de Voluntariado**

O Núcleo de Voluntariado do TJMG, instituído pela Portaria Conjunta nº 543/PR/2016, tem como finalidade contribuir para a consolidação da “Rede de Voluntariado” estadual, promover a disseminação da cultura do voluntariado no Poder Judiciário mineiro e coordenar as práticas de voluntariado institucionais.

No decorrer de 2022, foram realizadas as atividades relacionadas a seguir.

#### Campanhas de Arrecadação

- campanha de arrecadação para as vítimas do período chuvoso, realizada em janeiro, beneficiando 38.569 pessoas, por meio da doação de 744 cestas básicas e 37.825 unidades de outros itens como roupas, calçados, material de limpeza e higiene pessoal, distribuídos, com auxílio da Defesa Civil, a sete cidades (Brumadinho, Honório Bicalho, Juatuba, Mário Campos, Raposos, Sabará, São Joaquim de Bicas).
- após o encerramento da campanha, foram doados outros 2.390 itens, distribuídos, no mês de junho, à pastoral do Povo da Rua, à instituição das Irmãs Sacramentinas de Bérgamo e ao Projeto Abraço e Apoio.
- distribuição de peças de roupas íntimas, oriundas de doação anônima recebida pela COMSIV e repassada ao Núcleo de Voluntariado, para a Casa da Mulher Mineira (200 unidades) e Projeto Abraço e Apoio (60 unidades).
- também foram repassadas pela COMSIV, em dois momentos, 1.745 e 39 peças de roupas, doadas para diversas instituições.
- campanha para arrecadação de cobertores, resultando em 2.144 itens distribuídos a instituições diversas.
- realização do Arraial Solidário do TJMG, resultando na arrecadação de duas toneladas de alimentos e 296 agasalhos, beneficiando o total de 968 pessoas, por intermédio de distribuição às instituições INAPER (Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua), Novo Olhar Rua, Sópão Solidário e Gira Amor.
- entrega de brinquedos arrecadados na campanha do dia das crianças à creche João Paulo II (2.189 unidades) e ao TJ Criança Abriga (7 unidades).
- Papai Noel do TJMG, beneficiando 630 pessoas, por meio da arrecadação de presentes, entregues a algumas instituições.
- realização do “Natal Solidário” (Fórum Cível e Fazendário), ação que beneficiou 1.319 pessoas, com arrecadação de 4,5 toneladas de alimentos, além de R\$1.900, que possibilitaram a aquisição de 47 latas de suplemento alimentar infantil.
- doação de kits de higiene pessoal para adolescentes do Centro Socioeducativo São Jerônimo, adquiridos com parte do valor arrecadado na campanha do dia das crianças.

#### “Rua de Direitos”

- dois eventos realizados, destinados à prestação de uma diversidade de serviços a pessoas em situação de rua, ambos sediados no Centro Pop Leste, um no mês de abril, com 261 atendimentos efetivados, e outro em novembro, com 308 atendimentos.
- nos mesmos moldes, foi realizada ação na comunidade Cabana do Pai Tomás, tendo sido atendidas trinta pessoas, além de apresentações culturais e palestras.

#### Outras ações e eventos de destaque

- assinatura de protocolo de intenções entre o TJMG, SEPLAG/MG, MPMG, DPMG e RECIVIL (Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais), almejando promover, no âmbito dos serviços prestados na Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Praça Sete, o atendimento multidisciplinar, desburocratizado e humanizado às pessoas em situação de rua.
- realização de acordo entre TJMG, Prefeitura de BH, MPMG, DPMG, Pastoral de Rua – Arquidiocese de BH e Movimento Nacional da População de Rua para mudanças na abordagem às pessoas em situação de rua, instalação de água potável em espaços públicos, reativação de banheiros públicos desativados e ampliação do recolhimento ordenado de recicláveis.

- formatura da primeira turma do Programa Caminhos (20 pessoas). A iniciativa, que tem apoio do TJMG, busca promover a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de rua ou egressos do sistema prisional, por meio da realização de oficinas que têm como base os pilares trabalho, arte e cultura.
- lançamento e distribuição da cartilha “Direitos das Pessoas em Situação de Rua” (3.000 unidades).
- inauguração de duas hortas comunitárias do Programa Cidadania em Rede, na região da comunidade Cabana do Pai Tomás, beneficiando diretamente 362 pessoas.

#### **NSA – Núcleo Socioambiental**

- elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis, em alinhamento ao que dispõe a Resolução CNJ nº 400/2021. O documento estabelece critérios e práticas que deverão ser comprovados na aquisição de produtos como, por exemplo, material de consumo, bem como na contratação de serviços e nas obras de engenharia;
- publicação da Portaria Conjunta nº 1403/PR/2022, que estabelece regras para o fornecimento de papel A4 e demais itens de consumo no âmbito do TJMG, acompanhada de campanha de divulgação, com orientações para solicitação e devolução de materiais, além de dicas para o uso adequado de papel. Em paralelo, foi criado painel de controle de insumos, permitindo o monitoramento da quantidade de papel A4 e copos descartáveis solicitados por cada setor/unidade;
- realização, no mês do meio ambiente (junho), de ações institucionais como: campanha e incentivo ao descarte correto de medicamentos vencidos, realizada em parceria com a GERSAT/DEARHU e DIRCOM; divulgação da cartilha “Coleta Seletiva para Todos”, produzido em conjunto com a Rede Sustenta Minas; edição especial do “Projeto: mural acontece TJMG”, voltado para a temática sustentabilidade; realização, na unidade Raja Gabaglia, da exposição “Materialidades múltiplas: a sustentabilidade como matéria-prima”; divulgação, a cada intervalo, na Rádio TJ Minas, de dicas sobre descarte de resíduos e rejeitos;
- expansão para comarcas do interior do projeto “Lacre do Bem”;
- atualização do material do curso “Introdução à Gestão Socioambiental”, ministrado pela EJEJF, e apresentação de palestra com a temática sustentabilidade no Programa Servidor Integrado;
- colaboração para elaboração de estudo de mobilidade dos usuários da frota do TJMG, além do aperfeiçoamento do painel módulo frota (Qlik Sense);
- revisão, pela DIRFOR, com apoio do Núcleo, da Portaria que trata do parque de impressão. Adicionalmente, está em fase de elaboração cartilha explicativa, a ser disponibilizada para consulta na Rede TJMG. Também haverá campanha de divulgação e orientação do normativo;
- instalação de lâmpadas de LED iniciada nas 61 comarcas contempladas pelo projeto “Eficiência Energética”. Em complementação, foi ofertado aos servidores o curso “Uso seguro e eficiente da energia”;
- ações de sensibilização, por meio de Ofícios SEI, junto às comarcas para apoio na conscientização do corpo funcional quanto ao uso adequado de água e energia elétrica, bem como para verificação da possibilidade de implantação, nas localidades onde ainda não há, de coleta seletiva e gestão de resíduos;
- projeto piloto no Edifício Sede e expandido para outras cinco unidades para a troca das lixeiras, com o objetivo de aprimorar a separação dos resíduos e rejeitos, facilitando a destinação correta dos insumos e recicláveis;
- composição na banca julgadora para certificação da Agenda 2030, que tem por finalidade reconhecer os setores que possuem projetos, iniciativas ou ações vinculados a algum dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- apresentação à Presidência do projeto de revitalização das cozinhas e outros ambientes de trabalho das comarcas de 1ª Grau, com o objetivo de fornecer e/ou substituir equipamentos como geladeira, fogão, micro-ondas, bebedouros e aparelhos condicionadores de ar. Realizado em parceria com a DENGEP e GESUP/DIRSEP, inicialmente em implantação nas comarcas da 6ª região;
- proposição de termo de referência para elaboração do inventário da emissão de carbono, fase importante para implantação do plano de compensação ambiental, em atendimento ao art. 24 da Resolução CNJ nº 400/2021.

#### **Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária**

O Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária, instituído pela Portaria Conjunta nº 1.338/PR/2022, com amparo na Resolução CNJ nº 385, de 06/04/2021, iniciou suas atividades em março de 2022 com assunção de ações judiciais propostas na comarca de Brumadinho contra a empresa Vale S.A..

Isso porque cerca de 7.000 novos processos foram distribuídos apenas no mês de janeiro de 2022, inviabilizando o regular funcionamento das unidades judiciárias de Brumadinho.

O Núcleo funciona nos moldes de uma unidade jurisdicional autônoma, para a qual se opera a migração dos processos distribuídos nas varas de origem, com competência cooperativa para a prática de todos os atos referentes à fase de conhecimento, desde o despacho inicial ao trânsito em julgado da sentença/acórdão, após o que os autos são restituídos à origem.

Importante frisar que os feitos tramitam exclusivamente em meio eletrônico e que a atuação por cooperação não afasta a competência dos juízes titulares relativa aos processos distribuídos nas respectivas unidades judiciárias, o que permite a realização de atos presenciais nos locais em que legalmente devam ser praticados.

A partir de 21/03/2022, foram migrados ao Núcleo 4.0 – Cooperação Judiciária 12.519 processos (acervo inicial do Núcleo), dos quais aproximadamente 9.000 processos (cerca de 70%) se encontravam pendentes de análise da petição inicial.

Até 31/12/2022 a prestação jurisdicional do Núcleo (trânsito em julgado da sentença/acórdão da fase de conhecimento) já havia sido encerrada em **1.320 processos** (cerca de 10,5% do acervo inicial), já devolvidos à origem.

Considerando, ainda, a declinação de competência para outras comarcas, operada em 328 processos, o acervo do Núcleo em 31/12/2022 era de 10.871 processos. Praticamente todo o acervo ativo atual já se encontra em fase de instrução probatória.

Entre 21/03/2022 e 31/12/2022, foram proferidos 30.136 pronunciamentos judiciais, dos quais se apuram 1.611 sentenças, 12.693 decisões interlocutórias e 15.832 despachos.

Para viabilizar e efetivar os mencionados pronunciamentos judiciais, foram praticados pela equipe de secretaria, no mesmo período, 100.473 **atos** (ex.: citações, intimações, certidões, juntadas, remessas, conferências, etiquetagens etc.).

#### **NUTEC – Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa**

Importa mencionar, inicialmente, as atividades inerentes à Iniciativa Estratégica “36. Monitoramento do Programa de Integridade”, integrante do Plano Estratégico institucional, desenvolvidas ao longo do ano de 2022, destinadas à atualização dos mecanismos do referido programa:

- Revisão e adequação da Política de Integridade das Contratações.
- Finalização da adequação da ferramenta de gestão de riscos (Sistema Ágatha).
- Atualização do Manual de Gestão de Riscos.
- Revisão e atualização da capacitação sobre o Código de Conduta: atualização do conteúdo e dos vídeos.
- Elaboração da Política de Conduta dos Estagiários do TJMG – assinatura da Portaria de instituição da política no dia 18/01/2023.
- Desenvolvimento de módulo de capacitação sobre a Política de Conduta dos Estagiários. Primeira turma com o novo conteúdo iniciou em 19/01/2023, na EJEJF.
- Promoção das adequações sugeridas pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) do Tribunal de Contas da União.

Na sequência, outras ações relevantes com participação direta do setor:

- Política de Conduta para Assessores e Assistentes de Gabinete: elaboração da minuta do normativo e encaminhamento para análise e aprovação.
- Rede Mineira de Integridade – participação em reunião ordinária realizada em setembro, destinada ao planejamento de ações e evento para 2023.
- Participação em eventos de integridade: entrevista na emissora Rede Minas a convite do MPMG e CGE/MG; congressos do IBDA e IMDA (Institutos Brasileiro e Mineiro de Direito Administrativo); III Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; IX Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça.
- Projeto Restaurar – programa multidimensional de atendimento na violência doméstica, com o oferecer plataforma capaz de acolher as iniciativas a respeito da temática, desde a entrada das notificações pelas vítimas, agilização dos processos judiciais e das medidas protetivas de urgência, à oferta de programas reflexivos e acompanhamentos psicossociais ao autor da violência, de um banco de oportunidades a vítimas e autores da violência, bem como espaço para treinamento e interação.
- Projeto para ambientação de novos colaboradores – com o objetivo de proporcionar aos recém-ingressos no TJMG informações de forma a permitir melhor socialização organizacional. Em fase de desenvolvimento, aguardando proposição da DIRCOM quanto à página eletrônica referente ao conteúdo a ser disponibilizado.
- Estudo e desenvolvimento do Projeto Renascer, que almeja oferecer apoio na implementação das ações de acolhimento e atendimento aos pré-egressos, egressos, policiais penais e familiares, contribuir para a efetividade da reintegração social e, conseqüentemente, para a redução do índice de reincidência na criminalidade, a partir de uma visão e atuação sistêmicas.
- Ações voltadas à governança das contratações, visando à implementação das recomendações da Resolução CNJ nº 347, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, bem como à revisão dos normativos e processos de trabalho em razão das alterações demandadas pela nova lei de licitações.
- Estudos relativos à definição dos procedimentos atinentes à contratação de startups pelo TJMG, conforme regulamentação da Lei Complementar nº 182/2021, buscando fomentar a adoção desta prática nos órgãos públicos a partir da parceria com outras instituições.
- Estudo sobre viabilidade de criação de consórcio para execução das políticas penais no Estado de Minas Gerais.
- Ações voltadas à implementação da nova Lei de licitações, tendo por objetivo definir a estrutura orgânica de contratação, criar normativos sobre a dosimetria e procedimentos para aplicação das penalidades administrativas aos licitantes e contratados, pesquisa de preços, reajustamento e repactuação de preços em contratos e atas de registro de preços, serviços contínuos, bem como mapear gestão de riscos, criar os modelos de Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Edital e Contrato e redefinir os fluxos para compra direta, pregão, inexigibilidade e dispensa de licitação. Em fase de implantação.

## Ouvidoria

A Ouvidoria do TJMG registrou, em 2022, 9.943 expedientes, representando uma média de 829 manifestações/mês, relacionadas à prestação de atendimento e tratamento de pedidos de informação, inclusive relativos à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, além de solicitações, elogios, críticas, denúncias, reclamações e sugestões.

Cumpra mencionar, nesse sentido, que a Ouvidoria se mantém conectada ao cidadão por intermédio do canal “Fale com o TJMG” e outros meios disponíveis, buscando promover a efetiva integração da sociedade ao Judiciário mineiro.

Seguem as principais atividades desenvolvidas ao longo do período em análise:

- Implantação, em 28 de abril, do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, previsto na Resolução CNJ nº 215/2015, com redação dada pela Resolução CNJ nº 389/2021, visando ao atendimento e à orientação do público quanto ao acesso a informações, com a divulgação de relatórios estatísticos.
- Conformação da Resolução TJMG nº 862/2017, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria, à Resolução CNJ nº 432/2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça e das outras providências, com aprofundamento em estudos e experiências para implantação da Ouvidoria da Mulher.
- Proposição de reestruturação da Ouvidoria, com criação de corpo técnico, composto de coordenação técnica, administrativa, e de comunicação, além de sugestão de que a Ouvidoria seja inserida no programa “Conhecendo o Judiciário”.
- Padronização dos processos de trabalho da Ouvidoria.
- Estruturação da Ouvidoria, garantindo sua adequação em termos físicos, inclusive, com a presença de segurança nos atendimentos presenciais, bem como em termos materiais, contando com equipamentos adequados à realização das atividades do setor.

Abaixo, outros acontecimentos/eventos em que houve a participação da Ouvidoria em 2022:

- Participação na *Primeira Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias*, que tratou da necessidade de adequação dos tribunais judiciais aos impactos trazidos pela Resolução CNJ nº 432/2021;
- Comparecimento ao *IV Encontro de Ouvidores Judiciais* e ao *II Encontro da Rede de Ouvidorias Judiciais*, que ocorreram nos dias 23 e 24 de junho, no Palácio da Justiça do TJSP, eventos que reuniram ouvidores judiciais de noventa tribunais;
- Participação, a convite do Núcleo de Voluntariado, nos eventos “Cidadania em Ação”, no Bairro Cabana do Pai Tomás (19 de agosto), e “Rua de Direitos” (08 de novembro), no espaço do Centro POP Leste, este dirigido à população de rua;

- Participação no 31º ENCOR – *Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça*, realizado nos dias 16 a 18 de novembro, na comarca de Uberlândia;
- Comparecimento ao “7º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais”, sediado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

### **PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário**

O PAI-PJ, vinculado ao Programa Novos Rumos na Execução Penal, em conformidade com a Resolução nº 944/2020, está estruturado em um Núcleo Coordenador, em um Núcleo Supervisor e em Núcleos Regionais, sediados na comarcas estaduais.

Além do Núcleo Regional de Belo Horizonte, estão em funcionamento os Núcleos Regionais de Alfenas, Barbacena, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora, Muriaé e Teófilo Otoni. Deu-se prosseguimento, ao longo do ano, às tratativas para implantação do Núcleo Regional da comarca de Divinópolis, cuja inauguração ocorrerá em 15 de fevereiro de 2023.

Dentre as ações empreendidas ao longo do ano em análise, insta mencionar, inicialmente, a participação da Coordenação do PAI-PJ em processo de mediação realizado pelo Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do MPMG (COMPOR), que resultou na assinatura, em 15/07/2022, de Termo de Acordo por meio do qual a Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG assume compromisso para a desinternação de pacientes com situação clínica e jurídica favoráveis e com vínculos familiares rompidos, para residirem em Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) do estado.

Importante também citar que, no decorrer de 2022, o PAI-PJ acompanhou 1.176 pacientes judiciários em todo o estado. Foram encaminhados à Secretaria de Acolhimento, 514 novos casos para avaliação sobre possibilidade de inserção no Programa.

Ademais, teve continuidade o trabalho de acompanhamento dos pacientes judiciários internados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz (Barbacena) com parecer favorável para retorno ao território de origem e início do tratamento em liberdade, nos termos da Lei Federal 10.216, de 6 de abril de 2001, resultando na desinternação de trinta pacientes judiciários, dentre eles, quatorze em função do referido Termo de Acordo firmado pela SES/MG.

Ainda durante o ano, foram empreendidos esforços no sentido de solucionar os impasses ligados à permanência dos pacientes judiciários em unidades do Sistema Prisional. Como resultado, 84 pacientes receberam alvará de soltura, passando a realizar tratamento na rede de saúde mental.

Relevante, por fim, destacar que, por intermédio do Convênio nº 261/2018, estabelecido entre o TJMG e o Hospital Metropolitano Odilon Behrens, quatro turmas das Residências em Psiquiatria e Multiprofissional da rede de saúde mental de Belo Horizonte passaram por estágio no PAI-PJ, recebendo formação e participando de perícias e outras atividades.

### **Precatórios**

Em destaque na Gestão 2022, cumpre inicialmente indicar os resultados da articulação entre o TJMG e Poderes Legislativo e Executivo de forma a prover o aporte de recursos pelo Estado de Minas Gerais para um montante anual superior a 1 bilhão de reais, com compromisso firmado de outro bilhão para 2023. Esses valores representam o propósito de acelerar os pagamentos dos precatórios do Estado, contemplando o atendimento aos jurisdicionados que aguardam o recebimento de seus créditos.

De outro norte, a ampliação dos acordos diretos no regime especial de pagamento de precatórios teve como resultado a integração de novos municípios a esta modalidade, totalizando 41 (quarenta e um) entes em 2022 a propiciar aos seus credores o recebimento antecipado dos precatórios.

Na esteira dos editais de acordos diretos, a ampliação de recursos aportados pelo Estado permitiu o lançamento do 2º Edital de Acordos do Estado com previsão de recursos da ordem de R\$250.000.000. Os recursos para acordos diretos da ordem de R\$498.500.000 ofertados nos editais do Estado, na perspectiva do deságio médio de 30%, permitirão quitar dívida de até R\$712.142.857,10 e alcançar economia de R\$213.642.857,10 pela antecipação do recebimento dos precatórios pelos credores.

Na dimensão de aperfeiçoamento da eficiência das ações, foram iniciadas as tratativas para criação do módulo do Precatório Eletrônico na plataforma do PJe, projeto incluído no Planejamento Estratégico deste Tribunal, consoante a Portaria Conjunta nº 1.400/PR/2022.

### **Programa Pontualidade 5.0**

A partir de setembro, o Projeto Pontualidade tornou-se o Programa Pontualidade 5.0, passando a atuar diretamente no julgamento de processos, por meio do Núcleo de Justiça 4.0 Cível e do Núcleo de Justiça 4.0 Criminal.

Atualmente, o Núcleo de Justiça 4.0 Cível atua em cooperações em oito comarcas, quais sejam:

- Itabirito;
- Itajubá;
- Monte Carmelo;
- Muriaé;
- Novo Cruzeiro;
- Ribeirão das Neves;
- São João Del Rei;
- São Sebastião do Paraíso.

Foram realizados 4.252 atos judiciais, sendo: 3.705 sentenças, 97 decisões interlocutórias e 450 despachos. Ademais, foram remetidos ao Núcleo 4.728 processos, tendo sido devolvidos 2.355 à comarca de origem, de forma que o acervo conta atualmente com 2.373 processos judiciais.

O Núcleo de Justiça 4.0 Criminal, por seu turno, atua em duas cooperações: Unidade Jurisdicional de Ribeirão das Neves e Unidade Jurisdicional da 3ª Vara Criminal de Uberlândia.

### **Superintendência da Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil**

Na sequência, as ações e projetos desenvolvidos no exercício de 2022.

#### Projeto de Formação do Coral Infantojuvenil

Atendimento de 140 (cento e quarenta) crianças e adolescentes em três núcleos: Sede da Superintendência e dois espaços na Comunidade

do Morro do Papagaio: Grupo Amigos da Criança e Escola Municipal Ulysses Guimarães.

Essa iniciativa proporciona acesso à música a crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, em situação de vulnerabilidade social, oriundas de regiões com ausência de infraestrutura de equipamentos públicos. Adota a metodologia de aulas coletivas, identificação dos elementos musicais, promoção do despertar de habilidades de comunicação e interação, estimulação do desenvolvimento cognitivo, afetivo, sensorial e motor. Ademais, promove a produção vocal, a postura e a respiração com disciplina, rotina de exercícios e constante atualização do conhecimento. O repertório do coral em 2022 incluiu músicas eruditas e populares cuja escolha se prende ao projeto didático e com movimentos de percussão corporal. Durante os anos de atendimento, o projeto vem colhendo frutos ao atender ciclos geracionais de uma mesma família.

#### Projeto de Formação da Orquestra Jovem

Atendimento de 160 (cento e sessenta) crianças, adolescentes e jovens. Por meio do estudo da música, propõe despertar autodisciplina, paciência, sensibilidade, coordenação e perseverança. As capacidades de memorização e de concentração são algumas das qualidades que também são despertadas e acompanham os alunos em qualquer caminho que venham a escolher. Nesse processo contínuo de aproximação com o universo musical particular de formações orquestrais, a curiosidade, escolhas e encantamentos por determinados instrumentos musicais e seus sons respeita as peculiaridades e protagonismos dos participantes.

#### Cantata de Natal

Abrange todos os participantes dos projetos de formação acima relacionados. O evento institucional foi realizado em dois momentos: em 10 de dezembro, na Praça da Liberdade, com a presença de três mil pessoas e no dia 15 de dezembro, no Auditório Ministro Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, com a presença de cerca de quinhentas pessoas, em duas sessões de apresentação. A programação de 2022 contou com músicas natalinas, músicas folclóricas brasileiras e internacionais, sendo o tema proposto "Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil do TJMG: 10 anos de música...e muita história para contar!".

### **Superintendência de Transporte**

Resumidamente estão aqui apresentadas as ações desenvolvidas pela Superintendência de Transporte referentes ao exercício de 2022.

- Expansão do SEI FROTA para a Comarca de Contagem, possibilitando o controle das atividades internas, dos condutores, dos solicitantes e dos veículos oficiais.
- Construção da nova oficina do TJMG, localizada no Centro Operacional, buscando promover melhor atendimento, economia e sustentabilidade na manutenção dos veículos.
- Criação de Sistema de Gestão (*Clicksense*), com o intuito de aprimorar o gerenciamento do Setor de Transporte, compilando as informações e proporcionando melhor controle da frota de veículos do TJMG.
- Estudo de mobilidade dos veículos do TJMG, com objetivo de identificar as alternativas de segmentação de frotas que melhor atendam às necessidades e demandas de locomoção.
- Projeto Birô, consistindo no transporte dos processos físicos das comarcas do interior para digitalização.
- Projeto de devolução voluntária, com o propósito de realizar o recolhimento dos veículos não utilizados nas Comarcas do interior e disponibilizá-los para setores que necessitem de veículos com maior frequência.
- Alienação de veículos por intermédio do Leilão nº 053/2022 e disponibilização de 264 (duzentos e sessenta e quatro) pneus incompatíveis com a frota do TJMG para alienação, também por meio da modalidade leilão.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota, Assessor(a) Técnico(a)**, em 04/04/2023, às 19:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende, Diretor(a) Executivo(a)**, em 04/04/2023, às 19:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **13126928** e o código CRC **86AEA68C**.